



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 31^a REUNIÃO

(2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**17/11/2016
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/11/2016.

31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 96/2016 - Não Terminativo -	SEN. EDISON LOBÃO	8

2ª PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 99/2016 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	60
2	MSF 101/2016 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO ANASTASIA	102

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

Jorge Viana(PT)
Lindbergh Farias(PT)
Gleisi Hoffmann(PT)
Lasier Martins(PDT)
Cristovam Buarque(PPS)
Ana Amélia(PP)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)
RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)
PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)
RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)
DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)
RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)

SUPLENTES

CE (61) 3303-6390 /6391
RR (61) 3303-6315
PE (61) 3303-6285 / 6286
AL (61) 3303-6148 / 6151

Maioria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)(30)(34)(35)(32)	RJ (61) 3303- 5225/5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303- 4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Anibal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 19.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
- (34) Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- (35) Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 17 de novembro de 2016
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
31ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Sabatina
2ª PARTE	Leitura de Relatórios
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 96, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) *Em 08/11/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2) *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pendente de relatório.

Observações:

1) *Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Textos da pauta:

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pendente de relatório.

Observações:

1) *Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Textos da pauta:

[Avulso da matéria](#)

1^a PARTE - SABATINA

1

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 96, de 2016 (Mensagem nº 533, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO é filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, tendo nascido a 31 de outubro de 1949, em São Paulo/SP.

O candidato ingressou no Instituto Rio Branco em 1970, por concurso, tornando-se Terceiro-Secretário em 1972. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1976; a Primeiro-Secretário em 1980; a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1992; e a Ministro de Primeira

Classe em 2000. Formou-se em Direito pela Universidade do Distrito Federal (1972) e, em 1976, concluiu pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris. Em 1988, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.”

Entre as funções desempenhadas pelo indicado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores destacam-se as de Chefe da Divisão Consular (1990 a 1993); Chefe da Assessoria de Relações Federativas (1997 a 2001) e Assessor Especial da Secretaria-Geral (2013 a 2014).

No exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Madri (1982 a 1984); na Embaixada em Roma (1987 a 1990); no Consulado-Geral em Frankfurt, como Cônsul-Geral (1993 a 1997); na Embaixada em Teerã, como Embaixador (2001 a 2004); na Embaixada em Ancara, como Embaixador (2004 a 2008); na Embaixada no Cairo, também como Embaixador (2008 a 2011) e na Embaixada em Havana, onde exerce a função de Embaixador desde 2014.

O diplomata em apreço foi agraciado, entre outras, com as seguintes condecorações: Ordem de Isabel, A Católica (Espanha, Oficial, 1985); Ordem Nacional do Mérito (Itália, Comendador, 1990); Ordem de Rio Branco (Brasil, Grande Oficial, 2000); Ordem do Mérito (Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe, 2000) e Ordem do Rio Branco (Brasil, Grã-Cruz, 2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a República Helênica - Grécia.

A Grécia tem área de aproximadamente 131.990 km², equivalente à do Estado do Ceará, e conta com população de cerca de 11.216.708 milhões de habitantes, equivalente à do Estado do Rio Grande do Sul. Seu PIB nominal é de US\$ 193 bilhões e seu PIB per capita é de US\$ 17,6 mil, ambos em dados de 2015. A expectativa de vida, segundo o Eurostat, é de 81,5 anos e os índices de alfabetização e de desemprego são de 97,7% (2015) e 26,5% (2014), respectivamente. A comunidade brasileira estimada vivendo na Grécia é de 3.500 pessoas.

No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta de que é discreta a posição do Brasil no quadro de relações externas da Grécia. No plano multilateral, a convergência entre os dois países depende, em grande medida, das posições adotadas pela União Europeia, visto que, como membro do bloco, Atenas acompanha as suas posições. Cabe assinalar que, em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU. Mais recentemente, tem-se notado particular interesse do governo grego em obter o apoio do Brasil no âmbito do Fundo Monetário Internacional – FMI – onde são discutidas ações e políticas relativas à dívida grega. A posição brasileira tem sido, nesse contexto, de reconhecimento dos esforços de ajuste envidados por Atenas e dos custos sociais envolvidos no III Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país está subordinado desde 2015.

Nas relações comerciais, o Brasil mantém superávit estrutural nas trocas de produtos com a Grécia. Em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras, com destaque para café, fumo e açúcar, contra US\$ 48 milhões de importações provindas da Grécia, entre elas, nafta para petroquímica, mármore e cimento. A principal variação observada no comércio bilateral em 2015 foi a considerável ampliação das exportações de açúcar (mais de 180%), que passou da 11^a para a 3^a posição no ranking dos produtos exportados pelo Brasil. O atual governo grego tem demonstrado interesse em atrair investidores que possam assumir as usinas desativadas ou subutilizadas na Grécia. Também a carne de frango figurou entre os itens de maior crescimento na pauta comercial de 2015, tendo passado do 20º para o 9º lugar no total geral e registrado aumento de 133,23% na comparação com 2014.

A Grécia, por outro lado, tem interesse na exportação de laticínios e mel para o Brasil e na retomada das vendas de pêssego em calda, atualmente sujeitas a sobretaxa.

No tocante à população brasileira residente na Grécia, assinala-se a existência do Conselho de Cidadania de Atenas, que funciona regularmente desde 2011 e conta com dez membros. A principal reivindicação da comunidade brasileira é obter acesso aos serviços fornecidos pelo governo grego à população em matéria de saúde e educação.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM ATENAS, REPÚBLICA HELÊNICA
EMBAIXADOR EDGARD ANTONIO CASCIANO

Transmito o relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Atenas (2013-2016):

RELAÇÕES BILATERAIS:

2. Em minha gestão à frente da Embaixada em Atenas, atuei para intensificar o diálogo e a cooperação bilateral em diferentes níveis, tendo presente as limitações impostas pela distância geográfica, pela concentração de temas de interesse primordial em Atenas no âmbito das relações com a União Europeia e pela prioridade atribuída por este país a seu entorno regional. Ao mesmo tempo, em meus contatos com interlocutores no Governo brasileiro, sempre procurei ressaltar o interesse em manter diálogo político fluido de alto nível com a Grécia, país que, como é sabido, tem papel singular no cenário do Mediterrâneo Oriental, o qual ganhou maior consistência nos últimos anos.

3. No que diz respeito ao intercâmbio de visitas bilaterais de alto nível, procurei, junto a meus interlocutores locais, chamar a atenção para a clara assimetria em desfavor do Brasil. Com efeito, registrou-se a visita da Presidente Dilma Rousseff a Atenas em abril de 2011, a caminho de visita oficial à China, ocasião em que se entrevistou com o então Primeiro-Ministro George Papandreu. Foi a segunda visita de um Chefe de Estado brasileiro à Grécia, após a passagem de D. Pedro II pelo país em 1876. O Chanceler Celso Amorim visitou duas vezes a capital grega: em 2003, por ocasião de encontro de chanceleres UE-América Latina, e em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de um Ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Do lado grego, todavia, não há registro de qualquer visita bilateral de nível ministerial ou superior ao Brasil em tempos recentes. Visita de maior importância foi a do então Ministro Alterno da Defesa Kostas Isychos, por ocasião da feira de defesa LAAD, no Rio de Janeiro, em abril de 2015. Por sua vez, o Ministro Alterno de Esporte, Stavros Koutis, representou o Governo grego na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio, visita esta que não teve, portanto, caráter bilateral (com ele me avistei em diversas oportunidades, inclusive pouco antes de sua visita ao Brasil).

4. Caberia registrar como evolução positiva no quadro do diálogo bilateral a retomada do Mecanismo de Consultas Políticas, com a visita a Brasília, em 10 de maio de 2016, do Diretor para Assuntos Políticos da Chancelaria grega, Embaixador Petros Mavroidis, que, em breve assumirá a chefia da missão diplomática em Ancara, um dos postos mais importantes para a diplomacia helênica. O protagonismo da Grécia nas questões mais desafiadoras enfrentadas atualmente no marco da União Europeia, notadamente a crise migratória e a crise financeira da zona do euro, além da já mencionada atuação do país no cenário político do Mediterrâneo Oriental, justificam plenamente a manutenção desse mecanismo em bases regulares.

5. A despeito da escassez de visitas bilaterais de alto nível, são dignos de nota no período de minha gestão os dois encontros entre o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras e a Presidente Dilma Rousseff realizados à margem de eventos multilaterais: em junho de 2015, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC, e em setembro do mesmo ano, em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

6. No plano das relações parlamentares, merece registro a celebração em Atenas, entre 26 e 29 de março de 2014, da VII Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EUROLAT). Procurei, ademais, manter interlocução frequente com os membros do Grupo de Amizade com o Brasil no Parlamento local, a quem recebi para almoço na Residência em 10 de março de 2016, juntamente com o Vice-Presidente do Parlamento, Anastasios Koukaris.

7. A convergência entre Brasil e Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da UE, visto que, em geral, Atenas acompanha a política do bloco europeu. Em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU. Há uma fluida troca de apoios recíprocos em candidaturas a órgãos multilaterais. Como ficou claro em encontro que mantive com o atual Ministro das Finanças, Euclid Tsakalotos, em 19/2/2016, a Grécia tem particular interesse em contar com o apoio do Brasil a seus pleitos no FMI, um dos principais responsáveis pela elaboração e implementação dos programas de ajuste da economia grega. A posição brasileira tem sido de reconhecimento da importância dos esforços de ajustes empreendidos por Atenas, sem descurar do impacto social dessas medidas.

8. Caberia registrar que, a despeito da distância, o Brasil é um país que desperta grande interesse e simpatia junto à sociedade grega como um todo, associados sobretudo à sua relevância como ator político e econômico no cenário global e ao apelo específico de vários elementos da cultura brasileira junto ao público local. Pude notar, em minha gestão, várias demonstrações de interesse no papel do Brasil no âmbito dos BRICS. A condição de sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 também contribuiu para colocar o Brasil em grande evidência na Grécia ao longo do período de minha gestão. Acredito, assim, que há considerável potencial para fortalecer o poder brando brasileiro junto aos meios locais. A despeito da escassez de recursos para tanto, procurei, nos três anos em que estive à frente da Embaixada em Atenas, explorar ao máximo o capital de simpatia de que goza o Brasil na Grécia para a promoção de nossos diversos interesses no país, com o mínimo de dispêndio de recursos orçamentários e com parcerias com diferentes atores nos dois pólos do relacionamento bilateral.

POLÍTICA INTERNA/CRISE ECONÔMICA:

9. Na política interna, o fato mais significativo do período de minha gestão foi certamente a ascensão ao poder da SYRIZA (coalizão da esquerda radical), liderada por Alexis Tsipras, em janeiro de 2015. A vitória eleitoral de Tsipras, que tive a oportunidade conhecer pessoalmente quando ainda era chefe do principal partido de oposição, foi, em grande medida, resultado dos persistentes efeitos da crise econômica iniciada em 2008 e o consequente desgaste dos dois partidos políticos tradicionais, a Nova Democracia (centro-direita) e o PASOK (centro-esquerda), que se alternavam no governo desde a redemocratização, em 1974.

10. Pude acompanhar aqui a maior parte da gestão de Antonis Samaras (2012-2015), da Nova Democracia que tinha como sócio minoritário o PASOK, seu antigo rival, consideravelmente enfraquecido. O Governo Samaras foi marcado principalmente pelos esforços em cumprir as ambiciosas metas fiscais exigidas pela "troika" FMI-CE-BCE no marco do II Programa de Ajuste Econômico. Apesar desses esforços, a possibilidade de implementar agenda de reformas de maior alcance esbarrou no escasso apoio de que dispunha o Governo Samaras junto a diferentes setores da sociedade grega, como os sindicatos, e também junto aos demais partidos políticos, notadamente a SYRIZA. Também se questionou frequentemente a

vontade política do Primeiro-Ministro de realizar de reformas com alto potencial de desgaste junto ao eleitorado.

11. Nesse contexto, a despeito dos índices que sugeriam o início de um tímido processo de recuperação da economia grega, com a saída oficial do país da recessão em 2014, Samaras não conseguiu reverter a tendência de crescimento da SYRIZA, liderada por Alexis Tsipras. Em 25 de janeiro de 2015, Tsipras venceu as eleições legislativas e se tornou Primeiro-Ministro, rompendo com a alternância no poder entre a Nova Democracia e o PASOK (centro-esquerda). Tsipras optou por formar um governo de coalizão com o partido de centro-direita ANEL, com o qual compartilhava posições contrárias às políticas de austeridade.

12. O Governo Tsipras enfrentou desde o início o desafio de manter as negociações com os credores oficiais (a "troika": Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) e de tentar implementar as promessas de campanha da SYRIZA contra a austeridade e a favor da reestruturação da dívida grega. As negociações, conduzidas por Tsipras e pelo então Ministro das Finanças Yannis Varoufakis, foram marcadas inicialmente por intensas dificuldades no diálogo com os credores. Em junho de 2015, às vésperas da expiração do II Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país estava submetido desde 2012, o novo Governo, sem a perspectiva de chegar a um "acordo equilibrado", decidiu convocar plebiscito sobre a proposta dos credores oficiais. Como, após o anúncio, a corrida bancária acelerou-se e o BCE recusou-se a ampliar os limites para a provisão de liquidez emergencial, o Governo Tsipras viu-se obrigado a decretar feriado bancário e impor controles de capitais para evitar o colapso do sistema bancário helênico. Apesar da rejeição por parte dos eleitores gregos dos termos da proposta dos credores oficiais (vitória do "Não" por 61.1% dos votos no referendo de 5/7/2015), o Governo, diante do risco real de saída da zona do euro, decidiu alterar significativamente sua estratégia negociadora inicial e acabou, em 13 de julho, por ceder à quase totalidade das posições dos credores oficiais, aceitando, desse modo, abrir negociações para o III Programa de Ajuste Econômico, que foi aprovado no mês seguinte. Recorde-se que, paradoxalmente, Tsipras havia feito campanha pelo "Não".

13. Em 20 de agosto de 2015, Tsipras apresentou sua renúncia e abriu caminho para eleições antecipadas, com a expectativa de formar uma maioria parlamentar mais sólida e

conter o avanço dos dissidentes. Embora tenha saído vitorioso, Tsipras viu-se com maioria estreita no Parlamento (155 cadeiras de um total de 300, incluídos os membros do ANEL, que se reduziria depois para 153, diante de novas dissidências). A situação de seu Governo pode ser considerada politicamente frágil, sobretudo diante de um cenário macroeconômico desafiador e da necessidade de implementar uma agenda de reformas, exigidas pelos credores oficiais no âmbito do III Programa de Ajuste Econômico, que atingem de maneira mais intensa a própria base de apoio da SYRIZA. A gestão da crise migratória também se revela um desafio de curto prazo para o PM Alexis Tsipras, sobretudo diante da perspectiva de permanência de milhares de migrantes no território grego nos próximos meses e das incertezas relacionadas ao cumprimento pela Turquia do acordo migratório com a UE.

POLÍTICA EXTERNA:

14. Os esforços da política externa grega sob o Governo do PM Tsipras têm sido concentrados, sobretudo, na gestão das duas crises simultaneamente enfrentadas pela União Europeia e que atingem em particular a Grécia: a crise financeira da zona do euro e o aumento dos fluxos de migrantes oriundos da Turquia, que fez com que 60 mil demandantes de asilo ficassem retidos no território grego.

15. O Governo grego tem buscado angariar apoio, sobretudo no marco europeu, à flexibilização das políticas de austeridade, defendidas principalmente pela Alemanha, e à possibilidade de reestruturação de sua dívida junto aos credores oficiais. Ao mesmo tempo, a diplomacia do Governo Tsipras tem procurado transmitir imagem internacional de compromisso com as reformas exigidas no marco do III Programa de Ajuste Econômico e, com isso, recuperar a confiança dos mercados.

16. No caso da crise migratória, o esforço mais recente do Governo grego tem sido o de buscar respostas no marco europeu para o agravamento da situação humanitária e securitária do país, diante dos contínuos fluxos de chegadas de migrantes oriundos da Turquia e da falta de perspectivas de sua partida imediata do território grego, à luz das restrições impostas para seu ingresso por meio da fronteira com a Antiga República Iugoslava da Macedônia (FYROM). Somente em 2015, o país recebeu mais de 900 mil migrantes, dos quais cerca de 60 mil permanecem em seu território, o que

gera intensa pressão sobre os serviços de acolhimento e abrigo mantidos pelo Estado grego.

17. A expectativa do Governo grego concentra-se na implementação do acordo entre a UE e a Turquia, vigente desde 20 de março de 2016, que logrou diminuição sensível nos fluxos de migrantes daquele país para a Grécia e permite a recondução de migrantes diretamente para o território turco. Embora haja críticas quanto a seus aspectos humanitários e ceticismo quanto à sua sustentabilidade no médio prazo, o acordo Turquia-UE é identificado como o principal instrumento, no presente, para conter o fluxo de migrantes. Nesse contexto, é grande a preocupação do Governo grego com a instabilidade política e institucional verificada desde a tentativa de golpe na Turquia, em 16 de julho de 2016, sobretudo diante de declarações de autoridades turcas que condicionam a implementação do acordo à satisfação de seus interesses em outras negociações com o bloco europeu, em particular do acordo de isenção de vistos de turismo para cidadãos turcos.

18. Paralelamente, o Chanceler Nikos Kotzias, que eu tive a oportunidade de conhecer quando era ainda professor de ciências políticas da Universidade do Pireu, vem conduzindo uma política de construção de confiança com os países vizinhos e do entorno regional com os quais a Grécia tem histórico de dificuldades, notadamente Albânia, Bulgária, Turquia e FYROM. No caso da Turquia, as relações continuam a alternar momentos de tensão, motivadas sobretudo pelos diferendos de limites aéreos e marítimos no Egeu, com iniciativas voltadas a fortalecer a cooperação, sobretudo nos campos econômico e comercial (a Turquia vem se consolidando nos últimos anos como o principal destino das exportações gregas). Mais recentemente, a crise migratória tornou-se o principal tema da pauta bilateral greco-turca, em complemento aos entendimentos havidos no marco do diálogo entre a UE e a Turquia.

19. Outro eixo importante de atuação da política externa grega é do fortalecimento do papel do país na segurança energética europeia, em particular no que diz respeito ao fornecimento de gás para o continente, valendo-se de sua posição estratégica entre os países dotados de reservas e os consumidores da UE. Após dar sinais, no primeiro semestre de 2015, de possível interesse na participação no projeto russo "Turkish Stream" - em grande medida, como instrumento de pressão política junto a europeus

e norte-americanos, no contexto das negociações com os credores oficiais sobre a dívida grega - a Grécia vem se aproximando mais recentemente das posições da UE e dos EUA, sobretudo ao avançar nas negociações sobre a construção de um interconector com a Bulgária.

20. A ascensão da SYRIZA não representou a ruptura de algumas das linhas fundamentais seguidas pela política externa grega nos últimos anos. Isso se verificou, por exemplo, no caso das relações com Israel, que se consolidou, sob o Governo Tsipras, como um dos mais importantes parceiros da Grécia, tanto no plano bilateral como no marco de uma estrutura trilateral de cooperação com Chipre, na qual se destacam as perspectivas de construção de um gasoduto voltado à exportação de gás para a Europa. A diplomacia grega também tem atribuído grande importância à formação de outros esquemas trilaterais de cooperação, envolvendo Chipre e Egito e Chipre e Jordânia, que consolidam o papel do país como ator relevante no cenário político e estratégico do Mediterrâneo Oriental e não deixam de representar uma contraposição ao peso da Turquia no âmbito regional. A organização da primeira Cúpula de Países Mediterrâneos da UE, em setembro de 2016, por iniciativa do PM Alexis Tsipras, veio confirmar o papel singular da Grécia como ator e articulador regional, sobretudo na coordenação de posições com demais países do sul da Europa em temas como política econômica e migrações.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS:

21. O Brasil tem mantido superávit estrutural em seu comércio com a Grécia - em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras (café, fumo, açúcar) contra US\$ 48 milhões de importações de produtos gregos (nafta para petroquímica, mármore, cimento). Como se verifica, a pauta do intercâmbio comercial é pouco diversificada. Nos últimos anos, as exportações brasileiras para o mercado grego vêm sofrendo os efeitos da redução dos preços das "commodities" e da crise econômica helênica.

22. A Grécia almeja expandir suas exportações para o mercado brasileiro, principalmente de produtos agropecuários. Tema de especial relevância para Grécia é a habilitação de suas exportações de laticínios e mel para o Brasil. Como relatei em diversas ocasiões, meus interlocutores dos setores públicos e privados suscitam o tema com frequência, não deixando de se queixar das barreiras fitossanitárias brasileiras. O assunto vinha criando dificuldades para o diálogo econômico bilateral, inclusive no acolhimento de

pleitos brasileiros. Daí o meu empenho para que missão de técnicos do MAPA fosse realizada o quanto antes, o que veio a ocorrer em dezembro de 2015. O processo de habilitação está em tramitação. Outro tema sempre suscitado por representantes dos setores público e privado refere-se às dificuldades para a exportação de pêssego em caldas para o Brasil. Em contatos com o posto, os produtores e o Governo gregos queixam-se das elevadas alíquotas de importação do produto no Brasil, fixadas em 35%, a partir de 30 de junho de 2015, o que teria tornado praticamente impossível seu ingresso no mercado brasileiro.

23. Sempre ponderei com meus interlocutores locais que os saldos comerciais favoráveis ao Brasil são mais que compensados pelos resultados na balança de serviços, amplamente favoráveis à Grécia, graças ao setor de transportes marítimos. Em anos recentes, os saldos positivos da Grécia na balança de serviços bilateral foram de cerca de US\$ 194 milhões (2012), US\$ 185 milhões (2013), US\$ 185 milhões (2014) e US\$ 131 milhões (2015). Com uma das principais frotas mercantes do mundo, empresas gregas como "Tsakos Shipping" e "Navios Maritime" possuem operações de vulto no Brasil, principalmente no setor de petróleo e gás e transporte de produtos de base, como soja e minérios.

CULTURA E DIVULGAÇÃO:

24. Na área cultural, minha gestão ressentiu-se das severas restrições orçamentárias enfrentadas pelo Itamaraty e, especificamente, do fato de o posto não mais ter sido contemplado pelos principais programas de apoio a atividades de difusão cultural em curso na instituição. A despeito dessa situação, e da elevada demanda na Grécia para ações culturais relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016, evento com o qual este país mantém vínculo histórico e singular, o posto procurou manter programação cultural regular, ao organizar ações que não impliquem o dispêndio de recursos orçamentários, além de assegurar seu apoio institucional, por vezes limitado à área de divulgação, a atividades de difusão cultural relacionadas ao Brasil.

25. Nesse contexto, ao longo de minha gestão, a Embaixada conseguiu manter sua participação no Festival LEA (Literatura em Atenas), que se consagrou nos últimos anos como o principal evento de difusão cultural dos países do espaço ibero-americano na Grécia. Em 2014, o posto logrou confirmar a participação no evento da jornalista e escritora Vassiliki Constantinidou, autora de obra sobre a imigração

grega para o Brasil, que veio à Grécia com patrocínio do Programa de Apoio à Tradução da Biblioteca Nacional. Na edição de 2015, contamos com a apresentação do Professor Professor Leonardo Tonus, da Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV). Em 2016, não foi possível trazer conferencistas do exterior, mas a Embaixada assegurou a participação do Brasil com a leitura do conto infantil "Era Uma Vez", de Luciana Sandroni, realizada pelo ator e diretor teatral Felipe Lazaris, com apresentação realizada pelos professores Débora Pio (brasileira) e Vítor Vicente (português) sobre "Vozes femininas na literaturas portuguesa e brasileira" e com a conferência "Clarice Lispector, o diálogo atávico", proferida pela Professora Cláudia Costanzo, uruguaia com pós-graduação no Brasil e docente da Universidade Aberta de Atenas. Um dos pontos altos da conferência, e da participação do Brasil como um todo na edição de 2016, foi a apresentação de vídeo realizado por Felipe Lazaris especialmente para o evento, a partir do conto "A vingança e a reconciliação penosa", de Lispector.

26. Ressalto igualmente que, por iniciativa do Brasil, as cerimônias de abertura do Festival do LEA passaram a contar, a partir de 2014, sempre com intervenção em português de representante de um país lusófono, como forma de ressaltar a presença e singularidade de nosso idioma no espaço ibero-americano. Em coordenação com a Embaixada de Portugal, tenho me revezado com o colega português no exercício dessa função. Ainda na difusão do idioma na Grécia, caberia registrar a iniciativa pioneira de organização, em parceria com a Embaixada de Portugal, de celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa na Grécia, que teve lugar em 13 de maio de 2016, em Atenas e que doravante deve inscrever-se no calendário de atividades culturais da capital helênica.

27. Na área de promoção do audiovisual brasileiro, a falta de recursos no marco do PPAB impossibilitou a continuidade da Semana de Cinema Brasileiro, que contou com três exitosas edições até 2013, realizadas na Cinemateca Grega. A despeito dessa limitação, o posto iniciou em setembro de 2014, em parceria com o Conselho de Cidadania Brasileira na Grécia (CCBG), o projeto "Tardes de Cinema Brasileiro", voltado à projeção regular de filmes nacionais para a comunidade brasileira e para o público grego em geral (os filmes são apresentados com subtítulos em inglês), com base nos títulos disponíveis no acervo da Embaixada e em empréstimos assegurados pela Divisão de Promoção do

Audiovisual do Itamaraty. Inicialmente, os filmes foram apresentados na Sala Multiuso da Embaixada, mas a partir de novembro de 2015, graças à parceria estabelecida com o Cine Danaos, o projeto passou a ter lugar naquela sala, um dos mais prestigiados espaços para a difusão do cinema de arte na capital grega, o que acarretou clara ampliação do público atingido pelo projeto

28. A partir de 2015, a Embaixada passou a participar do Festival Outview, principal mostra dedicada ao cinema de temática LGBT na Grécia. Graças aos recursos recebidos da Secretaria de Estado, o Brasil logrou participação destacada edição de 2015, com a exibição dos filmes "Flores Raras", de Bruno Barreto, e "Praia do Futuro", de Karim Ainouz. A Embaixada voltou a participar do festival em 2016 mas, diante da impossibilidade de contar com recursos, limitou sua contribuição ao oferecimento de um coquetel, após a projeção do curta-metragem "Em Defesa da Família" e do longa-metragem "Beira-Mar", de Filipe Matzembacher e Márcio Reolon.

29. Minha gestão coincidiu com a realização dos dois principais eventos esportivos sediados pelo Brasil, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e, a despeito das já mencionadas limitações orçamentais, procurei assegurar que a programação cultural do posto também contribuísse para a promoção dos megaeventos junto ao público grego.

30. Nesse contexto, por ocasião da Copa do Mundo, a Sala Multiuso da Embaixada abrigou entre 6 e 20 de julho de 2014 exposição do pintor grego Dimos Flessas intitulada "When Art Meets Football", que incluía 18 telas e 3 esculturas dedicadas ao tema do futebol. Excetuado o coquetel de abertura, a realização da exposição não acarretou qualquer custo para a Embaixada.

31. Por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, a Embaixada assegurou, em cumprimento às instruções da Secretaria de Estado, a iluminação em verde e amarelo de edifício emblemático de Atenas, de maneira a ampliar a difusão do evento junto ao público local. Foi escolhido para esse fim o Estádio Panatenaico, sede das primeiras Olimpíadas da era moderna, celebradas em 1896, e também local onde se realizou a transmissão de chama olímpica da Grécia para o Brasil, em 27 de abril de 2016. O estádio foi iluminado em verde e amarelo em duas ocasiões, na noite do próprio dia 27 de abril, com recursos aportados pelo Ministério de Esporte, e em 4 de agosto, véspera da cerimônia de abertura dos Jogos,

com recursos aportados por patrocinador privado obtido graças a gestões da Embaixada (a produtora de azeites de oliva Olympian Green).

32. Como parte do esforço de promoção da cultura brasileira associado aos Jogos, o Megaron, principal sala de concertos de Atenas, organizou em 14 de julho de 2016, com apoio da Embaixada, espetáculo em seus jardins dedicado à música brasileira, do qual participaram o destacado músico de jazz Petros Klampanis e seu grupo e as cantoras Katerina Polemi e Miranda Verouli, e obteve grande sucesso de público. Ademais, dois festivais de jazz, realizados nas ilhas de Mykonos (6 e 7 de maio) e Tinos (24 de julho a 4 de agosto), também tiveram o Brasil como país homenageado, na condição de sede dos Jogos do Rio 2016. No caso do festival de Tinos, destacou-se a presença de importantes músicos brasileiros, como Jacques e Paula Morelenbaum e Zé Namen. Ainda no âmbito da promoção dos Jogos, a Embaixada colaborou com a organização de exposição realizada em 15 de abril de 2016 no Yacht Club da Grécia dedicada aos esportes náuticos da Rio 2016, e com evento com culinária e música brasileira realizado no Yacht Club da ilha de Andros, em 27 de agosto.

33. Um dos eventos de maior projeção de minha gestão foi a realização em 18 de setembro de 2016 da primeira edição do "Brazilian Day" em Atenas, organizado conjuntamente pela Embaixada e pelo CCBG. O evento, com entrada gratuita, teve lugar no Gazarte, uma das mais conhecidas e prestigiadas casas de espetáculos da cidade. Segundo estimativas da casa, mais de mil pessoas teriam passado pelo evento, o que configura claro sucesso de público, superior ao de qualquer outra atividade de promoção cultural brasileira realizada recentemente na Grécia.

34. O "Brazilian Day" consistiu de duas atividades principais, desenvolvidas em espaços independentes do Gazarte: ateliês de capoeira e danças brasileiras e apresentações musicais, com as figuras que mais se destacam na promoção da música brasileira na Grécia: a cantora grega Miranda Verouli, a cantora greco-brasileira Katerina Polemi, o sambista Júnior Maran, e Jef Maarawi, greco-sírio-brasileiro, que lidera a banda "Superbacana". Além dessas atrações, a Embaixada logrou obter o apoio da TAP e da Gold Star Aviação e conseguiu trazer de Lisboa para o "Brazilian Day" o cantor e compositor Mu Chebabi. Ademais, concordou em fazer apresentação especial e gratuita no evento a cantora grega Malu Kyriakopoulou, muito conhecida do público local

por ter participado do programa de TV "Greek Idol", e que vem inclui em seu repertório canções brasileiras. Tanto os ateliês como as apresentações musicais tiveram grande sucesso e comprovaram o interesse e entusiasmo despertado pela cultura brasileira junto ao público grego. Nossa cultura brasileira também se refletiu nas opções gastronômicas oferecidas excepcionalmente pelo Gazarte no "Brazilian Day", que incluíram caipirinha, guaraná e pratos com salgados brasileiros.

35. Como o posto não dispõe, como é sabido, de orçamento para atividades culturais, a primeira edição do "Brazilian Day" teve sua viabilidade assegurada graças a patrocínios obtidos tanto pela Embaixada como por membros do CCBG. Naturalmente, a possibilidade de contar no futuro com recursos específicos poderá ampliar a capacidade de atração do evento, sobretudo caso se possa assegurar a participação de artistas brasileiros não residentes na Grécia.

36. Ademais dos eventos organizados diretamente pela Embaixada ou em parceria com outras instituições, houve esforço permanente de divulgação de todos os eventos culturais com conteúdo brasileiro ou de interesse para o Brasil realizados na Grécia, no sitio eletrônico e nas mídias sociais mantidas pela Embaixada. Para isso, foi fundamental aprimoramento e intensificação do uso das duas páginas da embaixada no Facebook, em português e em inglês/grego, e do website da Embaixada. A ampliação do interesse nas páginas do posto no Facebook pode ser confirmado pelo considerável aumento no número de seus seguidores, que entre agosto de 2014 e agosto de 2016, passou de 446 para 1857 (pagina em português), e de 529 para 1096 (pagina em inglês), e pelo alcance das publicações regulares em ambas as páginas, que chegaram a ultrapassar, como no caso da divulgação do "Brazilian Day", o total de 18 mil visualizações.

ASSUNTOS CONSULARES/ ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS:

37. Durante minha gestão à frente da Embaixada em Atenas, atribui especial importância ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados pelo setor consular. Cabe ter presente, a propósito, a dimensão da comunidade brasileira residente na Grécia, inicialmente estimada em 3000 indivíduos, conforme os registros que vinham sendo publicados nos dados estatísticos das três primeiras edições da Conferência "Brasileiros no Mundo". Com o objetivo de proceder a um melhor mapeamento desta comunidade, concentrada sobretudo na região metropolitana de Atenas (aproximadamente

45% da população do país reside nas imediações desta capital), procurei estimular o envolvimento do Conselho de Cidadania Brasileira na Grécia - CCBG (colegiado composto por nove integrantes e eleito pelo voto direto de membros da Comunidade para mandatos bienais) nas campanhas de alistamento das matrículas de nossos concidadãos no Serviço Consular. Com efeito, a partir de fevereiro de 2015, com mensagens veiculadas nas mídias sociais (páginas "Facebook" em português e inglês) e no sítio eletrônico do posto, replicadas nas plataformas de divulgação do CCBG, e com o apoio do Consulado Honorário em Salônica (jurisdição que atende a aproximadamente 400 nacionais brasileiros), foi possível matricular, desde então, mais de 800 compatriotas, e alcançar, em setembro de 2016, o número de 1085 matrículas consulares, o que inclui também a atualização dos dados anteriormente disponíveis. Tendo presente essas novas cifras, o Serviço Consular, em conjunto com o CCBG, revisou a estimativa de nacionais brasileiros residentes na Grécia para 4000 indivíduos ao final de 2015, com mais um quarto desse contingente já devidamente matriculado.

38. Ainda no tocante ao atendimento da comunidade brasileira residente na Grécia, sempre em estreita colaboração com o CCBG, foi possível durante minha gestão à frente do posto expandir o escopo dos serviços consulares, com ações como a publicação da "Cartilha do Brasileiro na Grécia" (dezembro de 2014); a consolidação do projeto de oficinas destinadas à manutenção da identidade cultural brasileira em crianças da comunidade (a partir de dezembro de 2014, tais oficinas passaram a ter periodicidade mensal, com suas atividades sendo desenvolvidas sempre aos sábados, na sala multiuso da Chancelaria da Embaixada, e comparecimento de um público-alvo médio de 20 crianças por sessão); a criação do projeto "Tardes de Cinema Brasileiro", a partir de setembro de 2014 (inicialmente com periodicidade mensal e, desde novembro de 2015, bimestral, diante da consolidação de parceria com o Cinema Danaos, de propriedade de família com vínculo com o nosso país - vide também o registro sobre o tema na seção "Cultura e Divulgação", supra); o início do oferecimento do programa de aulas de português para crianças, mediante parceria com a professora Débora Arruda Pio (trata-se de antiga reivindicação dos membros da comunidade, finalmente iniciada em janeiro de 2015, e sempre realizada com periodicidade semanal na já mencionada sala multiuso da Chancelaria); e, finalmente, a organização da primeira edição

do "Brazilian Day in Athens", em setembro de 2016, por tratar-se de outro antigo anseio da comunidade, sempre levantado por ocasião das reuniões do CCBG (vide também comentários adicionais sobre o tema na seção "Cultura e Divulgação", supra).

39. No tocante ao atendimento consular propriamente dito, durante minha gestão procurei racionalizar os serviços presenciais e aqueles prestados à distância pelo posto, mediante o constante aprimoramento do sítio eletrônico da Embaixada, ao qual se dedicou com grande empenho o Ministro Luiz Eduardo Villarinho Pedroso, providência que motivou a inclusão/atualização das instruções para apresentação dos pedidos para os mais variados serviços prestados pelo setor (atividade levada a cabo desde setembro de 2014, com a inclusão de novas seções e subseções). Trata-se de posto com movimento médio (40 consulentes/dia, dos quais 10 com atendimento presencial, 20 por telefone e 10 por via eletrônica ou postal), porém com características próprias, diante da significativa demanda de vistos de trabalho por parte de marítimos vinculados a empresas de cruzeiros com escritórios de representação neste país, assim como de técnicos e outras categorias de marítimos atrelados a empresas que prestam serviços à PETROBRAS no contexto da exploração de petróleo e gás na plataforma continental brasileira e nas zonas de exploração e prospecção no pré-sal (arrendamento de navios sonda, plataformas para perfuração, etc). Somente nesta última categoria, registro a concessão de 388 vistos de trabalho em 2014; 399, em 2015; e 270, ao longo dos nove primeiros meses de 2016. Outra particularidade observada, sobretudo no decorrer dos anos de 2015 e 2016, foi a importante afluência de demandas de visto de trabalho para técnicos que viajaram ao Brasil no contexto dos preparativos logísticos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: no total, o posto concedeu 182 vistos para esse contingente. Registro, por fim, que foram concedidos desde janeiro de 2013 um total de 3380 vistos (todas as categorias confundidas).

40. Registro, ainda, que manifestações dos usuários dos serviços consulares, mediante a Ouvidoria Consular, têm avaliado sempre de modo positivo o atendimento prestado pelo setor.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 96, DE 2016

(nº 533/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 533

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Os méritos do Senhor Cesário Melantonio Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.

EM nº 00340/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Exceléncia o nome de **CESÁRIO MELANTONIO NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica (Grécia).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CESÁRIO MELANTONIO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 618 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CESÁRIO MELANTONIO NETO

CPF.: 162.898.621-20

ID.: 4662 MRE

1949 Filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, nasce em 31 de outubro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1970 CPCD, IRBr
 1972 Direito pela Universidade do Distrito Federal
 1976 Pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris/FR
 1978 CAD - IRBr
 1988 CAE - IRBr, O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.

Cargos:

- 1972 Terceiro-Secretário
 1976 Segundo-Secretário, por merecimento
 1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1986 Conselheiro, por merecimento
 1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1972-73 Cerimonial, Chefe de Seção
 1973-75 Presidência da República, Adjunto do Cerimonial
 1975-78 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1978-79 Embaixada no México, Segundo-Secretário
 1979-80 Divisão da Europa-I, Assistente
 1980-82 Divisão do Pessoal, Assistente
 1982-84 Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário
 1984-85 Divisão de Visitas, assistente
 1985-87 Assessoria de Relações com o Congresso, Secretário-Especial, substituto
 1987-90 Embaixada em Roma, Conselheiro
 1990-93 Divisão Consular, Chefe
 1993-97 Consulado-Geral em Frankfurt, Cônsul-Geral
 1997-2001 Assessoria de Relações Federativas, Chefe
 2001-04 Embaixada em Teerã, Embaixador
 2004-08 Embaixada em Ancara, Embaixador
 2008-11 Embaixada no Cairo, Embaixador
 2013-14 Secretaria-Geral, Assessor Especial
 2014 Embaixada em Havana

Condecorações:

- 1973 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
 1973 Ordem do Mérito do Paraguai, Cavaleiro
 1973 Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, Grau III
 1974 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
 1975 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
 1978 Ordem da Águia Azteca, México, Oficial

1980	Ordem Soberana Militar, Malta, Comendador
1985	Ordem de Isabel, A Católica, Espanha, Oficial
1990	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Comendador
1999	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1999	Ordem do Pinheiro, Paraná, Brasil, Grã-Cruz
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2000	Ordem do Mérito, Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Meridional e da União Europeia

GRÉCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A GRÉCIA	
NOME OFICIAL:	República Helénica
GENTÍLICO:	Grego
CAPITAL:	Atenas
ÁREA:	131.990 km ² (equivalente à do Estado do Ceará)
POPULAÇÃO:	11.216.708 habitantes (equivalente ao Estado do Rio)

	Grande do Sul)
IDIOMA OFICIAL:	Grego
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Gregos ortodoxos: 97,6; católicos: 0,4%; protestantes: 0,1%; muçulmanos: 1,3%; outras: 0,7%
SISTEMA DE GOVERNO:	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Parlamento Grego)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Prokopis Pavlopoulos (desde 18/02/2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Alexis Tsipras (desde 26/01/2015)
CHANCELER:	Nikos Kotzias (desde janeiro de 2015)
PIB NOMINAL (FMI, 2015):	US\$ 193,0 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI, 2015):	US\$ 281,6 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2015):	US\$ 17,6 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2015):	US\$ 25,7 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-2,3% (2015); 0,8% (2014); -3,9% (2013); -6,5% (2012); -8,9% (2011); -5,4% (2010); -4,4% (2009)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,865 (29º)
EXPECTATIVA DE VIDA (Eurostat, 2016):	81,5 anos (2014)
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015):	97,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2014):	26,5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Kyriakos Amiridis
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	3.500

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan-julho
Intercâmbio	411	399	238	243	295	202	267	205	165	84
Exportações	370	332	203	175	191	160	151	137	117	61
Importações	41	67	35	68	103	42	115	68	48	23
Saldo	329	265	168	107	88	117	36	69	69	38

PERFIS BIOGRÁFICOS

Prokopis Pavlopoulos
Presidente da República Helênica



Nasceu em 10 de julho de 1950 em Kalamata, Peloponeso. Graduado em Direito pela Universidade de Atenas, continuou seus estudos na Universidade de Paris II, onde obteve, em 1977, o título de Doutor em Direito Público. Na Universidade de Atenas, ocupou diversos cargos letivos entre 1981 e 1989.

Entre 1989 e 1990, atuou como Ministro da Presidência e Porta-Voz do Governo de Xenophon Zolotas. Entre 1990 e 1995, serviu como Chefe da Assessoria Jurídica do presidente Konstantinos Karamanlis. Em 1996, foi eleito Membro do Parlamento pelo partido de centro-direita Nova Democracia, partido do qual ainda é membro, tendo sido reeleito sucessivamente até 2012.

Entre 2004 e 2009, atuou como ministro do Interior do governo do Nova Democracia. Em 18 de fevereiro de 2015, após indicação do primeiro-ministro Alexis Tsipras, foi eleito, pelo Parlamento grego, Presidente da Grécia.

Casado, tem 3 filhos.

**Alexis Tsipras
Primeiro-Ministro**



Nasceu em 28 de junho de 1974, em Atenas. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Politécnica Nacional de Atenas, onde também concluiu pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano. Trabalhou como Engenheiro na indústria da construção civil e conduziu série de estudos acerca do planejamento urbano.

Ainda no ensino médio, juntou-se à Juventude Comunista da Grécia. Entre 1999 e 2003, atuou como Secretário da Juventude do Synaspismos (Coalizão da Esquerda, dos Movimentos e da Ecologia). Em 2004, o Synaspismos reuniu-se com outros partidos da esquerda grega para formar a SYRIZA (Coalizão da Esquerda Radical), que se tornaria oficialmente um partido em 2012.

Em outubro de 2006, concorreu à Prefeitura de Atenas, terminando em terceiro lugar, com 10,5% dos votos. Em 2008, foi eleito Presidente do Synaspismos. No ano seguinte, foi eleito para o Parlamento grego e tornou-se líder do grupo parlamentar SYRIZA.

Em 2010, foi eleito vice-presidente do Partido da Esquerda Europeia. Em 2012, realizou visita ao Brasil, na condição de líder da SYRIZA, ocasião na qual manteve encontro com a então presidente Dilma Rousseff. Em 2013, foi o candidato da agremiação para a Presidência da Comissão Europeia.

Nomeado primeiro-ministro após a vitória da SYRIZA nas eleições de 25 de janeiro de 2015.

Casado, tem dois filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia desenvolvem relações caracterizadas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Em razão da distância, da crise

econômico-financeira internacional e da concentração da Grécia no seu entorno regional, é discreta a posição do Brasil no seu quadro de relações externas.

Após a ascensão de Alexis Tsipras à chefia do governo, em 2015, houve a intensificação momentânea do diálogo político bilateral. Foram realizados dois encontros entre a então presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro grego, ambos à margem de eventos multilaterais: em junho de 2015, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC, e em setembro do mesmo ano, em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Antes disso, a então presidente Dilma Rousseff havia realizado visita a Atenas em abril de 2011, ocasião em que se entrevistou com o então primeiro-ministro George Papandreou. Por sua vez, o então chanceler Celso Amorim visitou duas vezes a capital grega durante sua gestão: em 2003, quando de encontro de chanceleres UE-América Latina, e em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Do lado grego, não há registro de visita bilateral de alto nível ao Brasil em anos recentes.

A convergência entre Brasil e Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da UE, visto que, em geral, Atenas acompanha as posições bloco. Em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU. Têm-se sucedido trocas de apoios a candidaturas a órgãos multilaterais.

Mais recentemente, tem-se notado particular interesse do governo grego em obter o apoio do Brasil no FMI, no qual são discutidas ações e políticas relativas à questão da dívida grega. A posição brasileira tem sido, nesse contexto, de reconhecimento dos esforços de ajuste envidados por Atenas e dos custos sociais envolvidos no III Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país está submetido desde 2015. O Brasil tem apoiado a Grécia nas deliberações sobre a revisão do programa de ajuste grego no FMI.

Nas relações econômicas, registra-se assimetria nas transações comerciais e de serviços. O Brasil mantém superávit estrutural em seu comércio com a Grécia – em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras (café, fumo, açúcar) contra US\$ 48 milhões de importações de produtos gregos (nafta para petroquímica, mármore, cimento). A principal variação observada no comércio bilateral em 2015 foi a considerável ampliação das exportações de açúcar (mais de 180%), que passou da 11ª para a 3ª posição no ranking de produtos exportados pelo Brasil. O atual Governo grego tem demonstrado claro interesse em ampliar a cooperação e os negócios com o Brasil no setor de açúcar, em particular no que diz respeito à atração de investidores brasileiros que possam assumir usinas desativadas ou subutilizadas na Grécia. Outro item de potencial interesse para o

agronegócio brasileiro na Grécia é a carne de frango, que também figurou entre os itens de maior crescimento na pauta de 2015: passou do 20º para o 9º lugar no total geral e registrou aumento de 133,23%, na comparação com 2014.

A Grécia tem, ainda, interesse na exportação de laticínios e mel para o Brasil, bem como na retomada das vendas de pêssego em calda, atualmente sujeitas a sobretaxa. Após a realização de missão de inspeção à Grécia de técnicos do MAPA, em dezembro de 2015, aguarda-se a finalização do processo de habilitação do país como exportador desses produtos.

Já a balança de serviços é largamente favorável à Grécia, graças à ampla participação grega no setor de navegação internacional. Assim, em anos recentes, os saldos positivos da Grécia na balança bilateral de serviços foram de cerca de US\$ 194 milhões (2012), US\$ 185 milhões (2013) e US\$ 185 milhões (2014). Cabe notar a importante participação de embarcações e de pessoal grego nas atividades da PETROBRAS no Brasil, que vem aumentando nos últimos anos.

No âmbito cultural e educacional, Brasil e Grécia assinaram, em 2003, Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. Esse acordo está vigente no Brasil desde 2007. Além disso, a Grécia conta, atualmente, com uma estudante de pós-graduação brasileira no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi assinado, em 03 de abril de 2009, o Acordo de Cooperação em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, aprovado pelo Congresso Nacional em 2011, e ainda não aprovado pela parte grega.

Assuntos consulares

Estima-se que a comunidade brasileira na jurisdição do Posto chegue a 3.500 brasileiros, entre os quais há um pequeno número de estudantes, bolsistas e empresários; um pequeno número de binacionais; e um número considerável de irregulares.

A principal reivindicação da comunidade é obter acesso aos serviços fornecidos pelo governo grego à população em matéria de saúde e educação. Também se solicita com frequência apoio do governo brasileiro na divulgação da cultura nacional, em especial por meio de associações que a promovem.

O Conselho de Cidadania de Atenas, que funciona regularmente desde 2011, conta com dez membros que incluem assistentes sociais, advogados, médica, psicólogo, professores universitários, brasileiros em situação irregular e representantes das igrejas católica e evangélica.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Grécia.

POLÍTICA INTERNA

A Grécia é uma República Parlamentarista. O Presidente da República exerce a função de Chefe de Estado e é eleito pelo Parlamento para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito. Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 18 de fevereiro de 2015, o Presidente Prokopis Pavlopoulos (Nova Democracia) foi eleito com apoio da coalização de governo Syriza-Gregos Independentes.

O presidente da República nomeia o líder do partido mais votado no Parlamento para exercer o cargo de primeiro-ministro, que atua como Chefe de Governo. O Gabinete também é nomeado pelo presidente da República, a partir de recomendação do primeiro-ministro. O atual primeiro-ministro, Alexis Tsipras (Syriza), voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro após as eleições legislativas de 20 de setembro de 2015. Seu primeiro mandato, entre janeiro e agosto de 2015, teve fim com sua renúncia e posterior convocação de novas eleições após a assinatura do terceiro programa de resgate com os credores do país.

O Parlamento grego ("*Vouli ton Ellinon*") é unicameral, composto por 300 membros eleitos por sufrágio universal para exercer mandato de quatro anos.

O Poder Judiciário é composto por uma Corte Suprema e Criminal, com juízes vitalícios nomeados pelo Presidente da República após consulta a conselho judicial, uma Corte Suprema Administrativa e uma Corte de Auditores, além de Cortes de Apelação e de Cortes de Primeira Instância.

Em 25 de janeiro de 2015, Alexis Tsipras, líder da coalizão de esquerda radical SYRIZA, venceu as eleições legislativas e tornou-se primeiro-ministro, rompendo com a alternância no poder entre a Nova Democracia (centro-direita) e o PASOK (centro esquerda), estabelecida desde a redemocratização da Grécia, em 1974. Tsipras optou por formar governo de coalizão com o partido de centro-direita ANEL, com o qual compartilhava posições contrárias às políticas de austeridade.

O governo Tsipras enfrentou, desde o início, o desafio de conduzir as negociações com os credores oficiais (a "troika" Comissão Europeia-Banco Central Europeu-FMI) e implementar as promessas de campanha da SYRIZA de combate à austeridade e de reestruturação da dívida grega. As negociações, conduzidas por Tsipras e pelo então ministro das Finanças Yannis Varoufakis, foram marcadas por intensas dificuldades no diálogo com os credores. Às vésperas da expiração do prazo do II Programa de Ajuste Econômico, que vinha sendo aplicado desde 2012, o governo grego viu-se obrigado a decretar, em 29 de junho de 2015, feriado bancário e controle de capitais, diante do risco de colapso do sistema financeiro do país. Em 5 de julho de 2015, o PM Tsipras obteve vitória parcial ao ver respaldada por referendo sua posição de rechaço às propostas apresentadas pelos credores.

Contudo, diante do isolamento da Grécia nas negociações e do risco real de saída do país da zona do euro, Tsipras viu-se constrangido, em 13 de julho de 2015, a ceder à quase totalidade das exigências dos credores oficiais e aceitar a abertura de negociações do III Programa de Ajuste Econômico.

A posição assumida, a partir de então, pelo governo Tsipras, de compromisso com as reformas exigidas pelo terceiro "bailout", provocou dissidências no âmbito da SYRIZA. Além de Varoufakis, que se demitiu logo após a celebração do acordo de princípios de 13 de julho de 2015, outras figuras de peso que se situavam no polo mais à esquerda do partido, como o ex-ministro da Energia e do Meio Ambiente Panagiotis Lafazanis e a presidente do Parlamento Zoe Constantopoulou, passaram a contestar as decisões de Tsipras e acabaram por formar nova legenda, a Unidade Popular. Em 20 de agosto de 2015, Tsipras apresentou sua renúncia e abriu caminho para eleições antecipadas, com a expectativa de construir maioria parlamentar mais sólida e conter o avanço dos dissidentes.

Embora vitorioso, o PM obteve apenas maioria frágil no Parlamento (155 cadeiras de um total de 300, reduzindo-se depois para 153, diante de novas dissidências). A situação de seu governo pode ser considerada, assim, politicamente insegura, sobretudo frente às perspectivas de crescimento das divergências com os diferentes grupos atingidos pelas reformas contidas no III Programa de Ajuste Econômico, em particular as do sistema previdenciário e de benefícios fiscais para agricultores. A gestão da crise migratória revela-se igualmente desafio de curto prazo para o Governo, mormente em vista da possibilidade de permanência de milhares de migrantes em território grego nos próximos meses.

POLÍTICA EXTERNA

Os esforços da política externa grega têm sido concentrados, sobretudo, na gestão das duas crises simultaneamente enfrentadas pelo país, relacionadas à sua dívida e aos fluxos de migrantes oriundos da Turquia. O país tem buscado angariar apoio, sobretudo no marco europeu, à flexibilização das políticas de austeridade, defendidas principalmente pela Alemanha, e à possibilidade de reestruturação de sua dívida junto aos credores oficiais. Ao mesmo tempo, a diplomacia do governo Tsipras tem procurado transmitir imagem internacional de compromisso com as reformas exigidas no marco do III Programa de Ajuste Econômico e, com isso, recuperar a confiança dos mercados na Grécia.

No caso da crise migratória, o esforço mais recente tem sido o de buscar respostas, no âmbito europeu, para o agravamento da situação humanitária e de

segurança do país, diante dos contínuos fluxos oriundos da Turquia e das restrições impostas ao seu ingresso através da fronteira com a Antiga República Iugoslava da Macedônia. Somente em 2015, o país recebeu mais de 900 mil migrantes. A expectativa, no momento, concentra-se na implementação do acordo entre a UE e a Turquia, que permitiria a recondução de migrantes diretamente da Grécia para o território turco, embora haja ceticismo quanto às chances de sucesso desse arranjo.

Paralelamente, o chanceler Nikos Kotzias vem conduzindo política de construção de confiança com os países vizinhos e do entorno regional, notadamente Albânia, Bulgária, Turquia e FYROM. No caso da Turquia, as relações continuam a alternar momentos de tensão, motivados pelos litígios de fronteiras aéreas e marítimas no Egeu, com iniciativas voltadas a fortalecer a cooperação, sobretudo nos campos econômico e comercial.

Outro eixo importante de atuação da política externa grega é do fortalecimento do papel do país na segurança energética europeia, em particular no que diz respeito ao fornecimento de gás para o continente. Após sinalizar, no primeiro semestre de 2015, interesse em participar do projeto russo "Turkish Stream" – o que poderá ter servido como instrumento de pressão política junto a europeus e norte-americanos, no contexto das negociações com os credores – a Grécia vem-se aproximando mais recentemente das posições da UE e dos EUA, engajando-se nas negociações sobre a construção de interconector com a Bulgária. Mantém-se, no entanto, a preocupação em preservar a qualidade da relação tradicional e multifacetada com Moscou.

Israel consolidou-se, sob o governo Tsipras, como um dos mais importantes parceiros da Grécia, tanto no plano bilateral como no marco de estrutura trilateral de cooperação com Chipre, na qual se destacam as perspectivas de construção de gasoduto voltado à exportação de gás para a Europa. A diplomacia grega também tem atribuído grande importância ao estabelecimento de outros esquemas trilaterais de cooperação, envolvendo Chipre e Egito e Chipre e Jordânia, que reforçam o papel da Grécia como ator relevante no cenário político e estratégico do Mediterrâneo Oriental e não deixam de representar contraposição ao peso regional da Turquia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia grega

Com um PIB de 179 bilhões de euros, a economia grega é considerada desenvolvida pelas instituições multilaterais de crédito. Em âmbito europeu, a economia grega é, contudo, pouco significativa (1,6% da economia da zona do

euro) e relativamente pobre (43% do PIB per capita alemão). Estruturalmente, o país caracteriza-se pela dominância de unidades produtivas relativamente pequenas e de baixa produtividade. O setor agrícola, que responde por 3% do PIB, consiste em unidades familiares e continua dependente dos subsídios comunitários. A indústria grega, por sua vez, representa 20% do PIB, mas tem-se mostrado pouco apta para enfrentar a abertura comercial imposta pela integração ao mercado comum europeu. Finalmente, o setor terciário, que é responsável por 75% da economia grega, também é dominado por unidades produtivas de pequena escala, embora abrigue dois dos setores mais dinâmicos do país, turismo e transportes marítimos.

A balança comercial é deficitária, o que reflete não só as fragilidades da manufatura e agropecuária gregas, como também a dependência da importação de hidrocarbonetos. A balança de serviços, por sua vez, é estruturalmente superavitária, em decorrência das rendas obtidas com transporte marítimo e turismo. Em relação às transferências unilaterais, vale mencionar o papel dos recursos recebidos da União Europeia, que equivalem, em média, a cerca de 3% do PIB. No caso da conta de capital, destaca-se a capacidade relativamente limitada da economia grega de atrair investimentos diretos estrangeiros. Durante a década de 2000, a economia grega financiou seus crescentes déficits em transações correntes por meio de empréstimos bancários. Com o início da crise e a fuga de capitais, os fundos públicos europeus e do FMI substituíram os credores privados.

Em 2010, a Grécia entrava em seu terceiro ano de crescimento negativo e os mercados financeiros especulavam fortemente com papéis gregos. Apenas a assistência financeira estendida pelos países da zona do euro e pelo FMI – que, em troca de créditos oficiais, previa a adoção de medidas de austeridade e reformas liberalizantes – evitou que a Grécia declarasse, naquele momento, moratória de sua dívida. Após dois novos programas de resgate, persistem, todavia, grandes incertezas quanto à recuperação econômica do país e mesmo sobre o futuro da Grécia na zona do euro.

A estratégia de "desvalorização interna" prevista nos programas de ajuste permitiu reduzir o déficit fiscal e eliminar o déficit em conta corrente. A recuperação das contas externas, contudo, deveu-se, principalmente, ao colapso das importações, e o ajuste fiscal não foi capaz de levar a dívida pública a trajetória descendente. Apesar da reestruturação da dívida com os credores privados (2012) e da redução de juros e ampliação dos prazos junto aos credores oficiais europeus, a relação dívida pública/PIB cresceu de 126% do PIB, em 2010, para 179% do PIB, em 2015. Tal resultado explica-se pelo colapso do PIB nominal grego (queda de 25% no período).

O mercado de trabalho foi afetado pela queda da atividade econômica, com o desemprego chegando a 28% em meados de 2013, tendo cedido lentamente desde então (situa-se, atualmente, em torno de 25%, em geral, e de 48% para a população com menos de 25 anos). O ajuste fiscal e as reformas estruturais concentraram-se na elevação de impostos indiretos, corte de serviços públicos e redução de direitos trabalhistas. Entre as várias medidas adotadas, vale mencionar: a redução nominal do salário mínimo em cerca de 20% em 2012; os cortes de gastos na área de saúde pública, e as seguidas reduções nominais nos salários de funcionários públicos e de pensionistas.

Apesar da instabilidade financeira, da imposição dos controles de capitais e das novas medidas de austeridade, a economia grega vem surpreendendo pela relativa resiliência. Dados preliminares indicam que o PIB retraiu-se 0,3% em 2015, quando a expectativa, em agosto de 2015, era de uma recessão muito mais intensa. Ao que tudo indica, os resultados fiscais, impulsionados pela nova rodada de elevação de impostos e pela bancarização da economia a partir da imposição de controle de capitais (foram emitidos cerca de 3 milhões de cartões bancários desde julho passado), também surpreenderão positivamente. De todo modo, persistem dúvidas quanto às possibilidades de recuperação econômica sustentada. Destacam-se, nesse sentido, os riscos de renovada instabilidade no setor bancário local - que, apesar da recente capitalização, permanece muito exposto a ativos de qualidade duvidosa - e de eventual desaceleração das principais economias europeias.

Atualmente, o Governo está envolvido nas negociações para concluir a primeira revisão do III Programa, que demandará de Atenas, entre outras medidas, a implementação de mais uma reforma previdenciária, bem como de novas medidas fiscais para garantir o cumprimento da meta de superávit primário de 0,5% do PIB neste ano e 3,5% do PIB em 2018. A revisão possibilitaria, por sua vez, o início das discussões sobre a renegociação da dívida pública grega junto aos credores oficiais.

O processo de revisão tem sido turbulento. Após a divulgação de sua proposta de reforma previdenciária, o Governo tem enfrentado protestos, liderados principalmente por autônomos, profissionais liberais e agricultores - os mais atingidos pela proposta. Os credores oficiais, principalmente a Alemanha e o FMI, por sua vez, julgam a proposta insuficiente e têm pressionado por novas reduções do valor nominal das aposentadorias. Não há entendimento tampouco sobre o escopo das medidas fiscais que o Governo grego deve implementar nos próximos anos, com o FMI demandando intervenções fiscais severas.

Comércio exterior

Entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a Grécia mostrou

pouco dinamismo, com decréscimo de 46,1% na corrente comercial. O fluxo comercial passou de US\$ 307 milhões, no primeiro ano da série histórica, para US\$ 165 milhões, no ano passado. No último biênio, a corrente comercial sofreu forte retração. O saldo comercial, no último triênio, foi favorável ao Brasil.

Em 2015, o perfil das exportações brasileiras para a Grécia foi majoritariamente composto por produtos primários (café, tabaco, açúcar e minério de alumínio). O terreno das importações foi basicamente composto de produtos semi-manufaturados: i) naftas para petroquímica (40,0% do total); ii) mármore trabalhado (8,9%); iii) lâminas de barbear (6,2%); iv) cimento hidráulico (5,5%); (v) azeite de oliva (3,8%).

Investimentos

O último registro de Investimento Direto da Grécia no Brasil é de 2009, no valor de US\$ 9,54 milhões. O estoque dos investimentos gregos no país é de US\$ 33 milhões, consoante dados de 2014. Já o Brasil não registrou nenhum investimento no país europeu na última década, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil.

Os principais investidores estrangeiros na Grécia em 2014, por estoque de investimentos, foram Luxemburgo (4,8 bilhões de euros), Alemanha (4,6 bilhões de euros), Holanda (4,5 bilhões de euros), França (1,5 bilhão de euros) e Estados Unidos (1,4 bilhão de euros).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1829	Independência da Grécia.
1913	Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
1917	O país ingressa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
1920	Plebiscito restaura a monarquia; George II assume o trono em 1922.
1924-	Segue-se um curto período republicano.
1935	
1935	George II é recolocado no trono graças a novo plebiscito.
1941	A Grécia é ocupada pelos alemães; o Rei se exila em Londres.
1944	A União Soviética expulsa os nazistas dos Balcãs.
1946	Novo plebiscito reinstala George II no trono.
1949	George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil contra os soviéticos.
1967	Com apoio dos EUA, militares liderados por Georgios Papadopoulos dão golpe de Estado e instauram ditadura militar, reforçando

	repressão anticomunista.
1973	Militares decidem abolir monarquia, desencadeando onda de protestos no ano seguinte; governo é devolvido aos civis.
1974	Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Plebiscito rejeita retorno da monarquia.
1975	Com nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
1976	O grego se torna língua oficial.
1980	Costas Karamanlis é eleito Presidente do país.
1981	A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia.
2004	Jogos Olímpicos em Atenas.
2004	O conservador Partido Nova Democracia liderado por Costas Karamanlis assumiu as rédeas do governo a partir do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), após uma vitória nas eleições no início de março.
2007	Karamanlis vence as eleições. Afirma que prosseguirá com a política de reformas e fará da unidade nacional uma prioridade.
2008	Escândalos políticos resultam na demissão de membros do alto escalão do Governo Karamanlis. Em dezembro, a morte de um estudante por um policial desencadeia manifestações violentas em diversas cidades.
2009	Início da crise econômica grega.
2012	Eleições parlamentares em maio geram impasse na formação de novo governo. Convocadas novas eleições, em junho, o partido Nova Democracia, assume o comando do governo, por meio de seu líder, Antonis Samaras, e em coalizão com o partido PASOK.
2012-2014	Agravamento da crise econômica alimenta a instabilidade política, o que se reflete na incapacidade de o Parlamento grego eleger novo presidente e na convocação de eleições antecipadas.
2015	Partido Syriza é vencedor das eleições e forma coalizão com o partido nacionalista Gregos Independentes (janeiro).
2015	Referendo rejeita termos do programa de resgate proposto pelos credores (julho).
2015	Grécia e seus credores aprovam programa de resgate no montante de EUR 86 bilhões.
2016	Grande influxo de migrantes pelo território grego leva a Macedônia a fechar sua fronteira com o país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1883	Santa Catarina é sede da primeira colônia grega constituída no Brasil.
1912	Emb. Oscar de Teffé é o primeiro Embaixador a assumir a Legação do Brasil em Atenas.
1941	Fechada a Legação do Brasil durante a II Guerra Mundial.
1945	Reaberta a Legação do Brasil em Atenas.
1958	Representação do Brasil é elevada à categoria de Embaixada.
Década de 1980	O número de gregos no Brasil diminui, com o início de fluxo imigratório revertido com a ida de descendentes de helênicos para a Grécia.
2003	Visita à Grécia do então ministro Celso Amorim, para encontro de

	chanceleres da UE e América Latina.
2005	Visita à Grécia do então presidente da APEX, Juan Quirós.
2006	Criado o Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil, presidido pelo Parlamentar Evangelos Polizos.
2006	Visita ao Brasil do deputado Eviplidis Stylianidis, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia.
2006	Visita ao Brasil de Sua Santidade Ecumênica Bartolomeu I, Patriarca de Constantinopla.
2007	Visita à Grécia do então presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.
2008	Visita do enviado especial da então Chanceler Dora Bakoyannis, Embaixador Michail Christides (setembro).
2008	Encontro do então ministro Celso Amorim com a então Chanceler Dora Bakoyannis, à margem da 63ª AGNU.
2009	Visita oficial à Grécia do então ministro Celso Amorim.
2011	Visita a Atenas da então presidente Dilma Rousseff e encontro com o então Primeiro-Ministro George Papandreou (abril).
2015	Encontros entre a então presidente Dilma Rousseff e o PM Tsipras, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC (junho); e em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro).

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação	03/04/2009	06/11/2011	Em promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helênica sobre Extradição	03/04/2009	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Grécia	27/03/2003	15/12/2007	26/03/2008
Acordo de Cooperação no Setor do Turismo	19/12/2002	16/11/2007	24/01/2008
Ajuste para a Execução do Acordo de Previdência Social	16/07/1992	29/01/1993	29/01/1993
Acordo de Previdência Social	12/09/1984	01/09/1988	12/03/1990
Acordo de Comércio	09/06/1975	02/07/1976	13/08/1976
Acordo para a Supressão de Vistos em	03/04/1961	03/04/1961	12/06/1961

Passaportes Diplomáticos e Especiais			
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por via Comum	03/05/1951	03/05/1951	16/07/1951

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Grécia

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-3,20%	0,65%	-0,23%	-0,58%	2,66%
PIB nominal (US\$ bilhões)	239,59	235,95	195,32	194,59	203,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	21.773	21.593	18.064	18.035	18.873
PIB PPP (US\$ bilhões)	277,39	283,80	285,98	287,11	298,83
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.209	25.972	26.449	26.610	27.753
População (milhões de habitantes)	11,00	10,93	10,81	10,79	10,77
Desemprego (%)	27,48%	26,50%	25,00%	25,03%	23,36%
Inflação (%) ⁽²⁾	-1,82%	-2,54%	0,42%	0,17%	0,85%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,05%	-2,12%	0,00%	-0,22%	-0,30%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,75	0,75	0,90	0,92	0,93

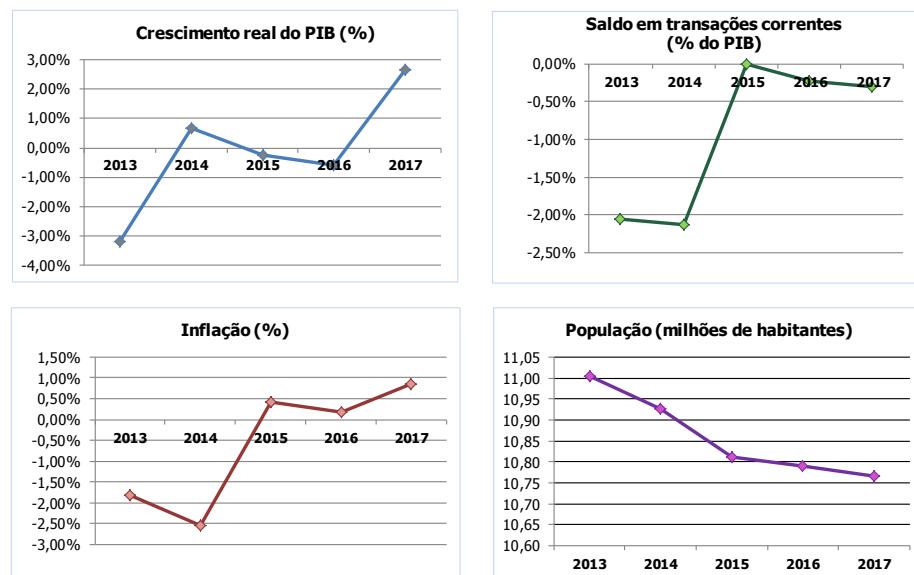
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	3,9%
Indústria	13,3%
Serviços	82,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report August 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

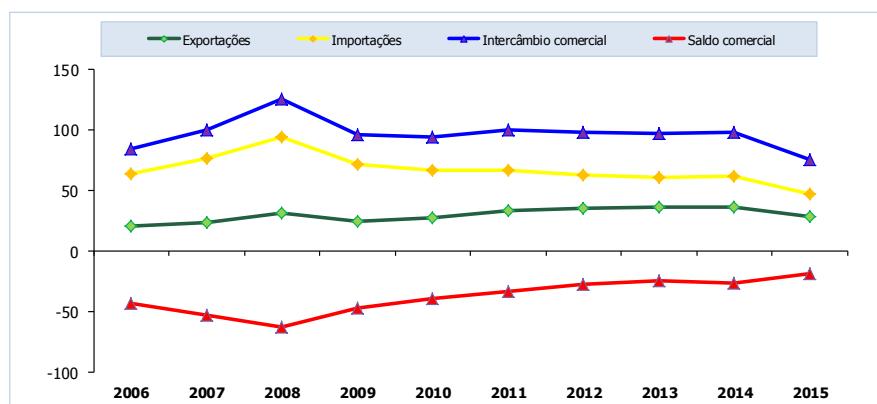
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Grécia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	20,94	20,1%	63,74	16,1%	84,68	17,1%	-42,80
2007	23,50	12,2%	76,10	19,4%	99,60	17,6%	-52,60
2008	31,13	32,4%	94,35	24,0%	125,47	26,0%	-63,22
2009	24,24	-22,1%	71,54	-24,2%	95,78	-23,7%	-47,30
2010	27,59	13,8%	66,45	-7,1%	94,04	-1,8%	-38,87
2011	33,38	21,0%	66,69	0,4%	100,07	6,4%	-33,32
2012	35,15	5,3%	62,50	-6,3%	97,66	-2,4%	-27,35
2013	36,26	3,2%	61,15	-2,2%	97,41	-0,3%	-24,89
2014	35,76	-1,4%	62,18	1,7%	97,94	0,5%	-26,43
2015	28,20	-21,1%	47,19	-24,1%	75,39	-23,0%	-18,98
2016(jan-mar)	6,33	-10,4%	11,28	-8,8%	17,50	-9,9%	-4,95
Var. % 2006-2015	34,7%	--	-26,0%	--	-11,0%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

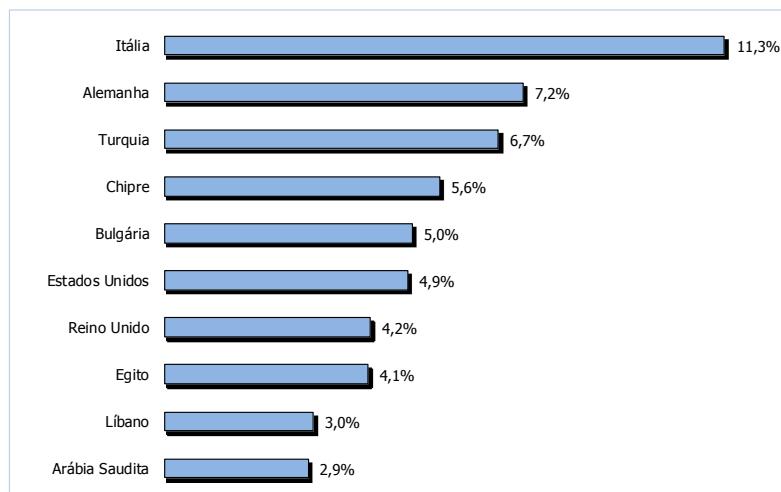


Direção das exportações da Grécia
US\$ bilhões

Países	2015	Part. % no total
Itália	3,19	11,3%
Alemanha	2,04	7,2%
Turquia	1,90	6,7%
Chipre	1,57	5,6%
Bulgária	1,41	5,0%
Estados Unidos	1,39	4,9%
Reino Unido	1,17	4,2%
Egito	1,16	4,1%
Líbano	0,85	3,0%
Arábia Saudita	0,82	2,9%
...		
Brasil (67ª posição)	0,04	0,1%
Subtotal	15,53	55,1%
Outros países	12,67	44,9%
Total	28,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais destinos das exportações

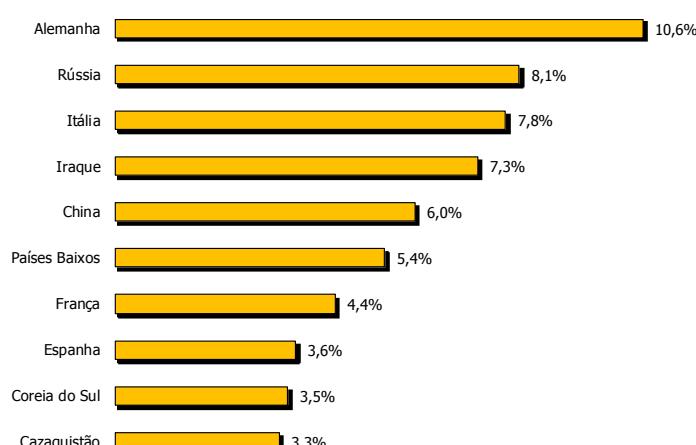


Origem das importações da Grécia
US\$ bilhões

Países	2015	Part. % no total
Alemanha	4,98	10,6%
Rússia	3,82	8,1%
Itália	3,69	7,8%
Iraque	3,43	7,3%
China	2,83	6,0%
Países Baixos	2,55	5,4%
França	2,08	4,4%
Espanha	1,71	3,6%
Coreia do Sul	1,63	3,5%
Cazaquistão	1,55	3,3%
...		
Brasil (46ª posição)	0,12	0,2%
Subtotal	28,38	60,1%
Outros países	18,81	39,9%
Total	47,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais origens das importações

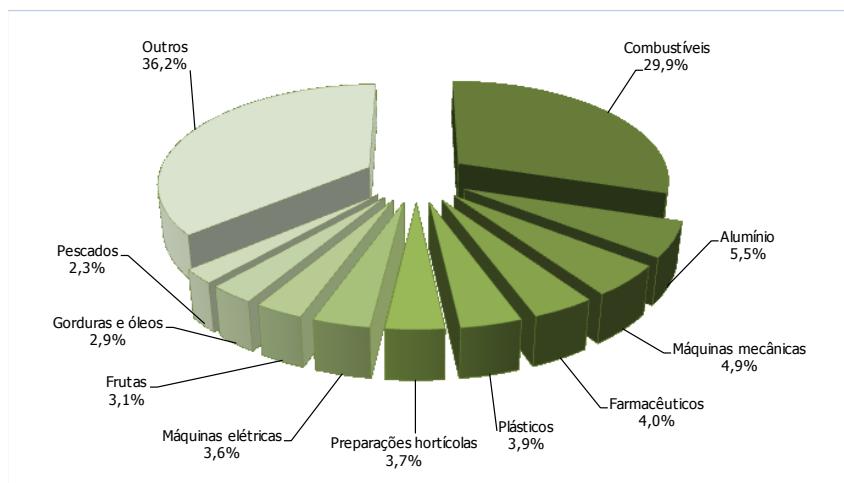


Composição das exportações da Grécia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	8,43	29,9%
Alumínio	1,56	5,5%
Máquinas mecânicas	1,39	4,9%
Farmacêuticos	1,13	4,0%
Plásticos	1,10	3,9%
Preparações hortícolas	1,04	3,7%
Máquinas elétricas	1,03	3,6%
Frutas	0,87	3,1%
Gorduras e óleos	0,83	2,9%
Pescados	0,64	2,3%
Subtotal	18,01	63,8%
Outros	10,20	36,2%
Total	28,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

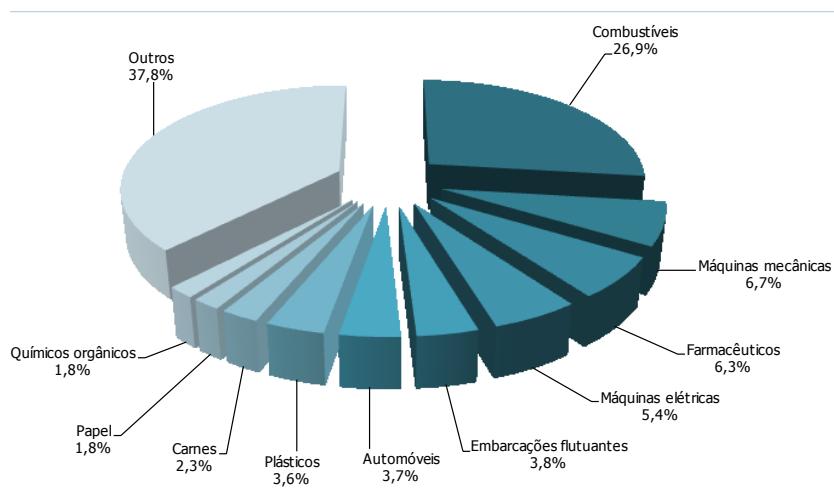


Composição das importações da Grécia
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Combustíveis	12,70	26,9%
Máquinas mecânicas	3,14	6,7%
Farmacêuticos	2,98	6,3%
Máquinas elétricas	2,56	5,4%
Embarcações flutuantes	1,78	3,8%
Automóveis	1,74	3,7%
Plásticos	1,70	3,6%
Carnes	1,10	2,3%
Papel	0,84	1,8%
Químicos orgânicos	0,83	1,8%
Subtotal	29,36	62,2%
Outros	17,82	37,8%
Total	47,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

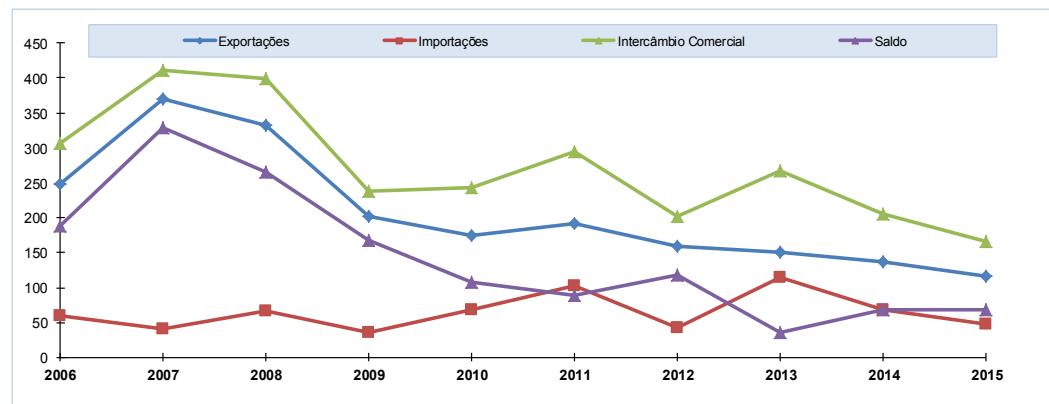
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Grécia
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial				Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil		
2006	247	42,4%	0,18%	59	123,6%	0,06%	307	53,1%	0,13%	188	
2007	370	49,6%	0,23%	41	-30,4%	0,03%	411	34,1%	0,15%	329	
2008	332	-10,3%	0,17%	67	62,1%	0,04%	399	-3,0%	0,12%	265	
2009	203	-38,9%	0,13%	35	-47,7%	0,03%	238	-40,4%	0,08%	168	
2010	175	-13,7%	0,09%	68	94,1%	0,04%	243	2,2%	0,06%	107	
2011	191	9,3%	0,07%	103	52,1%	0,05%	295	21,2%	0,06%	88	
2012	160	-16,6%	0,07%	42	-59,1%	0,02%	202	-31,5%	0,04%	117	
2013	151	-5,1%	0,06%	115	172,8%	0,05%	267	32,1%	0,06%	36	
2014	137	-9,7%	0,06%	68	-40,7%	0,03%	205	-23,1%	0,05%	69	
2015	117	-14,4%	0,06%	48	-29,2%	0,03%	165	-19,3%	0,05%	69	
2016 (jan-jul)	61	-1,2%	0,06%	23	-39,2%	0,03%	84	-15,6%	0,05%	38	
Var. % 2006-2015	-52,7%	--	--	-18,4%	--	--	-46,1%	--	n.c.		

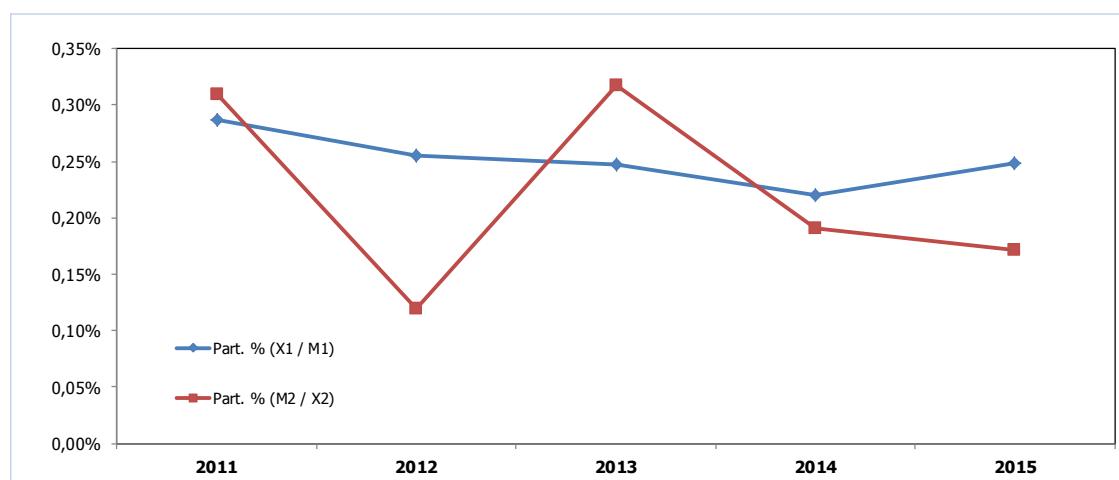
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Grécia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014-2015
Exportações do Brasil para a Grécia (X1)	191	160	151	137	117	-14,4%
Importações totais da Grécia (M1)	66.692	62.504	61.148	62.181	47.186	-24,1%
Part. % (X1 / M1)	0,29%	0,26%	0,25%	0,22%	0,25%	12,8%
Importações do Brasil originárias da Grécia (M. 103	103	42	115	68	48	-29,2%
Exportações totais da Grécia (X2)	33.377	35.151	36.262	35.755	28.203	-21,1%
Part. % (M2 / X2)	0,31%	0,12%	0,32%	0,19%	0,17%	-10,2%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Grécia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

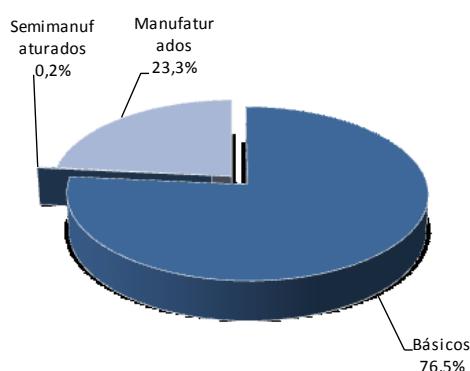


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

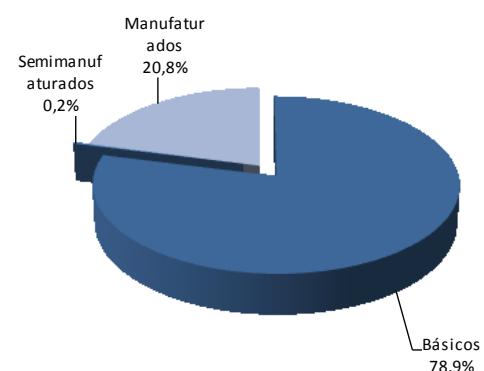
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

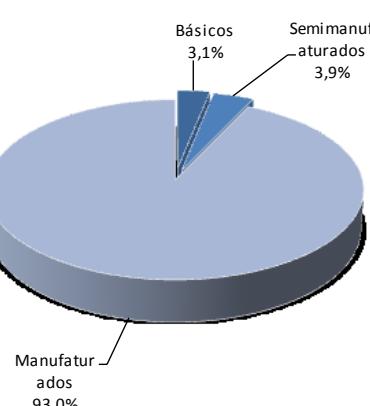


2015

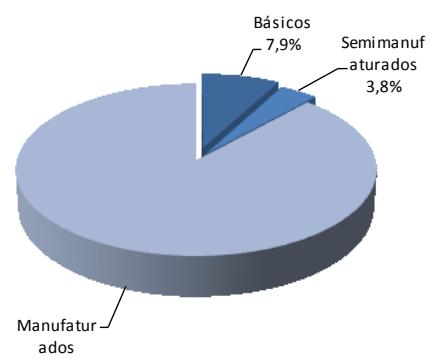


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Agosto de 2016.

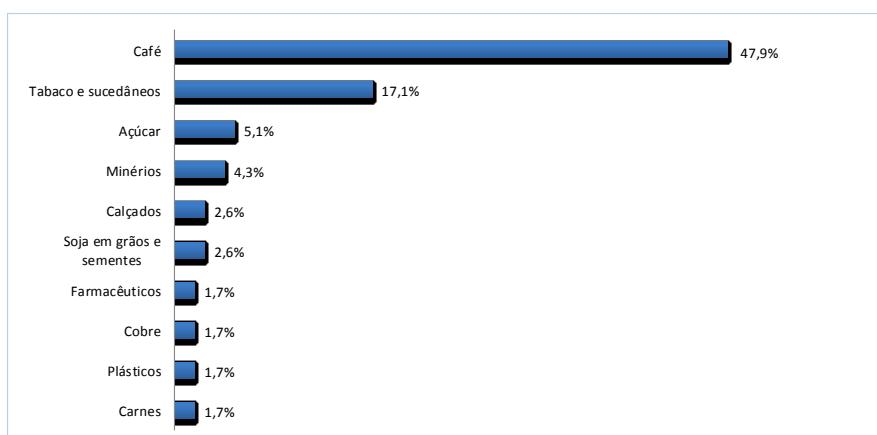
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Grécia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	60	39,3%	59	43,1%	56	47,9%
Tabaco e sucedâneos	22	14,5%	22	16,1%	20	17,1%
Açúcar	29	19,2%	2	1,5%	6	5,1%
Minérios	10	6,6%	10	7,3%	5	4,3%
Calçados	3	2,0%	5	3,7%	3	2,6%
Soja em grãos e sementes	0	0,0%	5	3,7%	3	2,6%
Farmacêuticos	2	1,3%	2	1,5%	2	1,7%
Cobre	0	0,0%	3	2,2%	2	1,7%
Plásticos	0	0,2%	0	0,2%	2	1,7%
Carnes	3	2,0%	1	0,7%	2	1,7%
Subtotal	129	85,1%	109	79,9%	101	86,3%
Outros produtos	23	14,9%	27	20,1%	16	13,7%
Total	151	100,0%	137	100,0%	117	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

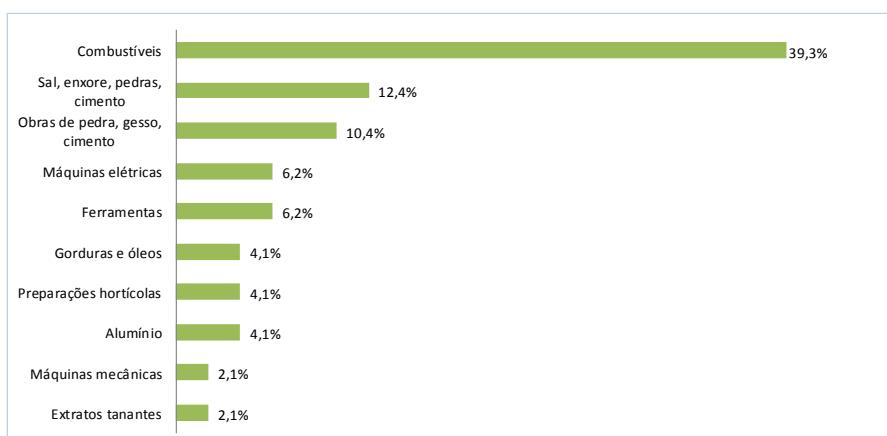


Composição das importações brasileiras originárias da Grécia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	80	69,5%	0	0,2%	19	39,3%
Sal, enxore, pedras, cimento	4	3,5%	13	19,1%	6	12,4%
Obras de pedra, gesso, cimento	7	6,1%	7	10,3%	5	10,4%
Máquinas elétricas	4	3,5%	6	8,8%	3	6,2%
Ferramentas	5	4,3%	4	5,9%	3	6,2%
Gorduras e óleos	2	1,7%	3	4,4%	2	4,1%
Preparações hortícolas	1	0,4%	2	3,4%	2	4,1%
Alumínio	3	2,6%	2	2,9%	2	4,1%
Máquinas mecânicas	4	3,5%	3	3,8%	1	2,1%
Extratos tanantes	1	0,6%	1	1,1%	1	2,1%
Subtotal	110	95,7%	41	59,8%	44	91,1%
Outros produtos	5	4,3%	27	40,2%	4	8,9%
Total	115	100,0%	68	100,0%	48	100,0%

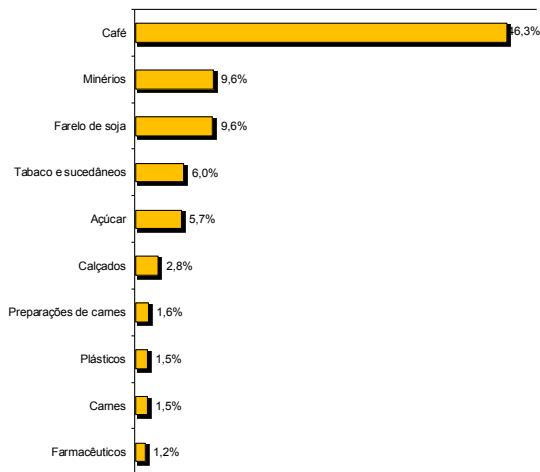
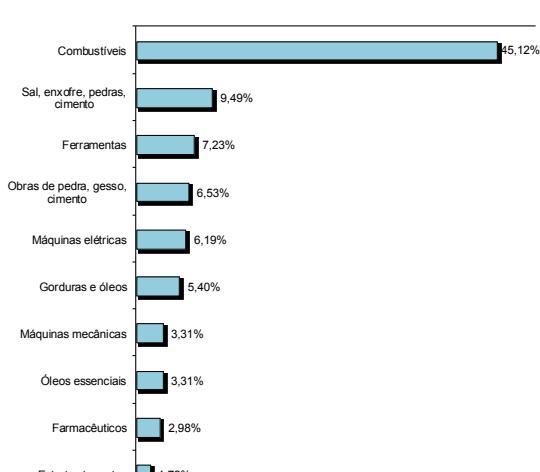
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (jan-jul)	Part. % no total	2016 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Café	28,5	46,0%	28,3	46,3%	Café
Minérios	3,0	4,8%	5,9	9,6%	Minérios
Farelo de soja	0,8	1,2%	5,9	9,6%	Farelo de soja
Tabaco e sucedâneos	9,1	14,7%	3,7	6,0%	Tabaco e sucedâneos
Açúcar	1,9	3,0%	3,5	5,7%	Açúcar
Calçados	1,6	2,6%	1,7	2,8%	Calçados
Preparações de carnes	0,8	1,3%	1,0	1,6%	Preparações de carnes
Plásticos	1,3	2,1%	0,9	1,5%	Plásticos
Carnes	1,2	1,9%	0,9	1,5%	Carnes
Farmacêuticos	0,8	1,3%	0,7	1,2%	Farmacêuticos
Subtotal	49,0	79,2%	52,4	85,7%	
Outros produtos	12,9	20,8%	8,7	14,3%	
Total	61,9	100,0%	61,1	100,0%	
Grupos de Produtos	2015 (jan-jul)	Part. % no total	2016 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Combustíveis	19,34	50,9%	10,42	45,1%	Combustíveis
Sal, enxofre, pedras, cimen	4,85	12,8%	2,19	9,5%	Sal, enxofre, pedras, cimento
Ferramentas	1,70	4,5%	1,67	7,2%	Ferramentas
Obras de pedra, gesso, cim	2,83	7,5%	1,51	6,5%	Obras de pedra, gesso, cimento
Máquinas elétricas	2,29	6,0%	1,43	6,2%	Máquinas elétricas
Gorduras e óleos	1,21	3,2%	1,25	5,4%	Gorduras e óleos
Máquinas mecânicas	1,03	2,7%	0,77	3,3%	Máquinas mecânicas
Óleos essenciais	0,12	0,3%	0,77	3,3%	Óleos essenciais
Farmacêuticos	0,00	0,0%	0,69	3,0%	Farmacêuticos
Extratos tanantes	0,50	1,3%	0,40	1,7%	Extratos tanantes
Subtotal	33,86	89,2%	21,08	91,3%	
Outros produtos	4,11	10,8%	2,01	8,7%	
Total	37,97	100,0%	23,09	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

2^a PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS

1

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NO ESTADO DA CIDADE DO VATICANO
EMBAIXADOR DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

O último triênio, que coincidiu com o meu mandato como Embaixador junto à Santa Sé, incumbência esta enriquecedora, que muito me honrou, transcorreu sob o signo do advento, inédito na história da Igreja, da eleição do primeiro pontífice sul-americano: o cardeal jesuíta, de nacionalidade argentina, Jorge Mario Bergoglio, que adotou o nome de Francisco, já como prenúncio de seu patrocínio à causa da caridade para com os pobres. Carismático e comunicativo, papa Francisco tem-se mostrado um notável formador de opinião, posicionando assim o Vaticano no epicentro de questões fundamentais da contemporaneidade, tais como a preocupação com o meio ambiente, o fomento a uma cultura de paz e diálogo, o enfrentamento da condição dos imigrantes, a promoção de padrões éticos de governança, o respeito aos direitos humanos e a própria reforma de estruturas e práticas da Cúria Romana, em resposta a crises internas da Igreja e a demandas externas por maior transparência da instituição. Para o Brasil, onde cerca de dois terços da população (64,6%) observa o credo católico e onde quase nove em cada dez brasileiros se declara cristão (86,8%), acompanhar e avaliar de perto esses movimentos representará sempre, mais que um privilégio, um imperativo.

2.0 início de minha gestão coincidiu com a XXVIII Jornada Mundial da Juventude (Rio de Janeiro, 23 a 28/07/2013). No que foi a pioneira viagem internacional de seu pontificado e também o primeiro evento do gênero em país lusófono, o Papa Francisco confraternizou-se, no Rio de Janeiro, com jovens oriundos de 178 países, além de ter visitado o Santuário

Nacional de Aparecida e se encontrado por duas vezes com bispos do Brasil e da América Latina.

3. Em janeiro de 2014, o Sumo Pontífice anunciou a criação de 19 novos cardeais, entre os quais um brasileiro: o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta. As escolhas dos novos purpurados denotam a vontade papal de aprofundar o processo de internacionalização da burocracia eclesiástica, descentralizando o processo decisório na Cúria Romana. Ademais, o perfil pastoral dos novos cardeais exprime o compromisso de Bergoglio com as virtudes da austeridade e da humildade no serviço cardinalício, simbolizadas pela histórica criação dos primeiros cardeais de Burkina Faso, Cabo Verde, Haiti, Mianmar, Panamá e Tonga. Como reflexo dessa configuração, o Brasil conta hoje com quatro cardeais eleitos: Dom Odilo Pedro Scherer, Dom Raymundo Damasceno de Assis, Dom João Braz de Aviz e Dom Orani Tempesta.

4. No mês seguinte daquele ano, a ex-presidente Dilma Rousseff visitou a Santa Sé, onde recebeu cordial acolhida pessoal de Sua Santidade, em reforço a uma dinâmica positiva, de interesse mútuo, com foco prioritário na promoção da paz, no combate à fome e à pobreza e na rejeição a todo tipo de discriminação contra a pessoa humana.

5. Em outro desdobramento, de grande repercussão, da proximidade e da afeição que tem para com as causas brasileiras, papa Francisco assinou, em abril de 2014, o "motu proprio" referente à canonização de José de Anchieta, na modalidade conhecida como canonização equipolente. Como corolário dessa canonização, Sua Santidade celebrou, em 24 de abril de 2014, missa de ação de graças, organizada por esta Embaixada, em parceria com a Companhia de Jesus, ordem à qual pertenceu José de Anchieta, com expressiva presença de

autoridades, tanto locais como brasileiras, entre as quais se destacaram o então vice-presidente da República Michel Temer e o senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal. Digno de registro é o fato de que tal missa, ocorrida na Igreja de Santo Inácio de Loiola, foi a primeira jamais celebrada em língua portuguesa, por um papa, em Roma.

6. O diplomaticamente denso ano de 2014 foi, por fim, marcado pela comemoração, em setembro, do octogésimo aniversário do Colégio Pio Brasileiro, instituto eclesiástico de direito pontifício, concebido com a missão de abrigar sacerdotes diocesanos que vêm a Roma para desenvolver estudos de pós-graduação nos campos da Teologia, da Filosofia e de outras ciências afins. O colégio é atualmente dirigido por uma equipe de sacerdotes diocesanos escolhidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sujeitos à autoridade máxima de seu atual reitor, o padre Geraldo dos Reis Maia, da Arquidiocese de Uberaba - MG.

7. A Pontifícia Academia de Ciências Sociais, dirigida pelo bispo argentino Marcelo Sánchez Sorondo, tem intensificado sua ação na realização de encontros internacionais sobre temas de interesse da Santa Sé, tais como o combate a formas de escravidão moderna e a ilícitos transnacionais. Assim, uma expressiva delegação de prefeitos brasileiros (Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) esteve em Roma, em julho de 2015, para participar do seminário "Escravidão moderna e mudança climática: o comprometimento das cidades". Igualmente, em junho do corrente ano, o ministro Antonio Benjamin Herman, do STJ, e outros quatro juízes e procuradores brasileiros participaram do congresso "Encontro sobre tráfico humano e crime organizado", que reuniu especialistas de 25 países.

8. Em 02/09/2016, realizou-se reunião de consultas políticas entre o Sr. SGAP-I e o Subsecretário para as Relações com os Estados do Vaticano, Monsenhor Antoine Camilleri. Na ocasião, foram abordados temas de interesse comum, tais como a crise migratória, a perseguição às comunidades cristãs no Oriente Médio e Norte da África e a situação política na América do Sul, ficando evidente, mais uma vez, a convergência de posições entre o Brasil e a Santa Sé.

9. Embora questões relativas à localização da chancelaria e à manutenção da residência oficial tenham ênfase administrativa, e não propriamente política, julgo pertinente realçá-las aqui, visto que a residência é considerada testemunho da alta estatura das tradicionais relações Brasil- Santa Sé. Desse modo, no exercício de 2015, não poupei esforços nas renegociações de seus dois contratos de aluguel. O Palácio Caetani permanece sendo um dos mais emblemáticos locais de articulação da comunidade diplomática, sobretudo para os embaixadores latino-americanos, podendo ser utilizado pelo chefe do posto, em coordenação com o GRULAC, para oferecer recepções às mais altas autoridades vaticanas ou de outros estados, auferindo indiscutível ganho político para o Brasil.

10. Já no corrente ano, tenho-me ocupado, juntamente com os demais embaixadores da lusofonia residentes em Roma, da indicação de que a Congregação para as Causas dos Santos vem cogitando suspender o português como idioma de trabalho em dita instância. Segundo aquele dicastério, tal intenção justificar-se-ia pela menor disponibilidade de membros "que compreendam de modo satisfatório a língua portuguesa". Em minha avaliação, o possível rebaixamento do status do idioma no seio da citada congregação extrapolaria o prejuízo simbólico para alcançar também complicações de ordem prática, como o encargo adicional, para as dioceses lusófonas, da

tradução das peças processuais que instruem os processos de canonização para uma das línguas de trabalho da Cúria Romana (italiano, inglês, francês, espanhol ou latim). Assim, em conjunto com os demais embaixadores de língua portuguesa, enviei carta ao Cardeal Angelo Amato, prefeito da Congregação para as Causas dos Santos, expressando tal preocupação. Informada por mim a respeito, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fez igualmente chegar ao cardeal Amato sua inquietude com a notícia.

11. Em setembro de 2016, três eventos de grande magnitude estreitaram ainda mais os laços entre o Brasil e a Santa Sé. O primeiro deles consistiu na inauguração de monumento de Nossa Senhora Aparecida nos Jardins do Vaticano. A cerimônia de descerramento da imagem, no dia 3 de setembro, foi presidida por papa Francisco e contou com a presença de Dom Raymundo Damasceno, do cardeal João Braz de Aviz, prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica e arcebispo emérito de Brasília, de monsenhor Murilo Krieger, arcebispo de Salvador, primaz do Brasil e vice-presidente da CNBB, de representantes da Cúria Romana, membros do clero e da comunidade brasileira residente em Roma, além de numerosa delegação de clérigos, leigos e peregrinos que vieram do Brasil especialmente para a ocasião. A inauguração revestiu-se de especial importância para a comunidade católica brasileira, uma vez que aconteceu na antevéspera de completarem-se 300 anos (2017) do resgate da imagem da Virgem no rio Paraíba, na altura da cidade de Guaratinguetá, onde teve início a devoção popular, hoje disseminada em todo o país.

12. A segunda efeméride de especial relevância foi a celebração de missa em comemoração aos 190 anos do estabelecimento de relações diplomáticas ininterruptas entre o

Brasil e a Santa Sé. Tais relações foram inauguradas em 23 de janeiro de 1826, quando o monsenhor Francisco Vidigal, na qualidade de representante plenipotenciário do Império do Brasil, entregou credenciais ao papa Leão XII. A missa, realizada no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, foi presidida pelo próprio secretário de estado de Sua Santidade, cardeal Pietro Parolin, e contou também com a presença do subsecretário para as Relações com os Estados, monsenhor Antoine Camilleri, de Dom Raymundo Damasceno e Dom Murilo Krieger, assim como de outros integrantes da Cúria Romana, do corpo diplomático e da comunidade brasileira em geral.

13. O terceiro evento marcante no calendário das relações Brasil-Santa Sé foi o concerto do Coral da Capela Sistina, realizado no dia 29 de setembro, na Sala Palestrina, no Palácio Pamphili. O concerto, prestigiado por integrantes do corpo diplomático, personalidades da cultura local, integrantes do clero e da comunidade brasileira residente em Roma, foi organizado em parceria com a Embaixada do Brasil junto à República Italiana, num exemplo exitoso de como é possível utilizar o patrimônio do Brasil na Itália para fortalecer as relações entre Brasil e Santa Sé.

14. Pouco mais de três anos de pontificado foram suficientes para que o papa Francisco lhe imprimisse sua tríplice marca pessoal, pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma "Igreja pobre" e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio Santo Padre de "conversão pastoral". Os principais pontos do atual ministério petrino encontram-se presentes na exortação apostólica "Evangelii Gaudium", escrita após o Sínodo dos Bispos sobre "A nova evangelização para a transformação da fé cristã" e publicada em novembro de 2013. Do referido documento constam temas como a "transformação missionária da Igreja", a

"dimensão social da evangelização", a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, que conferem ao texto o caráter de um "road map" do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos três anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores. Nesse contexto de valorização dos princípios do Concílio Vaticano II, gostaria de mencionar o atual bom encaminhamento do processo de beatificação de Dom Hélder Câmara, tendo em vista a eliminação das restrições, existentes em pontificados anteriores, ao seu envolvimento com a Teologia da Libertação.

15. Na ação diplomática do papa, vislumbra-se que a América Latina possui uma natural precedência em suas preocupações, tanto por ser sua região de origem, como pela oportunidade que oferece à ação pastoral da Igreja frente a adversidades tais como a injustiça social, o narcotráfico e os problemas ambientais. Vale observar que o "Documento de Aparecida", texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM), realizada no Brasil, em 2007, do qual foi relator o então arcebispo de Buenos Aires Jorge Bergoglio, estabeleceu o que seriam os pilares do futuro pontificado bergogliano, como a construção de uma Igreja não auto-referencial e voltada para as "periferias humanas".

16. Com relação ao ecumenismo, cumpre destacar o aprofundamento das relações entre o Vaticano e o Patriarcado de Constantinopla (cuja aproximação fora iniciada por Paulo VI e o patriarca Atenágoras, em 1964, com o cancelamento das excomunhôes mútuas) e o histórico encontro de papa Francisco com o patriarca de Moscou, em fevereiro último, o qual se

norteou pelo antigo desejo de reconciliação entre as duas Igrejas e pelo propósito - mais circunstancial e pragmático - de união dos cristãos com vistas ao enfrentamento das hostilidades de grupos fundamentalistas islâmicos no Oriente Médio e no Norte da África.

17. Estreitamente vinculada à perseguição das comunidades cristãs no Oriente Próximo, a crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência da maioria dos países europeus em acolher os imigrantes em seus territórios. A Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional. No âmbito dessa preocupação com os migrantes em todo o mundo, papa Francisco celebrou missas de alto valor simbólico na ilha siciliana de Lampedusa (primeira viagem de seu pontificado); na ilha de Lesbos, na Grécia, ambas dedicadas às vítimas dos naufrágios no Mar Mediterrâneo; e diante do muro que se estende ao longo da fronteira entre México e EUA.

18. No tocante ao tema da migração, julgo oportuno mencionar que a Embaixada do Brasil, em conjunto com a Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas, organizou, em março deste ano, seminário sobre a vida e a obra da beata Assunta Marchetti, missionária italiana que emigrou para São Paulo, em 1895, onde fundou a Congregação das Irmãs Scalabrinianas para os Imigrantes.

19. No que se refere à ecologia, a encíclica "Laudato Si - sobre o cuidado da casa comum", escrita por Bergoglio e publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias

esboçadas na exortação "Evangelii Gaudium" e tornou-se valioso documento de reflexão sobre a agressão ao meio ambiente, o aquecimento global e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. As ideias contidas na encíclica, sobretudo a crítica ao modelo econômico vigente ("cultura do descarte") e a necessidade de uma "conversão ecológica" constituem tema prioritário da ação pastoral do papa e fazem parte de suas alocuções dirigidas tanto a autoridades políticas, como ao clero e às comunidades mais humildes.

20. Para o Santo Padre, o êxito da vida familiar determina a harmonia no interior das sociedades nacionais e, em nível mais amplo, a convivência pacífica no cenário internacional. Embora não se considere a hipótese de o papa proceder a alterações na doutrina, seja por sua postura conservadora perante o tema ou devido às fortes resistências que enfrentaria no interior da Igreja, parece evidente seu propósito de buscar soluções alternativas para tornar a Igreja mais acolhedora, em consonância com seu dever de "chamar à conversão e conduzir todos os homens à salvação do Senhor". Como exemplo, ressalte-se o estabelecimento de "motu proprio" para os processos de nulidade do matrimônio, e a inclusão, no relatório final do Sínodo dos Bispos de outubro passado, de item relativo ao direito à comunhão dos divorciados que voltaram a se casar civilmente. Quanto às uniões homoafetivas, embora o relatório sinodal afirme não existir fundamento para "assimilar analogias entre as uniões homossexuais e o designio de Deus sobre o matrimônio e a família", estabelece também que "qualquer pessoa, independentemente da própria tendência sexual, deve ser respeitada na sua dignidade".

21. No que tange à ação internacional, papa Francisco deixa clara sua visão de um mundo multifacetado e interconectado,

que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse cenário, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de "construir pontes" em um mundo que estaria vivendo uma "guerra mundial aos pedaços". Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção às nações periféricas, assim como às periferias das nações centrais, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos, resultando em ações como o encontro entre o papa e o patriarca de Moscou e a mediação do reatamento de relações entre Cuba e EUA. É interessante mencionar também a tentativa de aproximação entre a Santa Sé e a China, que poderá vir a ter desdobramentos favoráveis nos próximos anos.

22. Tendo em vista a popularidade do Sumo Pontífice, inclusive junto aos que não professam a fé católica, permito-me tecer alguns comentários sobre suas relações com os meios de comunicação. A meu ver, o carisma e a postura nitidamente humanista do papa têm sido responsáveis pela produção de uma agenda extremamente positiva para a Igreja Católica, ao mesmo tempo em que se mostram capazes de neutralizar a agenda negativa suscitada por temas como os escândalos de pedofilia e a gestão polêmica das finanças do Vaticano, interpretados como resíduos de pontificados anteriores que vêm sendo atualmente saneados. Do mesmo modo, na ânsia de exaltar o caráter "modernizador" e até mesmo "revolucionário" do atual papado, a mídia por vezes omite referências à continuidade e à tradição que têm marcado a atuação da Santa Sé desde o Concílio Vaticano II.

23. À guisa de conclusão desse balanço trienal do pontificado do papa Francisco, é interessante observar que, enquanto a

maioria dos estados nacionais procura dar a impressão de estar em constante transformação, quando na verdade não está, a Santa Sé opta pelo procedimento contrário: ao invocar o discurso da continuidade, busca atenuar o impacto das mudanças que efetivamente promove. Desse modo, as mudanças implementadas pelo Vaticano, seja no domínio da política internacional como no da ação pastoral, são sempre legitimadas pela tradição.

24.Uma de minhas principais percepções nestes três anos à frente da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, motivada, em grande parte, pela dinâmica atuação internacional de papa Francisco, foi a necessidade de se criar, na Secretaria de Estado, uma divisão com atribuições específicas de acompanhamento dos assuntos ligados a política e religião. Exemplo da relevância desse tema é o fato de que motivações de natureza religiosa têm sido usadas como justificativa para ações violentas, como atentados terroristas e perseguições a minorias religiosas, em diversas regiões do planeta. Observo que algumas chancelarias, a brasileira em particular, não incluíram ainda a religião em seu elenco de temas para ação no campo da política internacional, o que reputo ser um "efeito colateral" da separação entre estado e religião, conquista fundamental do Ocidente e da modernidade. Assim, acredito que a Secretaria de Estado poderia avaliar a conveniência de contar com núcleo que tratasse de assuntos relativos a religião, liberdade religiosa e diálogo inter-religioso como aspectos relevantes da política internacional. Observo, a propósito, que participei, nos dias 7 e 8 de setembro corrente, do "I Encontro de Diálogo Intercultural e Inter-religioso", organizado conjuntamente pelo Vaticano (Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso) e pela OEA, e que abordou temas como a diversidade e o diálogo inter-religioso

nas Américas e o fortalecimento do papel dos poderes judiciários para a proteção da "casa comum".

25. Não poderia concluir este relatório sem uma menção ao papel desempenhado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em sua interlocução com a Santa Sé. Para que bem se entenda o escopo de ação desse organismo permanente com forte viés pastoral, é preciso ter presente que a Sé apostólica é dotada não somente de sua dimensão secular, objetivada no estado da Cidade do Vaticano, mas também de um domínio espiritual, que antecede e transcende a sua soberania política. Assim sendo, o diálogo da Igreja com os poderes temporais mescla-se com outro, mais fluido e menos visível, e mesmo assim muito vívido, com a comunidade católica mundial.

26. Dito canal da comunicação vaticana, de caráter imanente e não territorial, opera, no caso do catolicismo brasileiro, por intermédio da CNBB. As frequentes visitas de cardeais e de bispos brasileiros a Roma, não raro à margem das relações bilaterais ostensivas, devem ser valorizadas pela Embaixada como oportunidades de aproximação informal, a fim de que se possa cotidianamente tomar o pulso da presença da Igreja no Brasil, bem como apreender a leitura interna que faz a Santa Sé dos rumos da nação brasileira, onde está congregado o seu maior rebanho de fieis. Em meu período como plenipotenciário junto à Santa Sé, pude cultivar o convívio e o intercâmbio de opiniões com o alto clero da CNBB, tendo colhido excelentes frutos diplomáticos dessa aliança não escrita, cuja progressiva consolidação peço vénia para recomendar à futura gestão.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 99, DE 2016

(nº 582/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 582

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Os méritos do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 2016.

EM nº 00353/2016 MRE

Brasília, 11 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 668 - C. Civil.

Em 20 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO

CPF.: 274.682.757-34

ID.: 5313 MRE

1949 Filho de Luiz Felipe Julien Mendonça e Carmen Lima Mendonça, nasce em 31 janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1971 Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara
 1972 CPCD - IRBr
 1999 CAE - IRBr, A Intervenção Norte-americana no Panamá em dezembro de 1989 - a Operação Justa Causa

Cargos:

- 1974 Terceiro-Secretário
 1977 Segundo-Secretário, por merecimento
 1981 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1988 Conselheiro, por merecimento
 2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Primeira Classe
 2011 Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial

Funções:

- 1974-77 Divisão da Europa-I, Assistente
 1977-79 Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo-Secretário
 1979-83 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro-Secretário
 1983-84 Divisão da América Central e Setentrional, Assistente
 1984-91 Divisão da América Meridional-I, Assistente
 1991-94 Delegação junto à OEA, Washington, Conselheiro
 1994-98 Embaixada em Santiago, Conselheiro
 1998-2003 Secretaria-Geral Ibero-Americana, Chefe de Gabinete
 2003-04 Instituto Rio-Branco, Vice-Diretor e Coordenador de Ensino
 2004-08 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
 2008-12 Embaixada em São Salvador, Embaixador
 2012 Embaixada em Manágua, Embaixador

Condecorações:

- 1976 Ordem do Infante, Cavaleiro, Portugal
 1980 Ordem do Mérito, Cavaleiro, Áustria
 1999 Ordem ao Mérito, Comendador, Chile
 2010 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA
 Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VATICANO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O VATICANO	
NOME OFICIAL:	Estado da Cidade do Vaticano
GENTÍLICO:	vaticano
CAPITAL:	Cidade do Vaticano

ÁREA:	0,44 km ²
POPULAÇÃO:	1000 habitantes (est. 2015)
IDIOMAS OFICIAIS:	Italiano (o latim é a língua oficial da Santa Sé)
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO:	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio)
SECRETÁRIO DE ESTADO:	Monsenhor Pietro Parolin
SECRETÁRIO PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS:	Paul Gallagher
UNIDADE MONETÁRIA	euro
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giovanni d'Aniello
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Nove padres

PERFIS BIOGRÁFICOS

Papa Francisco
Cardeal Jorge Mario Bergoglio



O papa Francisco (em latim: *Franciscus*) nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936 e é o 266º pontífice.

Primeiro jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana) tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina.

Eleito papa em 13 de março de 2013, foi entronizado em 19 de março.

**Secretário de Estado
Cardeal Pietro Parolin**



Pietro Parolin nasceu em 17 de janeiro de 1955 em Schiavon, na Itália. Diplomata formado pela Pontifícia Academia Eclesiástica, iniciou seu serviço diplomático em 1986, na Nigéria. Entre 1989 e 1992, atuou no México. Entre 1992 e 2009, trabalhou na Secretaria para Relações com os Estados, até que Bento XVI o nomeou Núncio Apostólico na Venezuela.

Em 2002, foi nomeado Subsecretário para as Relações com os Estados, o que corresponde ao encargo de Vice-Chanceler. No período em que esteve na Secretaria de Estado, colaborou com dois Papas, três secretários de Estado e três Secretários para as Relações com os Estados. Especialista em Oriente Médio, atuou na Comissão bilateral Santa Sé-Israel.

Em 15 de outubro de 2013, foi nomeado Secretário de Estado pelo papa Francisco.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Igreja Católica mantêm relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador, por exemplo, era facultado o padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os sacerdotes tinham o *status* de funcionários públicos, recebendo salários da Coroa.

Desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, e, em 1893, reconheceu-se a personalidade jurídica das igrejas e seu direito à propriedade.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.

Os católicos correspondem a cerca de 65% da população brasileira, o que faz com que o Brasil seja considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), hoje presidida pelo monsenhor Sergio da Rocha, arcebispo de Brasília.

O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana atualmente é o cardeal João Braz de Aviz, que chefia a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

A pauta bilateral entre Brasil e Santa Sé registra boa dose de convergência com relação a uma série de questões debatidas no plano multilateral. As posições se aproximam em matéria de paz e segurança internacional, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, refugiados, globalização, combate à fome e à pobreza, negociações comerciais voltadas para o desenvolvimento, meio ambiente e condenação ao terrorismo.

Em 2011, o Papa Bento XVI formalizou a escolha do Rio de Janeiro como sede da XXX Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013. Com sua renúncia e a eleição do cardeal Jorge Bergoglio, porém, a XXX Jornada acabou por se tornar a primeira viagem internacional oficial do novo papa. Na ocasião, o Papa Francisco apresentou um conjunto de gestos e palavras que pode ser considerado programático. Advogou a proteção dos mais pobres, defendeu o combate à desigualdade, salientou a importância da família e, sobretudo, afirmou claramente a necessidade de que a Igreja “saia de si e anuncie o evangelho”. Além das atividades especificamente relacionadas à Jornada, mereceram atenção da mídia internacional a visita do Papa ao hospital São Francisco e à favela da Varginha, a viagem a Aparecida-SP e os encontros com bispos brasileiros e latino-americanos.

O Brasil possui hoje três santos – Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus, Santo Antônio de Sant’Ana Galvão e São José de Anchieta – e 81 beatos. São dez os cardinais brasileiros vivos, sendo que quatro deles são eleitores em eventual conclave por terem menos de 80 anos de idade.

As recentes canonizações de Frei Galvão e Padre Anchieta sinalizam a intenção da Santa Sé de diminuir o descompasso entre o numeroso colégio episcopal brasileiro – sem falar na imensa população católica – e a escassez de santos e beatos. No presente momento, há claras indicações do bom encaminhamento do processo de beatificação de dom Helder Câmara. Importa salientar que, no contexto da revalorização das ideias sociais do Concílio Vaticano II promovido pelo papa Francisco, a figura de dom Helder, participante daquele evento, vem recebendo maior atenção. Cabe ainda menção ao caso do Padre

Cícero, recentemente reabilitado por meio de carta enviada pelo cardeal Pietro Parolin à diocese do Crato, em que a biografia e as ações do religioso brasileiro são consideradas consoantes com o modelo de Igreja propugnado por papa Francisco.

Acordo-Quadro Bilateral

O principal tema nas relações bilaterais nos últimos anos tem sido o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Proposto pela Santa Sé em 2006, o acordo reafirma a adesão ao princípio internacionalmente reconhecido da liberdade religiosa, dispõe sobre os fundamentos da relação bilateral, sobre a personalidade jurídica da Santa Sé e das instituições eclesiásticas que regularmente atuam nas esferas religiosas e de assistência e solidariedade social. Além disso, prevê cooperação para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica que constitua parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, assim como dos lugares de culto. Dispõe também sobre as instituições de ensino mantidas pela Igreja Católica, sobre tributos, vínculos trabalhistas, vistos e outros temas relevantes.

Assinado em 2008, tendo sido ratificado e promulgado, o acordo encontra-se em vigor enquanto aguarda manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre ação direta de inconstitucionalidade impetrada em 2010 pela Procuradoria-Geral da República. O elemento que motivou a ação direta de inconstitucionalidade diz respeito à educação religiosa em escolas públicas, que estaria em contradição com o princípio do laicismo do estado. Tal questão foi objeto de cuidadosa atenção tanto da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores como da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ambos convergentes quanto à sua constitucionalidade.

Visitas de autoridades

O Papa João Paulo II esteve no Brasil em três oportunidades: 1980, 1991 e 1997. Na primeira delas, permaneceu doze dias em território brasileiro; em 1991, dez dias; em 1997, visitou o Brasil no contexto da II Encontro Mundial com as Famílias, realizado no Rio de Janeiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Vaticano três vezes, em 1997, 1999 e 2002.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva compareceu às exequias do papa João Paulo II, em abril de 2005, acompanhado dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco. Em 2008, o presidente Lula foi

recebido em audiência pelo Papa Bento XVI e manteve reunião com o secretário de estado, cardeal Tarcisio Bertone.

Em sua visita ao Brasil em 2007, o Papa Bento XVI presidiu a solenidade de canonização do beato Frei Galvão, primeiro santo nascido no Brasil.

Por ocasião da missa inaugural do pontificado de Francisco, em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff realizou visita oficial ao Vaticano, tendo sido recebida pelo papa em audiência oficial no dia 20 de março. A presidente Dilma voltou a visitar a Santa Sé em fevereiro de 2014, durante o Consistório em que foi criado cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Vaticano consiste em nove nacionais, segundo estimativas constantes do Relatório Consular Anual (RCN) 2014. Todos são padres brasileiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Santa Sé.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura e funcionamento da Santa Sé

Como mencionado, a Santa Sé é constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, à qual o clero é subordinado. Seu organograma foi estabelecido pela Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, promulgada em junho de 1988, configurando-se como se segue:

a) O Papa, que exerce tríplice função: bispo de Roma, pastor da Igreja universal e chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada uma dessas funções, apoia-se em uma organização específica.

Como sucessor de São Pedro à frente da Igreja, o Papa herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, participa do Colégio Episcopal; como bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma a um cardeal-vigário, cuja sede é a basílica de São João de Latrão, catedral de Roma. O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a chefia da Igreja Católica. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o

Colégio Episcopal valem-se de um conjunto de organismos sediados em Roma sob sua autoridade: a Cúria Romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições.

Na qualidade de chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para mandato vitalício. É assistido pelo secretário de estado, atualmente o cardeal Pietro Parolin, que atua como Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo.

b) O Colégio Cardinalício, ou Sacro Colégio, é composto pelos cardeais, que são os principais colaboradores e assistentes do Papa. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma. A nomeação dos cardeais é da competência direta do pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um Consistório. A outorga do título é feita em missa solene. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício.

Desde a metade do século XI, cabe aos cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitual, mas não necessariamente, sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. Desde o pontificado de Paulo VI, o número de eleitores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos. As regras de eleição são ditadas pela Constituição Apostólica Universi Dominici Gregis, de João Paulo II (1996), modificadas por dois documentos “motu proprio” do Papa Bento XVI — um, datado de 11 de junho de 2007, que reestabeleceu a necessidade de maioria qualificada de dois terços dos votos dos cardeais presentes para a escolha do pontífice em todos os escrutínios, e outro, de 22 de fevereiro de 2013, que, entre outras disposições, permite o início do conclave após quinze dias da vacância do cargo.

Durante a “sede vacante”, declarada quando da morte do Papa, ou, como ocorreu recentemente, com sua renúncia, até a eleição do seu sucessor, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O “Camerlengo” é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre o fim de um pontificado e o início do seguinte.

O Colégio Cardinalício é formado atualmente por 213 cardeais, dos quais 113 são eleitores. Mais de um quinto (25) provém da Itália, vinte da América Latina, sendo quatro do Brasil. A distribuição de cardeais eleitores por continente é o seguinte: Europa: 54; América do Norte: 12; América do Sul: 11; América Central e Caribe: 6; África: 14; Ásia: 13; e Oceania: 3. Nos dois consistórios de seu pontificado (2014 e 2015), o Papa Francisco criou 31 novos purpurados eleitores, dos quais somente onze são europeus, deixando clara sua intenção de lograr uma distribuição geográfica mais equilibrada.

c) O Sínodo dos Bispos foi criado pelo Papa Paulo VI, em 1965, como instituição democratizadora do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de foro de reflexão e de debate colegiado, do qual participam bispos e arcebispos dos países selecionados pelo Papa em função dos temas discutidos. Relativamente pouco acionado por João Paulo II, recebeu grande impulso no pontificado de Bento XVI, que convocou cinco sínodos, sobre temas eucaristia (2005), evangelização (2008), África (2009), Oriente Médio (2010) e “Nova evangelização para transmissão da fé cristã” (2012). O Papa Francisco realizou até o momento dois sínodos: “Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização” (2014), e “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” (2015), ambos sobre o tema da família, uma das prioridades de seu pontificado.

d) A Cúria Romana, que é a cúpula da Santa Sé, compreende os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado e seus dicastérios (órgãos assemelhados aos ministérios), o Sínodo dos Bispos, os Tribunais, as Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, as Academias Pontifícias e as instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

e) A Secretaria de Estado é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e a coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a “Secretaria Apostólica”. O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé.

A Secretaria de Estado divide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente:

- A Primeira Seção é confiada a um arcebispo denominado “substituto para os assuntos gerais” (“sostituto”), equivalente ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Ocupa-se da organização das atividades do Papa; da comunicação e das relações entre diferentes órgãos da Cúria Romana; da tradução oficial dos documentos pontifícios; da publicação da *“Acta Apostolicae Sedis”*, boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica; da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao serviço exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o “Osservatore Romano”, a Rádio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano.

- A Segunda Seção, também dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um Subsecretário para as Relações com os Estados, ocupa-se do relacionamento com os demais sujeitos de Direito Internacional. Cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. A Segunda Seção pode opinar, devidamente instruída pelo Pontífice e ouvidas as unidades competentes da Cúria, sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

f) Os Núncios apostólicos, representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de Embaixador e têm uma dupla dimensão: a diplomática e a intraeclesial, pois são também acreditados perante a Igreja do país onde servem. Uma das principais atribuições dos Núncios na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por “observadores permanentes”, “observadores” ou “enviados especiais” nos organismos internacionais perante os quais é acreditada;

g) Os dicastérios são unidades assemelhadas aos ministérios. Dividem-se em congregações e conselhos pontifícios. Os primeiros, chefiados por prefeitos, encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos, chefiados por presidentes, tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III, em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V, em 1588. Os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, em processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Características do atual pontificado

Após a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, teve início o conclave que elegeu, no dia 13 de março, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. O 266º Papa da história da Igreja adotou o nome de Francisco.

Cerca de um mês depois de eleito, Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O grupo, representativo dos cinco continentes, é integrado pelos arcebispos de Santiago do Chile, Francisco Errazuriz; de Tegucigalpa, Oscar Rodriguez Maradiaga; de Boston, Sean O’Malley; de Kinshasa, Laurent Pasinya; de Mumbai, Oswald Gracias; de Munique, Reinhard Marx; de Sydney; George

Pell; pelo cardeal italiano Giuseppe Bertello, presidente do Governorado do Vaticano; e pelo monsenhor Marcello Semeraro, membro do conselho de administração do “Avvenire”, jornal da Conferência Episcopal Italiana.

O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma “Igreja pobre” e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio santo padre de “conversão pastoral”.

As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica “Evangelii Gaudium”, escrita após o Sínodo dos Bispos sobre “A nova evangelização para a transformação da fé cristã”, e publicada em novembro de 2013. Do referido documento, constam temas como a “transformação missionária da Igreja”, a “dimensão social da evangelização”, a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um “road map” do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos três anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores.

Requisito fundamental para a transformação da Igreja Católica em uma “igreja de saída”, ou em uma “igreja na estrada”, é a reforma da Cúria Romana, iniciada por Bento XVI e acelerada por Francisco, tanto do ponto de vista de sua estrutura e funcionamento, como de seu modo de conceber a atuação da Igreja. Desse modo, com o auxílio do citado Conselho de Cardeais, o papa tenciona racionalizar a administração da Igreja, de modo a convertê-la em uma organização de pastores voltada para a promoção do bem-comum e a solução de problemas concretos das populações mais fragilizadas.

POLÍTICA EXTERNA

Na qualidade de agente diplomático, a Santa Sé dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *ius contrahendi* para a negociação de acordos e tratados e de capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 180 países, dos quais 86 estão representados por Embaixadores residentes em Roma. Acreditadas também junto à Santa Sé estão a União Europeia, a Ordem de Malta e o estado da Palestina. A Santa Sé tem status de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a

voz. É membro pleno ou observador de agências especializadas das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

Temas globais

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “construir pontes” em um mundo que estaria vivendo uma “guerra mundial aos pedaços”. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos, resultando na visita à Jordânia e à Palestina; no encontro entre o Papa e o patriarca de Moscou; no esforço para não isolar a Rússia; na mediação do reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos; nas visitas à Bósnia e Herzegovina, Armênia e, em futuro próximo, Geórgia e Azerbaijão; nas viagens à América Latina; nas alocuções ao Congresso dos EUA, em que advogou a proteção dos imigrantes, e à Assembleia Geral da ONU, em que defendeu a reforma do Conselho de Segurança e dos organismos executivos e financeiros com vistas a “evitar abusos e a usura” contra os países em desenvolvimento; na visita à mesquita de Bangui e à sinagoga de Roma, no encontro com o Imã da universidade egípcia de Al-Azhar e na aceitação do convite para participar, em Estocolmo, da comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante; na condenação do tráfico de pessoas e do tráfico de armas.

Em sua mais recente mensagem ao corpo diplomático junto à Santa Sé, em janeiro de 2016, o Pontífice afirmou que o fio condutor de todas as viagens apostólicas que realizou em 2015 foi a misericórdia. Ao elencar os desafios e as áreas de tensão no panorama internacional, expressou sua preocupação a respeito dos acontecimentos no Golfo Pérsico, com a tensão existente na fronteira entre o México e os EUA, com os recentes experimentos militares na Coreia do Norte e com a propagação do extremismo e do fundamentalismo.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso constituem dois dos pilares do presente pontificado, como atestam o aprofundamento das relações entre o Vaticano e o patriarcado de Constantinopla e o histórico encontro do Papa Francisco com o patriarca de Moscou, em fevereiro último, que se norteou pelo antigo desejo de reconciliação entre as duas Igrejas e pelo propósito de união dos cristãos com vistas ao enfrentamento da agressividade islâmica no Oriente Médio e no Norte da África.

Estreitamente vinculada à perseguição das comunidades cristãs no Oriente Próximo, a crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência da maioria dos países europeus em acolher os imigrantes em seus territórios. Para o Papa, os ideais que inspiraram a Europa teriam perdido sua força atrativa em favor do tecnicismo burocrático de suas instituições, como já havia afirmado em discurso ao Parlamento Europeu, em 2014. A Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional. Na busca de soluções para o problema, o Papa Francisco propõe o estabelecimento de projetos de médio e longo prazos que ultrapassem as respostas emergenciais, com vistas a viabilizar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, ao mesmo tempo em que sublinha a necessidade de favorecer os países de origem com políticas solidárias, sem, contudo, “condicionar as ajudas a estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam”.

Com respeito ao meio ambiente, a encíclica “Laudato Si – sobre o cuidado da casa comum”, publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias esboçadas na exortação “Evangelii Gaudium” e tornou-se documento de reflexão sobre a crise ecológica e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. Na encíclica, apoia-se o conceito de “ecologia integral”, que pressupõe a conexão entre todas as criaturas da Terra e articula as relações do homem com Deus, consigo mesmo, com os demais homens e a criação. Além disso, formula severa crítica ao estilo de vida da sociedade contemporânea, alicerçado no consumismo e na “cultura do descarte”, que resulta na exclusão e marginalização de grandes contingentes da população mundial.

Relações bilaterais da Santa Sé

Além da já aludida atenção aos países ditos “periféricos” e ao ecumenismo como estratégia para deter as perseguições às comunidades cristãs e garantir a liberdade religiosa, cabe fazer referência, ainda que sucintamente, às relações da Santa Sé com as seguintes regiões e estados:

a) Rússia: após duas audiências privadas concedidas pelo Papa ao presidente Vladimir Putin (a última delas em junho de 2015), é clara a disposição da Santa Sé em manter aberto o canal de diálogo com o Kremlin, não somente por considerar que a Rússia tem um papel fundamental no encaminhamento da crise na

Síria e no Iraque, mas também pelo interesse em seguir contando com seu apoio no diálogo com o patriarcado de Moscou.

b) Terra Santa: a defesa dos lugares sagrados do catolicismo, situados especialmente em Israel, Palestina e Jordânia, é tema crucial para a diplomacia vaticana. Em maio de 2014, o Papa Francisco realizou visita a Jerusalém e Amã, marcada pelo caráter de “peregrinação” religiosa e espiritual, mas também pela dimensão política de apoio aos refugiados e “discriminados por causa de sua fé em Cristo”. Em janeiro de 2016, entrou em vigor acordo entre o Vaticano e a Palestina, dois anos após a Santa Sé haver reconhecido a Palestina como Estado soberano. O acordo versa sobre as atividades da Igreja católica em territórios sob controle palestino, mas também reafirma o apoio da Santa Sé a uma solução pacífica e negociada para o conflito na região.

d) Ásia: além da consolidação de laços com Coreia do Sul, Sri Lanka e Filipinas (visitados em 2014 e 2015, respectivamente), a Igreja católica logrou obter um “modus operandi” satisfatório em território vietnamita e, ao que tudo indica, avança negociações com a China. Após o Papa Francisco ter sinalizado claramente seu desejo de aproximar-se da China, o diálogo, interrompido em 2009, foi retomado, e há notícias de que estão em curso negociações entre os dois Estados. A questão da ordenação de bispos pelo governo chinês tem sido o maior óbice à normalização das relações entre Pequim e a Santa Sé.

e) América Latina: a região é a única a contar com uma Conferência Episcopal (CELAM) da qual participam diversos bispos de cada país, e também a única a contar com um órgão específico na administração da Santa Sé, a Comissão Pontifícia para a América Latina, subordinada à Congregação dos Bispos.

A V CELAM, realizada em Aparecida (2007), contou com a participação do Papa Bento XVI. Na ocasião, o foco da atenção da Santa Sé parecia menos concentrado na esfera político-ideológica do que no terreno pastoral. Ainda assim, o documento emanado da V Conferência, cuja comissão de redação foi presidida pelo então cardeal Jorge Mario Bergoglio, não deixou de apresentar um diagnóstico dos problemas da região e de seus desafios: pobreza, desigualdade de renda, migração e suas repercussões familiares e religiosas, transformações culturais, secularização, efeitos sociais da globalização, violência, narcotráfico, consumismo e danos ambientais.

Com a eleição de Francisco, o eurocentrismo sedimentado por séculos de papados europeus deu lugar à priorização de outras regiões do mundo, com particular atenção para o continente de origem do pontífice. A primeira viagem oficial de seu papado teve como destino o Brasil (Jornada Mundial da Juventude,

em julho de 2013) e duas extensas viagens foram realizadas ao Equador, Bolívia e Paraguai (julho de 2015) e México (2016). Com relação ao México, importa ressaltar o fato de Francisco ter sido o primeiro pontífice recebido no Palácio Nacional, após longo caminho de reaproximação entre a Santa Sé e o Estado mexicano. Em cada um dos países visitados, o Pontífice atribuiu à injustiça social a proliferação do narcotráfico e da violência e exortou as autoridades a deixarem de lado seus projetos individuais em prol do bem comum.

Merece destaque ainda o papel do Vaticano como potencial mediador de conflitos regionais. Na esteira da bem-sucedida atuação no reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA – que poderia, segundo afirmado pelo Papa em encontro com o presidente Obama, abrir caminho para o lançamento de uma nova política de cooperação para a região –, cogitou-se a participação da Santa Sé nas negociações entre o governo da Colômbia e as FARC, assim como na promoção do diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Sobre este último país, objeto de grande preocupação da diplomacia vaticana, cabe destacar a atuação conciliadora do Núncio Apostólico em Caracas, assim como os sinais emitidos pela Secretaria de Estado da Santa Sé de que estaria pronta a contribuir para o diálogo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

60 DC	Fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma.
313	Publicação do <i>Edito de Milão</i> pelo Imperador Constantino, por meio do qual se concede a liberdade religiosa aos cristãos.
380	O Imperador Teodósio I declara a Igreja Católica como a religião oficial do Império Romano.
756	O Bispo de Roma, já a esta altura chamado de <i>Papa</i> , recebe de Pepino, o Breve, Rei dos Francos, os territórios do antigo Exarcado de Ravena, até então sob poder dos lombardos. Os territórios são a gênese dos <i>Estados Papais</i> , que perdurarão como sede do poder temporal da Igreja até a Reunificação Italiana, em 1870.
1053-1484	Grande Cisma do Oriente leva à separação entre os ramos latino e ortodoxo da Igreja, fundada em diferenças teológicas e na aspiração do Bispo de Roma a exercer primado sobre todos os demais. O ramo ocidental da Igreja passa a reconhecer a primazia do Papa.
1309-1376	Após a eleição do francês Clemente V para o papado, sete Papas consecutivos estabelecem sua residência em Avignon, na França, sob crescente influência da Coroa francesa.
1378-	Grande Cisma do Ocidente: estabelecem-se duas linhas distintas e rivais

1415	de Papas — uma em Roma, uma em Avignon —, cada uma proclamando-se a única legítima. Toda a Europa se divide entre Estados que prestam lealdade ao Papa romano ou ao Antipapa de Avignon.
1517	Início da Reforma Protestante, com a publicação das <i>95 Teses</i> de Martinho Lutero.
1545-1563	Contrarreforma lançada pelo Concílio de Trento.
1860	Partes importantes dos Estados Papais (Umbria, Marche, parte da Emilia Romagna e o Lácio) são incorporadas ao novo Estado italiano.
1870-1871	Primeiro Conselho do Vaticano declara a infalibilidade papal em assuntos de fé e moral. Partida das tropas francesas que protegiam o Papa. Incorporação de Roma ao Reino da Itália.
1929	Tratado de Latrão, firmado por Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaura a jurisdição soberana do Papa sobre o Estado da Cidade do Vaticano. O catolicismo torna-se religião oficial de Estado do Reino da Itália.
1947	Nova Constituição italiana confirma a soberania do Vaticano.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro Papa não-italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo entre a Itália e a Santa Sé pelo qual o catolicismo deixa de ser a religião de Estado na Itália.
2005	Morre João Paulo II, encerrando-se o terceiro pontificado mais longo da história (26 anos, 5 meses e 15 dias). Início do pontificado de Bento XVI.
2013	Renúncia de Bento XVI. Início do papado de Francisco, o primeiro Pontífice latino-americano.

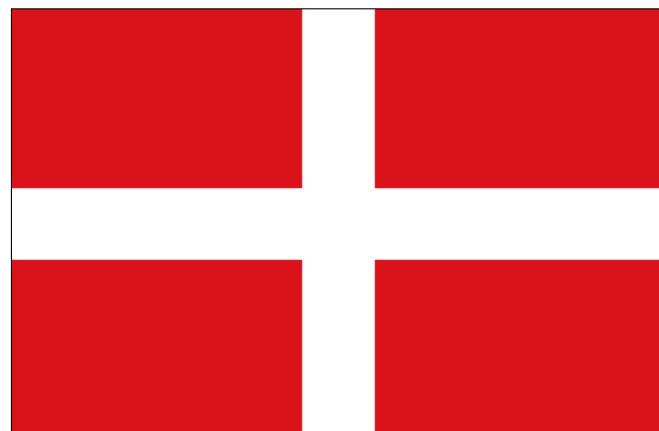
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Pároco, segundo o qual o catolicismo torna-se a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28 de outubro.
1872-1875	A “Questão religiosa”, envolvendo o poder de nomear bispos, abala o relacionamento entre a Igreja e o Império.
1891	A primeira Constituição republicana estabelece a separação entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevada ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II.
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II.

1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil.
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira Visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil, no contexto do II Encontro Mundial com as Famílias, no Rio de Janeiro.
2005	Primeira visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar do funeral do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Segunda visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano. Assinatura do Acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (novembro).
2013	Primeira visita da Presidente Dilma Rousseff ao Vaticano, para participar da Missa Inaugural do Papa Francisco I (março)
2013	Primeira visita do Papa Francisco I ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (julho).
2014	Presidente Dilma Rousseff assiste, no Vaticano, ao Consistório de criação de novos cardeais, incluindo o brasileiro Dom Orani Tempesta (fevereiro)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente do Congresso Renan Calheiros a Roma para assistir à missa de canonização do Padre José de Anchieta, presidida pelo Papa Francisco (abril)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	13/11/2008	10/12/2009	12/02/2010
Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas	23/10/1989	23/10/1989	22/11/1989
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/10/1935	02/12/1935	10/01/1936

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ORDEM SOBERANA MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO JOÃO
DE JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA****APRESENTAÇÃO**

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta é uma entidade internacional surgida à época das Cruzadas, com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. A Ordem de Malta, apesar de

não possuir território (apenas dois edifícios em Roma), tem sua soberania reconhecida por mais de 100 países e mantém o privilégio de conceder passaportes.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta Sua Alteza Eminentíssima, Frey Matthew Festing

Frey Matthew Festing nasceu em Northumberland, em 1949.

Estudou em Ampleforth e no Trinity College de Cambridge, onde se formou em história. Na infância, viveu em Malta e em Cingapura.

Em 1977, Frey Matthew passou a fazer parte da Ordem de Malta e recebeu votos solenes em 1991, passando a ser Cavaleiro da Ordem. No período entre 1993 e 2008, ocupou o cargo de Grão-Prior da Inglaterra. Nesta função, conduziu missões de assistência humanitária na Sérvia e na Croácia e, todos os anos, acompanha uma delegação da Grã-Bretanha ao Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, na peregrinação anual da ordem.

Em fevereiro de 2008, com o falecimento de Frey Andrew Willoughby Ninian Bertie, acedeu ao posto de Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta.

RELAÇÕES BILATERAIS

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece “o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta”. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do embaixador junto à Santa Sé como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Ordem de Malta. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro.

O grão-mestre visitou o Brasil em 1966, 1984 e 1990, ao passo que o chanceler brasileiro visitou a sede da Ordem, em Roma, em 1966. O programa oficial das visitas foi estritamente protocolar, aspecto que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem.

Dos trabalhos realizados pela Ordem de Malta no Brasil, destaca-se o Centro Assistencial Cruz de Malta, localizado na periferia da cidade de São Paulo, que atende gratuitamente população necessitada. O Centro tem como missão “evitar a marginalização do indivíduo, seja por doença, falta de capacitação profissional ou qualquer tipo de discriminação” e atua em diversas áreas, como pediatria, nutrição, psicologia, vacinação, aulas de higiene e puericultura.

No Brasil, a Ordem de Malta está presente por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Ordem Soberana e Militar de Malta.

POLÍTICA INTERNA

A Ordem Soberana de Malta, cujo nome completo é Ordem Soberana Militar Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, foi estabelecida em meados do século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos na Jerusalém ainda sob o domínio dos califas do Egito. Com a conquista de Jerusalém na primeira Cruzada, a Ordem assumiu também funções militares de defesa dos doentes e peregrinos, passando desde então a exercer, crescentemente, o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Em 1530, o imperador Carlos V cedeu à Ordem, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino. No século XVII, o grão-mestre da Ordem passou a ostentar o título de

príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de cardeal da Igreja Católica. Depois de ter sido expulsa de Malta por Napoleão Bonaparte, a Ordem teve sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.

Segundo sua constituição atual, a Ordem Soberana Militar de Malta tem caráter religioso, leigo, militar, cavaleiresco e tradicionalmente nobiliárquico. É composta por cerca de 12 mil membros de 130 países e suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes. Seu órgão decisório é o Conselho Soberano, presidido pelo grão-mestre da Ordem, eleito para ocupar o cargo vitalício como príncipe e religioso superior. O Conselho é integrado ainda pelo grão-comandante, pelo grão-chanceler, pelo grão-hospitalário, pelo tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos. Somente católicos podem participar da Ordem.

O atual grão-mestre e príncipe da Ordem de Malta é Sua Alteza Eminentíssima, o príncipe e grão-mestre Fra Matthew Festing, eleito em 11 de março de 2008.

Na década de 1950, a Ordem de Malta solicitou ao Papa a criação de um tribunal cardinalício com o objetivo de determinar a natureza de seus atributos de ordem soberana e de ordem religiosa. O acórdão, proferido em 1953, estabeleceu que a qualidade soberana da Ordem, reconhecida pela Santa Sé, consiste no gozo de certas prerrogativas inerentes à própria Ordem como sujeito de direito internacional. No tocante à qualidade religiosa, afirmou que a Ordem ficaria subordinada à Santa Sé.

A Ordem enfrenta atualmente o problema do uso indevido de seu nome por “falsas” ordens, muitas vezes com objetivos fraudulentos. Existem, não obstante, duas outras ordens “autênticas”, continuadoras da ordem do hospital que não se pretendem soberanas e com as quais a Ordem de Malta mantém amistosa colaboração: a Venerabilíssima Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, com sede na Inglaterra, e a Ordem de São João (“Johanniterorder”), na Alemanha.

POLÍTICA EXTERNA

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história secular. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício de suas atividades humanitárias.

No campo político, seu objetivo primordial é o de obter cada vez maior reconhecimento internacional, razão pela qual procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

A responsabilidade pela condução da diplomacia da Ordem compete ao secretário para assuntos estrangeiros, a autoridade que interage com os chefes de missões diplomáticas acreditadas junto à Ordem e responde diretamente ao grão-mestre, embora sob a supervisão do grão-chanceler.

As representações da Ordem junto aos governos dos Estados são de dois tipos: representações diplomáticas e representações e delegações sem caráter diplomático. Algumas embaixadas da Ordem exercem diretamente atividades assistenciais nos países onde estão situadas.

Após a II Guerra Mundial, a Ordem iniciou esforço sistemático para obter reconhecimento, inicialmente dirigido à América Latina e, em seguida, à África e à Ásia. Para o êxito dessa iniciativa, contou com algumas condições favoráveis, como a religião comum nos países latino-americanos e o desejo dos países africanos de também afirmarem sua personalidade internacional.

A Ordem mantém relações diplomáticas com 106 estados e missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais a União Europeia, ONU e diversas de suas agências. Mais de trinta países mantêm embaixadores residentes junto à Ordem de Malta em Roma.

As atividades diplomáticas da Ordem de Malta são vinculadas a sua missão humanitária e, dessa forma, a presença de suas missões diplomáticas serve para apoiar suas atividades. As raras abordagens de temas com conotação política normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz. Em sua última mensagem ao corpo diplomático, em janeiro de 2016, o grão-mestre Fra Matthew Festing salientou as peculiaridades dos conflitos da época atual, que qualificou de “assimétricos”, conduzidos muitas vezes por “grupos que rejeitam as convenções humanitárias codificadas pelos Estados”. Ressaltou a importância de se reforçar os princípios humanitários das Convenções de Genebra e afirmou que a União Europeia deve trabalhar em uníssono para pôr em prática medidas capazes de gerenciar a crise humanitária.

Na ocasião, o grão-mestre fez referência ao auxílio prestado pela Ordem de Malta às vítimas dos atentados em Paris, no Mali e na Califórnia, bem como à ajuda constante que a “Malteser International”, agência de assistência humanitária da Ordem, vem dando aos refugiados no Iraque, no Irã, na Turquia, na ilha de Lampedusa e no Mar Egeu. No âmbito da ocorrência de catástrofes e epidemias, a Ordem de Malta tem estado presente em várias partes do mundo. Na África, notadamente no Quênia, Sudão do Sul, Costa do Marfim, foram desenvolvidos

projetos médicos na luta contra o ebola, a tuberculose e a AIDS. Na Ásia, são assistidos pobres e enfermos, especialmente vítimas de hanseníase, sendo desenvolvida terapia para o seu tratamento no Camboja, Laos e Vietnã. Além disso, em 21 países das Américas Central e do Sul são mantidas casas de repouso, centros médicos e instituições para crianças em situação de rua, além de hospitais para mães e filhos portadores de HIV. Em Cuba, são distribuídas aos necessitados cerca de 750 mil refeições por ano, e no Peru são fornecidos medicamentos e tratamentos à população indígena das zonas rurais.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o status de observador permanente, em reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas e suas agências especializadas, a Ordem de Malta mantém as missões permanentes em Nova York, Genebra e Viena. A Ordem conta ainda com delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Instituto Internacional de Direito Humanitário, Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, União Latina, União Africana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Organização Internacional para a Migração, Organização Internacional da Francofonia, Comissão Preparatória para a Proibição de Testes Nucleares e Comitê Internacional de Medicina Militar.

ECONOMIA

A Ordem Soberana de Malta mantém-se e conduz suas obras com recursos provenientes das seguintes fontes: doações voluntárias de seus membros; renda dos bens da instituição; coletas organizadas por seus membros; “direito de passagem” (ou seja, cota de admissão); e cotas anuais pagas por seus membros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XI	Criada como comunidade monástica dedicada a São João de Jerusalém, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos
1310	Adquire soberania territorial sobre a Ilha de Rodes.
1523	Perdem os territórios para os turcos.
1530	O Imperador Carlos V cedeu-lhes, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, na África do Norte.
1798	Napoleão ocupa a ilha de Malta.
1834	Restabelece-se em Roma.

1879	O Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham
-------------	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1966	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1966	Visita à sede da Ordem de Malta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1984	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1990	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.

2^a PARTE - LEITURA DE RELATÓRIOS

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 101, DE 2016

(nº 586/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 586

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, e na República Islâmica do Afeganistão.

Os méritos do Senhor Claudio Raja Gabaglia Lins que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2016.

EM nº 00371/2016 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 673 - C. Civil.

Em 25 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, e na República Islâmica do Afeganistão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS

CPF.: 709.001.597-15

ID.: 42412296 IFP - RJ

1960 Filho de Claudio Marinho Lins e Lucilia Raja Gabaglia Lins, nasce em 18 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1983 Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
 1985 CPCD - IRBR
 1991 Mestrado em Literatura, Universidade de Brasília/DF
 1994 Diplome D'Études Approfondies, Literatura, Université de Paris IV - Sorbonne, Paris/FR
 1994 CAD – IRBR
 2007 CAE - IRBR, Experiências de Coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: Comparação com o Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1991 Segundo-Secretário
 1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2004 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de América Meridional II, Assistente
 1989-90 Departamento Cultural, Assessor
 1990-92 Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
 1992-95 Delegação junto à UNESCO, Paris, Segundo-Secretário
 1995-98 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
 1998-2001 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor
 2002-05 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário e Conselheiro
 2005-08 Embaixada em Túnis, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
 2008-10 Divisão da Europa I, Chefe
 2010-15 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos - II, Chefe do Gabinete
 2012 Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios em missão transitória até 15/12/2012
 2013-14 Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em Missão Transitória até 20 de janeiro de 2014
 2015 Embaixada em Islamabad

Condecorações:

1986 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, primeiro lugar no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata
 1999 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
 2000 Légion d'Honneur, França, Oficial
 2009 Ordine della Stella della Solidarietà Italiana, Itália, Cavaleiro.
 2009 Légion d'Honneur, França, Oficial.
 2010 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
 Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania (DACMO)
Divisão da Ásia Central (DASC)**

AFEGANISTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Islâmica do Afeganistão
CAPITAL	Cabul
ÁREA	647.500 km ²
POPULAÇÃO (2016)	33,381 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	pastó e persa dari
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (99% - cerca de 80 a 85% sunita, 15 a 20% xiita) e minorias cristã, hindu, budistas.
SISTEMA DE GOVERNO	República Islâmica
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ashraf Ghani (eleito em 2014)
CHEFE DO EXECUTIVO	Abdullah Abdullah
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL	Abdul Salam Azimi
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Salahuddin Rabbani
PIB nominal (2014)	US\$ 20.44 bilhões (est.2015 - US\$19.20)
PIB PPP (2014)	US\$ 60.81 (est. 2015 - US\$ 60.32)
PIB nominal per capita (2014)	US\$ 654,00 (est. 2015 - US\$ 600,00)
PIB PPP per capita (2014)	US\$ 1944,00 (est. 2015 - US\$ 1947,00)
VARIAÇÃO DO PIB (2014)	1,28% (est. 2015 – 1,47%)
IDH (2014)	0,4
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	52 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2014)	28,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015)	40 %
UNIDADE MONETÁRIA	Afegane (AFN)
EMBAIXADOR DO AFGANISTÃO NO BRASIL	Hamdullah Mohib (embaixador cumulativo, residente em Washington)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO AFGANISTÃO	Claudio Raja Gabaglia Lins (embaixador cumulativo, residente em Islamabad)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há registros

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões Fob) - *Fonte: MDIC*

Brasil→ Afeganistão	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Jan-Abr)
Intercâmbio	2,99	3,88	7,9	8,8	8,3	11,6	8,4	12,711	12.631	7.014	2.018
Exportações	2,7	3,3	7,7	8,7	8,3	10,9	8,3	12,468	11.721	6.733	1.962
Importações	0,29	0,58	0,2	0,1	0,036	0,7	0,122	243,3	909.7	280.8	56.0
Saldo	2,39	2,7	7,5	8,6	8,3	10,1	8,24	12,225	10.8	6.452	1.906

APRESENTAÇÃO

A República Islâmica do Afeganistão é um país mediterrâneo, localizado entre a Ásia Meridional e a Ásia Central. O país faz fronteiras com o Paquistão ao sul e a leste, com o Irã a oeste, com Turcomenistão, Uzbequistão e Tajiquistão ao norte e com a China a nordeste. Sua população é de aproximadamente 32 milhões de pessoas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

presidente Mohammad Ashraf Ghani



Mohammad Ashraf Ghani nasceu em 1949 (67 anos) na Província de Logar e cresceu no Afeganistão, mas foi educado no exterior. Invasões estrangeiras e a guerra civil levaram sua família a ser perseguida, forçando-o a viver no exílio. Apesar dessas circunstâncias, Ghani tornou-se proeminente intelectual em Ciência Política e Antropologia.

Em 1991, começou a trabalhar para o Banco Mundial como antropólogo, lá permanecendo por 11 anos. Após a queda do regime Talibã, em 2001, Ghani retornou ao Afeganistão, com o objetivo de trabalhar na reconstrução do país. Foi assessor do presidente Hamid Karzai e serviu como ministro das Finanças até dezembro de 2004.

Durante o tempo em que esteve à frente desse Ministério, Ghani formulou pacotes de reforma administrativa para a modernização e a transparência dos serviços públicos e financeiros no país e deu início a diversos programas de investimento público que tiveram impacto positivo sobre a população afegã.

Ghani, entretanto, decidiu não participar do governo que tomou posse em 2004. Permaneceu, ainda assim, como uma personalidade influente nos círculos políticos afegãos e também no exterior.

Em 2010, desempenhou a função de presidente do “Transition Coordination Commission” (TCC), que foi responsável pela transferência da autoridade das tropas estrangeiras para as forças nacionais. Deixou a TCC para concorrer à Presidência em outubro de 2013, eleições nas quais foi declarado vencedor em 22 de setembro de 2014.

Abdullah Abdullah - Chefe do Executivo

Abdullah Abdullah, nascido em 1960 (56 anos) em Cabul é o Chefe do Executivo da República Islâmica do Afeganistão. Ocupou numerosas posições proeminentes durante sua extensa carreira política.

Dentre as funções desempenhadas por Abdullah, destacam-se a de vice-ministro das Relações Exteriores em 1996 e de ministro das Relações Exteriores em 1998. Foi novamente ministro das Relações Exteriores em 2001. Serviu como ministro das Relações Exteriores até 2006, quando passou a desempenhar a função de Secretário-Geral da Massoud Foundation.

Abdullah concorreu à Presidência em 2009, tendo sido o segundo colocado no primeiro turno. Posteriormente, fundou o “National Coalition of Afghanistan” (NCA), que se constituiu na única força de oposição democrática ao presidente eleito Hamid Karzai.

Em 2014, candidatou-se novamente à Presidência, tendo vencido no primeiro turno. Devido a dificuldades enfrentadas no segundo turno, houve acordo entre os dois candidatos remanescentes. Por meio desse acordo, formou-se o Governo de Unidade Nacional, com Ashraf Ghani como presidente e Abdullah como Chefe do Executivo.

Salahuddin Rabbani
Ministro das Relações Exteriores



Salahuddin Rabbani nasceu em 1971 (45 anos) Cabul. Formou-se em Administração e Marketing na Arábia Saudita em 1995. Trabalhou por curto período no Departamento Financeiro da companhia petrolífera saudita Aramco, antes de mudar-se para os Emirados Árabes Unidos, em 1996. Rabbani tem Mestrado em Administração e Negócios pela Kingston University, no Reino Unido.

Em 2000, Rabbani ingressou no Ministério das Relações Exteriores, ocupando o cargo de Conselheiro Político na Missão Permanente do Afeganistão junto às Nações Unidas, em Nova York. Durante esse período, representou o Afeganistão no Primeiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento e a Segurança Internacional e também cobriu numerosos assuntos relacionados à paz e à segurança internacional junto ao Conselho de Segurança.

Em 2006, deixou o Ministério das Relações Exteriores para cursar uma segunda pós-graduação, em Assuntos Internacionais, na Columbia University School of International and Public Affairs. Completado o curso, em 2008, voltou ao Afeganistão, para trabalhar como Conselheiro Político de seu pai, o ex-presidente Burhanuddin Rabbani, figura política de proa e líder do partido Jamiat-e-Islami.

Em 2010, Rabbani foi designado embaixador do Afeganistão para a Turquia. Após o trágico assassinato de seu pai, em 2011, Rabbani foi eleito líder do Jamiat-e-Islami e, em março de 2012, foi designado presidente do “Afghan High Peace Council”.

Rabbani foi designado pelo presidente Ashraf Ghani como ministro das Relações Exteriores em janeiro de 2015 e tomou posse em fevereiro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil restabeleceu suas relações diplomáticas com o Afeganistão em 2004 e os dois países decidiram abrir embaixadas residentes, reciprocamente, em 2010. O Afeganistão inaugurou sua embaixada em Brasília em 2012, mas a abertura da embaixada brasileira em Cabul não foi possível, em razão de restrições orçamentárias e também em virtude das condições de segurança locais. Por decisão do Governo afegão, sua embaixada em Brasília foi afinal fechada, no final de 2015, e, pelo Decreto 8646/16, a embaixada do Brasil em Cabul voltou a ser cumulativa com a embaixada em Islamabad.

O Brasil acompanha atentamente a situação no Afeganistão e apoia os esforços no âmbito das Nações Unidas para a reconciliação e a reconstrução do país. O Governo brasileiro está convencido de que a estabilidade naquele país deve ser alcançada através de uma combinação de diálogo político e desenvolvimento econômico. É fundamental, nesse contexto, que haja uma coordenação de esforços nos níveis multilateral e regional.

Em reiteradas Notas à Imprensa, o Itamaraty tem manifestado sua solidariedade ao povo afegão frente aos atos terroristas do Talibã, que tem provocado dezenas de vítimas inocentes, inclusive mulheres e crianças.

A cooperação técnica é uma das áreas mais importantes do relacionamento bilateral, especialmente no campo da agricultura. Pode-se mencionar o projeto "Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão" oferecido pela Universidade Federal de Lavras, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação. O curso, previsto para realizar-se entre os dias 30 de maio e 10 de junho de 2016, está sendo oferecido a seis técnicos indicados pelo Ministério da Agricultura do Afeganistão.

O comércio bilateral permanece em níveis muito modestos. O seu incremento depende de uma evolução positiva da situação política e de segurança no Afeganistão.

Em 2015, o valor total do comércio bilateral Brasil-Afeganistão foi de pouco mais de US\$ 7 milhões, sendo a quase totalidade referentes às exportações brasileiras. As importações brasileiras do Afeganistão incluem, principalmente, frutas. As exportações brasileiras ao Afeganistão incluem carne de frango e de gado, bem como papel. Até abril de 2016, o volume de comércio entre Brasil e Afeganistão foi de aproximadamente US\$ 2 milhões, repetindo-se a situação de grande vantagem para as exportações brasileiras.

POLÍTICA INTERNA

No final do século XIX, o Afeganistão tornou-se um estado-tampão no jogo de forças entre a Índia colonial britânica e o Império Russo. Após a terceira guerra anglo-afegã, em 1919, o Rei Amanullah tentou, sem sucesso, modernizar o país, que permaneceu muitos anos sem maiores perspectivas de desenvolvimento. Uma série de golpes nos anos 1970, seguidos de guerras civis, devastaram o Afeganistão.

A União Soviética ocupou o Afeganistão de 1979 a 1988, impondo uma sangrenta ditadura. A retirada soviética ensejou nova guerra civil no país. Em 1996, o Talibã assumiu o poder e instalou um regime fundamentalista islâmico, derrubado, em 2001, após a intervenção norte-americana. Assumiu o poder, provisoriamente, Hamid Karzai.

As eleições presidenciais afgãs de 2004 foram relativamente pacíficas e Hamid Karzai ganhou em primeiro turno com 55,4% dos votos. Entretanto, as eleições presidenciais de 2009 caracterizaram-se pela falta de segurança, baixo comparecimento de eleitores e fraudes em larga escala. As eleições tiveram lugar em agosto de 2009, mas o resultado ficou pendente por um longo período, para recontagem dos votos e apuração de fraudes.

Dois meses depois, sob pressão internacional, foi anunciado um segundo turno de votação entre Hamid Karzai e Abdullah Abdullah. Este último anunciou, dias depois, que não participaria do segundo turno porque suas demandas de mudanças na Comissão Eleitoral não haviam sido atendidas. No dia seguinte, a Comissão cancelou o segundo turno e declarou Hamid Karzai presidente, com um mandato de cinco anos.

Após tomar posse, o presidente Karzai promoveu demissões de vários “warlords”. Esse movimento parecia indicar que o Governo Karzai seria agressivamente reformista. Essa expectativa, contudo, não se confirmou e o governo foi mais cauteloso que o esperado. Ainda que excessivamente dependente de ajuda externa, durante o governo Karzai a economia afgã começou a apresentar sinais de recuperação e de crescimento.

Nas eleições parlamentares de 2005, entre os eleitos figuravam "mujahideens", fundamentalistas islâmicos, “warlords”, comunistas, reformistas e diversos atores associados com o movimento Talibã. Como fator positivo, deve-se assinalar que, no mesmo período, o Afeganistão atingiu a marca de 30º nação em termos de representação feminina no Parlamento.

As últimas eleições parlamentares ocorreram em setembro de 2010, mas, devido a disputas e fraudes, a cerimônia de posse somente ocorreu em janeiro de 2011.

As eleições presidenciais de 2014 foram vencidas por Ashraf Ghani, com 56,44% dos votos. Os resultados das urnas foram contestados por seu concorrente Abdullah Abdullah. Em 19 de setembro daquele ano, Ashraf Ghani e Abdullah Abdullah firmaram um compromisso segundo o qual Ghani foi reconhecido na Presidência, mas Abdullah conseguiu manter considerável esfera de influência, no cargo de Chefe do Executivo. Como resultado, o governo Ghani já se iniciou sob a égide da divisão. A fragilidade política do presidente tem-se acentuado ainda mais, devido a uma convergência de fatores: os efeitos da guerra civil, com as sucessivas vitórias militares alcançadas pelo Talibã; a incapacidade de solucionar a crise econômica; o desgaste ocasionado pelo fracasso de decisões de política externa, como a de buscar aproximação com Islamabad.

Devem ser creditados a Ghani esforços de combate à corrupção e ao narcotráfico. A corrupção é apontada como um dos maiores problemas afgãos. Um estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), de janeiro de 2010, revelou que propinas respondiam por um montante equivalente a 23% do PIB nacional. Ainda que o ex-presidente Karzai tenha prometido combater o problema em 2009, afirmando que “corruptos não terão lugar no governo”, funcionários de alto escalão foram acusados de desviar centenas de milhares de dólares por meio do Kabul Bank. De acordo com o índice de percepção de corrupção da “Transparency International”, em 2014 o Afeganistão era tido como o quarto país mais corrupto do mundo. O narcotráfico, importante vetor da corrupção no país, constitui verdadeira indústria paralela. Parte do próprio estamento governamental, em Cabul e nas províncias, estaria ativamente envolvida na sua exploração.

A situação do país adquire contornos cada vez mais críticos, com milhões de afgãos deslocados internamente pela guerra e elevadíssimos níveis de desemprego. A guerra e a falta completa de perspectivas levam muitos afgãos a buscar refúgio em países vizinhos e na Europa. O Paquistão e o Irã contam, respectivamente, com cerca de três milhões de refugiados afgãos, muitos sem documentação. Os países europeus vêm adotando medidas fortemente restritivas contra a entrada de afgãos, que constituem o segundo maior contingente de refugiados após os sírios.

POLÍTICA EXTERNA

O Afeganistão é membro da ONU desde 1946. O Estado tem relações próximas com grande número de países da OTAN e seus aliados, em especial, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha e a Turquia. Em 2012, os Estados Unidos designaram o Afeganistão como “major non-NATO ally” e criaram o Acordo de Parceria Estratégica Estados Unidos-Afeganistão. O Afeganistão mantém, de forma geral, boas relações com os vizinhos Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e China, bem como com outros países da Ásia, como Índia, Bangladesh, Nepal, Cazaquistão, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Iraque, Japão e Coreia do Sul. As relações com o Paquistão são tensas: o Afeganistão acusa o país vizinho de abrigar santuários de terroristas afegãos em seu território.

A “United Nations Assistance Mission in Afghanistan” – UNAMA – foi estabelecida em 2002, sob a égide da Resolução 1401 do Conselho de Segurança, com o objetivo de ajudar na recuperação do país após décadas de guerra. Adicionalmente, cerca de 12 mil soldados de países-membros da OTAN fazem parte da missão “Resolute Support”, que, desde janeiro de 2015, presta apoio militar ao combalido Exército afegão. Seu principal objetivo é treinar as Forças de Segurança Nacional do Afeganistão – ANSF – que estão sob o comando do Ministério da Defesa e que compreendem o Exército e a Força Aérea afegãos.

O presidente Ashraf Ghani, logo no início de seu mandato, procurou ativamente aproximar-se do Paquistão, buscando reverter a relação hostil mantida por seu predecessor Hamid Karzai. A despeito de sucessivos apelos de Ghani, aos quais se somaram pressões norte-americanas, o Paquistão jamais renunciou à prática de apoiar insurgentes do Talibã afegão hospedados em seu território, em regiões próximas à porosa fronteira com o país vizinho. O apoio de Islamabad estende-se à rede Haqqani, uma das mais agressivas facções do Talibã afegão.

Em 19 de abril do corrente ano, um violento atentado em Cabul vitimou 64 pessoas e feriu cerca de 350. O atentado, segundo o governo afegão, foi planejado a partir de território paquistanês, e marcou mudança de posição de Ghani, que ameaçou apresentar queixa formal ao Conselho de Segurança da ONU, se o Paquistão não tomar medidas efetivas contra os líderes talibãs que encontram guarida em seu território.

O Paquistão, por sua vez, não dá sinal de que combaterá os insurgentes talibãs, mas admite que lhes presta apoio. Sartaj Aziz, o influente assessor para política externa do primeiro-ministro Nawaz Sharif, reconheceu, pela primeira vez, que o Paquistão exerce influência sobre os combatentes em seu território, mas negou que consiga ter controle sobre suas decisões.

A despeito da duplidade de sua política, o Paquistão segue sendo ator incontornável na crise afegã. Integra o Grupo de Coordenação Quadrilateral, formado por Paquistão, Afeganistão, China e Estados Unidos, criado para discutir e mediar a situação no Afeganistão. O Grupo foi constituído em 9 de dezembro último, em Islamabad, na quinta "Conferência do Coração da Ásia", que congregou 31 países para discutir formas de apoio ao Afeganistão. O Grupo de Coordenação Quadrilateral veio a reunir-se novamente em 18 de janeiro, em Cabul, e em 6 de fevereiro, em Islamabad. Entretanto, seus esforços para levar o Talibã afegão à mesa de negociações vêm-se mostrando infrutíferos.

No ano passado, o Talibã ceifou a vida de 26% mais vítimas militares e civis do que em 2014 e ocupa, hoje, mais território do que em qualquer outro momento, desde que foi apeado do poder em 2001.

O atentado em Cabul, em 19 de abril, marcou o início da chamada ofensiva da primavera do Talibã afegão. O movimento insurgente poderá, no decorrer deste ano, consolidar sua penetração em diversas regiões do país, conseguindo dessa forma, senão uma vitória militar completa, pelo menos um considerável poder de barganha, caso decida sentar-se à mesa de negociações com o governo afegão.

O equilíbrio de forças entre o exército afegão e os aliados da OTAN, por um lado, e o Talibã, por outro, é extremamente precário. O exército afegão, sozinho, seria presa fácil do Talibã, mas, com o apoio da "Resolute Support Mission" da OTAN, consegue resistir. Não há, de parte dos Estados Unidos e dos demais aliados integrantes da força da OTAN, disposição para incrementar os efetivos, e, de qualquer forma, um número muito maior de tropas não foi suficiente para vencer a insurgência no passado. A

"Resolute Support Mission" tornou-se um anacronismo, que acaba servindo aos interesses da China e, em menor medida, aos de outros atores do entorno regional, como a Índia, a Rússia e o Irã. Esses países, não fosse pela presença da OTAN, teriam de redimensionar inteiramente sua política para o Afeganistão, e com custos muito maiores, a fim de atender a seus interesses nacionais.

Fator complicador, nesse intrincado tabuleiro, é que o Talibã não é um movimento unido, e sim, e cada vez mais, um caleidoscópio de facções. A maior parte delas parece seguir o comando do Mulá Mansour, novo líder após o anúncio, no ano passado, da morte do líder histórico do movimento, o Mulá Omar. Mas existem tendências internas conflitantes, com maior ou menor propensão à negociação. Todo esse quadro contribui para explicar o insucesso dos esforços do Grupo Quadrilateral, até o momento, em trazer o Talibã para a mesa de negociações.

A China, de resto, tornou-se presença constante e de peso preponderante nas negociações com o Talibã. Teve papel proativo, e muito construtivo, tanto na conformação do Grupo Quadrilateral quanto nas discussões na reunião do dia 6 de fevereiro. Aquele país do extremo Oriente, e, em menor medida, o Paquistão serão provavelmente os principais responsáveis por atrair novamente o Talibã para a mesa de negociações, caso isso seja possível. O Talibã respeita a China, contra quem não pesam diferendos históricos, e facções do movimento insurgente são apoiadas e protegidas por Islamabad. Os EUA são odiados pelo Talibã e o governo de Cabul só tem alguma importância aos olhos da insurgência pelas concessões que se disponha a fazer.

O Talibã aposta que poderá ganhar mais terreno com as próximas ofensivas e que as forças da OTAN terão crescente dificuldade em prosseguir como o fiel da balança, caso se acentue a fragilidade do governo de Cabul. A aposta não é irrealista: a insurgência tem colecionado vitórias militares surpreendentes, como a efêmera tomada de Kunduz, no ano passado. O governo de Ashraf Ghani se defronta com dificuldades de todo o gênero: as divisões internas, a desmotivação e a ineficiência do Exército, a gravidade da situação econômica, a profunda desilusão da população, que procura em massa refúgio no exterior. A precariedade do governo de Cabul foi reconhecida recentemente pelo Diretor da Agência Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, James Clapper, que afirmou que o Afeganistão está em sério risco de desagregação política ainda neste ano. Clapper acrescentou ser indispensável o prosseguimento de substancial ajuda financeira externa a Cabul.

Mas a premissa para uma vitória do Talibã pela via militar é, ainda assim, que os Estados Unidos e demais países integrantes da "Resolute Support Mission" se resignem a uma derrota – premissa que o Talibã sabe perfeitamente ser de difícil realização. Como resultado, o Talibã adota, no momento, postura ambígua em relação às reuniões do Grupo de Coordenação Quadrilateral. Representantes do movimento insurgente questionam publicamente a utilidade do exercício, mas não chegam a rejeitar a possibilidade de negociar. Colocam, porém, precondições: a retirada de todas as tropas estrangeiras, a exclusão do Talibã da lista do Comitê de Sanções das Nações Unidas, a reabertura do escritório político no Qatar, a libertação de prisioneiros e o levantamento da proibição de deslocamentos aéreos dos integrantes da insurgência. À exceção da primeira condição, todas as demais poderiam ser negociadas, do ponto de vista de Cabul. Enfraquecido, o presidente Ashraf Ghani chegou a qualificar os insurgentes talibãs como "opositores políticos" e não "terroristas".

Salvo pelo primeiro, e improvável, cenário – o de desagregação muito grave do Exército e do governo afegãos e de resignação a uma derrota militar por parte das forças da OTAN – o Talibã provavelmente calcula que novas vitórias militares nos próximos meses lhe darão um poder de pressão suficiente para, na mesa de negociações, conseguir maiores fatias de poder em um governo de coalizão e mudanças na Constituição para atender a seus interesses. A experiência terá mostrado aos insurgentes talibãs que dificilmente conseguiriam governar sozinhos, contra a oposição de inimigos externos poderosos. E o Talibã hoje teria a temer, caso viesse a alcançar o poder, menos os Estados Unidos e o resto do Ocidente do que seus próprios vizinhos. A vitória do islamismo radical no Paquistão representaria, para a China, a ameaça do recrudescimento da militância islâmica em Xinjiang; para o Paquistão, acarretaria o fortalecimento do Talibã paquistanês; e para a Rússia, Índia e Irã, ameaças de ordem semelhante.

Não por outra razão o porta-voz do presidente Putin, Dmitry Peskov, afirmou recentemente que a Rússia considera o Paquistão um “key player” no combate ao terrorismo e que o Comandante da infantaria russa, General Oleg Salyukov, anunciou que o país realizará neste ano, pela primeira vez, exercícios conjuntos de contra-terrorismo com o Exército paquistanês.

Um fator que poderia influir, a médio e longo prazo, na decisão do Talibã de negociar seriamente com Cabul não seriam nem gestões externas, nem vitórias militares, nem concessões, mas sim o crescimento de movimentos insurgentes rivais, tais como o Estado Islâmico e a Al Qaeda. Esse crescimento é evidente. O Estado Islâmico, no Afeganistão, tem a temer menos os drones norte-americanos que os combatentes talibãs, com quem trava sangrentas escaramuças. Mas o EI não dá mostras de enfraquecer: ao contrário, continua captando novos soldados entre talibãs descontentes com os rumos do movimento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB do país em 2014, conforme dados do Banco Mundial, foi de aproximadamente US\$ 20 bilhões e a renda per capita oscilou em torno de US\$ 600. Por setores, a agricultura responde por 24% do PIB, a indústria, por 21% e os serviços por 55%.

A indústria compreende, principalmente, a produção em pequena escala de têxteis, sabão, móveis, sapatos, fertilizantes, bebidas não-alcoólicas, água mineral, cimento, tapetes, gás natural, carvão e cobre.

Em 2015, segundo o Banco Mundial, houve deflação de 1,5%, com sensível aumento do desemprego. Ainda conforme o Banco Mundial, as reservas internacionais do país em 2014 foram US\$ 7,5 bilhões.

A deterioração das condições de segurança e a persistente instabilidade política continuam a minar a confiança do setor privado e a afetar a atividade econômica no Afeganistão. Entretanto, a economia experimentou progresso desde 2002 devido à injeção de bilhões de dólares na forma de assistência e de investimentos internacionais, bem como às remessas de afgãos expatriados.

Os recentes avanços devem-se também à maior produção agrícola e ao final de um ciclo de quatro anos de seca na maior parte do país. O desemprego atinge 35% da população e 36% das pessoas vive abaixo da linha da pobreza, sofrendo com a falta de moradia, água potável e eletricidade.

O volume total do comércio exterior afgão em 2015 foi de US\$ 3,1 bilhões, dos quais US\$ 2,7 bilhões referem-se às importações e US\$ 429 milhões às exportações.

Os principais produtos importados pelo Afeganistão incluem tanques de guerra e veículos similares, tratores, “trailers”, carros e motocicletas, autopeças, eletroeletrônicos, farinha de trigo, computadores, óleo de palma, sementes de girassol e fármacos.

As exportações afgãs incluem frutas, nozes, gomas naturais, verduras, especiarias, plantas medicinais, pérolas e pedras preciosas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1919	O Afeganistão recupera a independência depois de uma terceira guerra contra as forças britânicas, que tentaram colocar o país na sua esfera de influência.
1926	Amanullah se autoproclama Rei e tenta introduzir reformas sociais, o que desperta a oposição de forças conservadoras.
1929	Amanullah refugia-se no exterior, depois de distúrbios no país ocorridos em função de suas reformas.
1933	Zahir Shah se torna Rei do Afeganistão, que viverá sob regime monárquico pelos 40 anos seguintes.
1953	O general Mohammed Daud torna-se primeiro-ministro. O país se volta para a União Soviética em busca de assistência econômica e militar. Daud introduz uma série de reformas sociais, tais como a abolição do <i>purdah</i> (prática de manter as mulheres distantes do olhar público).
1964	Início da Monarquia Constitucional, que leva à polarização política e a disputas de poder.
1973	Mohammed Daud toma o poder em golpe de Estado e proclama a República do Afeganistão. Tenta explorar a rivalidade entre a União Soviética e as potências ocidentais. Seu estilo aliena facções esquerdistas que se unem a forças oposicionistas.
1978	O general Daud é deposto e morto em um golpe perpetrado pelo Partido Democrático do Povo. As facções Khalq e Parcham, no seio do partido, se desentendem, levando ao expurgo ou exílio da maioria dos líderes da facção Parcham. Ao mesmo tempo, conservadores islâmicos e líderes étnicos que se opuseram a mudanças sociais começam uma revolta armada no campo.
1979	- A disputa de poder entre os líderes esquerdistas Hafizullah Amin e Nur Mohammed Taraki, em Cabul, é vencida por Amin. Revoltas no campo continuam e o Exército afgão enfrenta dissolução. A União Soviética acaba enviando tropas para ajudar a derrubar Amin do poder. Ele é executado. <u>Intervenção soviética.</u>
1985	Os Mujahedin se reúnem no Paquistão para formar uma aliança contra as forças soviéticas. Estima-se que metade da população afgã tenha sido desalojada pela guerra e centenas de pessoas fugiram para o Irã ou o Paquistão. O novo líder soviético, Mikhail Gorbatchev, promete retirar os soldados soviéticos do Afeganistão.
1986	Os Estados Unidos começam a armar os Mujahedin com mísseis <i>Stinger</i> , permitindo que eles derrubem helicópteros bélicos soviéticos. Babrak Karmal é substituído por Najibullah à frente do regime apoiado pelos soviéticos.
1988	Afeganistão, União Soviética, Estados Unidos e Paquistão assinam acordos de paz e a União Soviética começa a retirar suas tropas do território afgão.
1989	Os últimos soldados soviéticos deixam o Afeganistão, mas a guerra civil continua e os Mujahedin tentam derrubar Najibullah.
1991	Estados Unidos e União Soviética concordam em pôr fim à ajuda militar a ambos os lados. <u>Triunfo dos Mujahedin</u>
1992	Najibullah é deposto. Milícias rivais disputam influência.
1993	Facções Mujahedin concordam em formar um novo governo e Burhanuddin Rabbani, de origem étnica tadjique, é proclamado presidente.
1994	A disputa de influência entre as facções continua e o movimento Talibã, dominado pela etnia patã, emerge como o grande rival do governo de Rabbani.
1996	O Talibã assume o controle de Cabul e introduz uma versão radical de islamismo, que proíbe as mulheres de trabalhar e impõe penas islâmicas que incluem amputações e o apedrejamento até a morte. Rabbani foge, para se unir à Aliança do Norte, que combate o Talibã.

	<u>Pressão sobre o Talibã</u>
1997	O Talibã é reconhecido como governante legítimo do país por Paquistão e Arábia Saudita. Os demais países continuam a reconhecer Rabbani como o Chefe de Estado. O Talibã passa a controlar cerca de dois terços do país.
1998	Terremotos matam milhares de pessoas. Os Estados Unidos lançam mísseis contra supostas bases do militante Osama Bin Laden, que é acusado de ser o responsável por atentados a bomba contra embaixadas norte-americanas na África.
1999	A ONU impõe embargo aéreo e sanções financeiras para forçar o Afeganistão a entregar Osama Bin Laden a julgamento.
2001	A ONU impõe novas sanções contra o Talibã para forçá-lo a entregar Osama Bin Laden; o Talibã destrói estátuas gigantescas de Buda de inestimável valor arqueológico; o Talibã obriga as minorias religiosas a usarem etiqueta de identificação como não-muçulmanas, e mulheres hindus passam a ser obrigadas a se cobrirem com burcas como as outras mulheres afgãs; oito funcionários estrangeiros de organização humanitária são julgados na Suprema Corte por promover o cristianismo. Isso ocorre depois de meses de tensão entre o Talibã e organizações assistenciais. É assassinado Ahmad Shah Masood, famoso guerrilheiro e líder da principal oposição ao Talibã; os EUA e a Grã-Bretanha bombardeiam o Afeganistão depois que o Talibã se recusou a entregar-lhes Osama Bin Laden, considerado responsável pelos ataques de 11 de setembro, nos EUA; Forças de oposição tomam Mazar-e-Sharif e, em poucos dias, marcham para Cabul e outras cidades.
	<u>A queda do Talibã</u>
2002	- O primeiro contingente de tropas de paz estrangeiras é enviado ao Afeganistão; o antigo Rei Zahir Shah volta ao país, mas declara que não vai reivindicar o trono; o Conselho de Segurança da ONU prorroga o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF, em inglês) até dezembro de 2002; forças aliadas continuam campanha para encontrar remanescentes do Talibã e da Al-Qaeda no Sudeste do país; a <i>Loya Jirga</i> (Grande Conselho) elege Hamid Karzai como Chefe de Estado, interino. Karzai escolhe os integrantes de sua administração que ficarão nos cargos até 2004; o vice-presidente Haji Abdul Qadir é assassinado em Cabul; bombardeio norte-americano, na província de Uruzgan, mata 48 civis, vários deles convidados de uma festa de casamento; Karzai escapa por pouco de tentativa de assassinato em Kandahar, sua cidade natal; Karzai e líderes do Paquistão e do Turcomenistão assinam acordo que abre caminho para a construção de gasoduto que passa pelo Afeganistão para transportar gás natural do Turcomenistão ao Paquistão; o Banco Asiático de Desenvolvimento reinicia empréstimos ao Afeganistão após intervalo de 23 anos.
2003	Choques entre combatentes do Talibã e forças do governo na província de Candahar deixam um saldo de 49 mortos; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume o controle da segurança em Cabul. Este é o primeiro compromisso operacional da Aliança de Defesa ocidental fora da Europa.
	<u>Nova Constituição</u>
2004	A <i>Loya Jirga</i> adota uma nova Constituição que prevê o fortalecimento do papel do presidente; o Afeganistão angaria US\$ 8,2 bilhões em ajuda; Hamid Karzai escapa do mais grave atentado à sua vida desde setembro de 2002.
2005	Realizam-se eleições parlamentares pela primeira vez em mais de trinta anos
2006	A OTAN assume a responsabilidade pela segurança em todo o território afegão. Conferência de Londres angaria US\$ 10 bilhões em doações para o Fundo de Reconstrução do Afeganistão
2007	A produção de ópio atinge volume recorde no país.
2008	Conferência de Paris arrecada mais de US\$ 20 bilhões em doações para a reconstrução.

	Ataque de militantes do Talibã à prisão de Candahar provoca a fuga de 350 insurgentes prisioneiros. Atentado contra a embaixada da Índia em Cabul deixa saldo de 40 mortos.
2009	Realizadas eleições presidenciais em 28 de agosto, com resultados contestados, diante de sinais de fraude generalizada. Um segundo turno é marcado para 07/11/2009. O candidato derrotado, o ex-Chanceler Abdullah Abdullah, renuncia ao segundo turno em outubro e Hamid Karzai é declarado reeleito presidente da República pela Comissão Eleitoral Independente.
2010	o contingente de tropas dos EUA e da ISAF recebe reforços e chega a atingir cerca de 100.000 homens. Os EUA informam que vão retirar suas forças gradualmente do país.
2010	Realiza-se a Conferência de Cabul, da qual participou significativo número de delegações (mais de 70, de alto nível): das 55 Delegações nacionais inscritas na lista de oradores, 41 eram chefiadas por ministros do Exterior. Entre essas, destacam-se as delegações dos EUA, Rússia, China, Reino Unido, França, Japão, Alemanha, Itália, Canadá, Índia e Paquistão. Das 10 delegações de organismos internacionais que interviveram, oito eram chefiadas por Secretário-Geral, entre as quais OIC e OTAN. (Registre-se que o Brasil foi o único país latino-americano representado na Conferência).
2014	Nas eleições presidenciais, Ashraf Ghani, venceu com 56,44% dos votos. Ashraf Ghani e seu opositor, Abdullah Abdullah firmaram um compromisso segundo o qual Ghani foi Confirmado na Presidência, tendo Abdullah preenchido o cargo de Chefe do Executivo.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1979	O Brasil não reconhece o regime instalado por força da intervenção da antiga União Soviética no país.
1996	Com a tomada de poder, no Afeganistão, pelo movimento islâmico radical Talibã, o Brasil suspende as relações bilaterais e mantém seu reconhecimento ao governo islâmico moderado de Burhanuddin Rabbani como legítimo representante do Afeganistão.
2001	O Brasil reconhece a Autoridade Interina do Afeganistão, constituída no final de 2001.
2002	O Brasil acolhe grupo de 23 refugiados afegãos sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).
2004	O Brasil retoma relações diplomáticas com o país. O embaixador, não residente, do Afeganistão apresenta credenciais ao governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Islamabad recebe <i>agrément</i> como representante diplomático brasileiro junto ao governo afegão
2006	O então ministro de Estado participa, em Londres, da Conferência Internacional sobre o Afeganistão e oferece cooperação técnica ao país como gesto de apoio à sua reconstrução. O embaixador, não residente, do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, visita o Brasil. Assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países. O presidente Hamid Karzai mantém encontro bilateral com o ex-presidente Lula - e o então ministro das Relações Exteriores, com o chanceler Rangin Spanta, à margem da 61ª AGNU.
2008	O então Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial do MRE representa o Brasil na Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão, em Paris, e anuncia a doação brasileira de US\$ 100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão. Encontro bilateral entre o ministro de estado e o chanceler Spanta, por ocasião da Aliança das Civilizações e à margem da 63ª AGNU, oportunidade em que o presidente Lula mantém novo encontro bilateral com o presidente Karzai. O embaixador não residente do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, realiza sua segunda visita ao Brasil.

2009	O embaixador do Brasil em Islamabad, Alfredo Leoni, comparece à posse do presidente reeleito Hamid Karzai, em 19.11.2009.
2010	O embaixador Said Jawad visita o Brasil pela terceira vez.
2010	Decreto de criação da embaixada residente do Brasil em Cabul
2012	Abertura da embaixada do Afeganistão em Brasília
2015	Fechamento da embaixada do Afeganistão em Brasília
2016	Decreto determinando que a embaixada em Cabul volte a ser cumulativa com a embaixada em Islamabad. O mesmo Decreto determina que essa medida seja de caráter temporário, enquanto não estiverem reunidas as condições para a abertura de uma embaixada residente em Cabul.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Tratado de Amizade	20/02/1933	23/12/1937	2306	02/02/1938
Acordo Básico de Cooperação Técnica	01/08/2006	02/02/2010	7088	01/02/2010

Principais indicadores socioeconômicos do Afeganistão

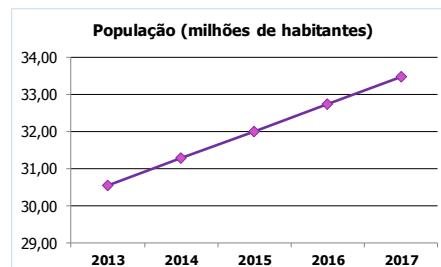
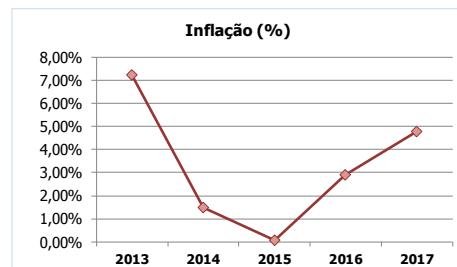
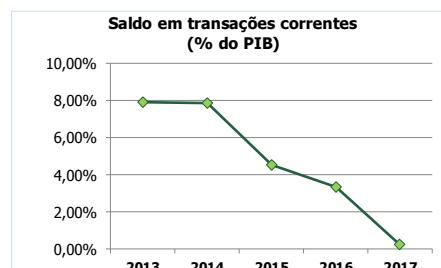
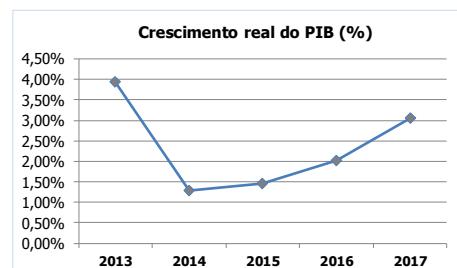
Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,93%	1,28%	1,47%	2,02%	3,05%
PIB nominal (US\$ bilhões)	20,17	20,44	19,20	17,28	17,45
PIB nominal "per capita" (US\$)	660	654	600	528	521
PIB PPP (US\$ bilhões)	59,07	60,81	62,32	64,20	67,07
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.933	1.944	1.947	1.961	2.004
População (milhões de habitantes)	30,55	31,28	32,01	32,74	33,47
Inflação (%) ⁽²⁾	7,24%	1,49%	0,08%	2,88%	4,79%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	7,88%	7,85%	4,54%	3,35%	0,23%
Câmbio (Af / US\$) ⁽²⁾	55,38	57,25	n.d.	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			24,0%		
Indústria			21,0%		
Serviços			55,0%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



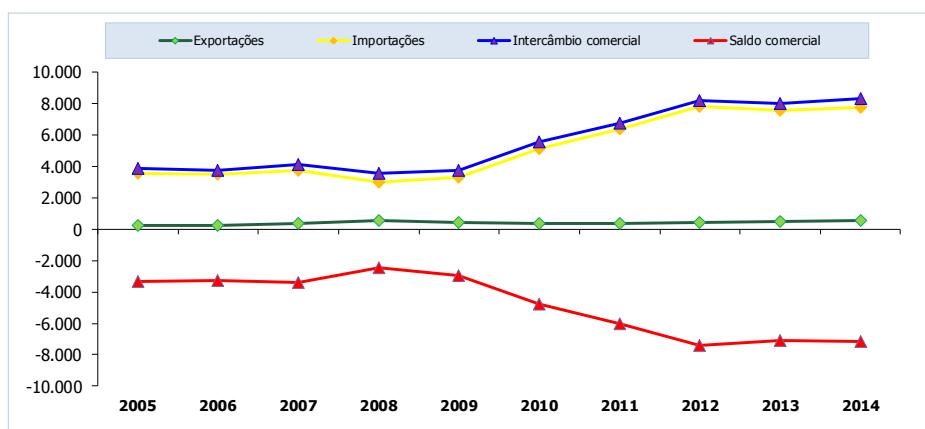
Evolução do comércio exterior do Afeganistão
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	265	28,1%	3.588	84,6%	3.852	79,2%	-3.323
2006	253	-4,5%	3.512	-2,1%	3.764	-2,3%	-3.259
2007	352	39,2%	3.771	7,4%	4.123	9,5%	-3.420
2008	540	53,6%	3.020	-19,9%	3.560	-13,7%	-2.480
2009	403	-25,3%	3.336	10,5%	3.740	5,1%	-2.933
2010	388	-3,7%	5.154	54,5%	5.543	48,2%	-4.766
2011	376	-3,3%	6.390	24,0%	6.766	22,1%	-6.014
2012	402	6,9%	7.794	22,0%	8.196	21,1%	-7.393
2013	464	15,5%	7.559	-3,0%	8.023	-2,1%	-7.095
2014	571	23,0%	7.729	2,3%	8.300	3,5%	-7.159
Var. % 2005-2014	115,6%	--	115,4%	--	115,4%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

Última posição disponível em 27/04/2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

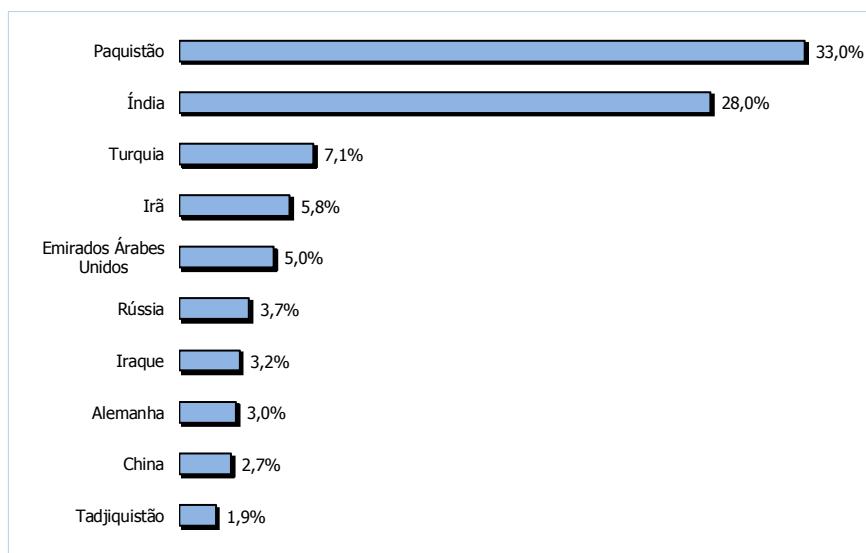


Direção das exportações do Afeganistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Paquistão	188,4	33,0%
Índia	160,0	28,0%
Turquia	40,4	7,1%
Irã	33,4	5,8%
Emirados Árabes Unidos	28,3	5,0%
Rússia	21,1	3,7%
Iraque	18,1	3,2%
Alemanha	17,0	3,0%
China	15,5	2,7%
Tadziquistão	10,9	1,9%
...		
Brasil (23^a posição)	0,7	0,1%
Subtotal	533,8	93,6%
Outros países	36,8	6,4%
Total	570,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.

10 principais destinos das exportações

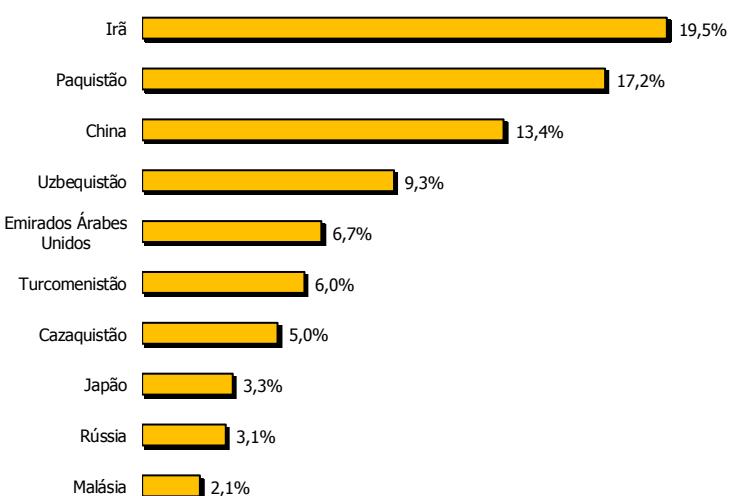


Origem das importações do Afeganistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Irã	1.506	19,5%
Paquistão	1.328	17,2%
China	1.038	13,4%
Uzbequistão	722	9,3%
Emirados Árabes Unidos	515	6,7%
Turcomenistão	465	6,0%
Cazaquistão	390	5,0%
Japão	259	3,3%
Rússia	239	3,1%
Malásia	166	2,1%
...		
Brasil (21^a posição)	20	0,3%
Subtotal	6.648	86,0%
Outros países	1.081	14,0%
Total	7.729	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.*

10 principais origens das importações



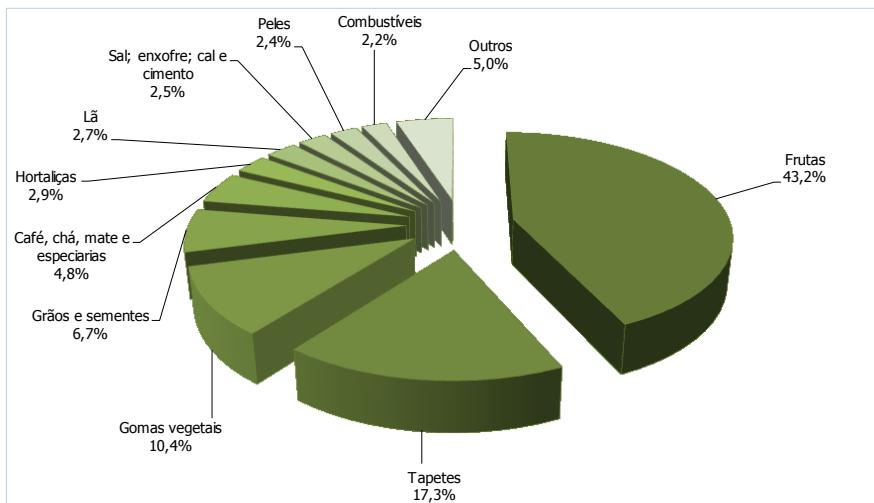
Composição das exportações do Afeganistão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Frutas	246,6	43,2%
Tapetes	98,6	17,3%
Gomas vegetais	59,4	10,4%
Grãos e sementes	37,9	6,7%
Café, chá, mate e especiarias	27,3	4,8%
Hortaliças	16,4	2,9%
Lã	15,4	2,7%
Sal; enxofre; cal e cimento	14,3	2,5%
Peles	13,4	2,4%
Combustíveis	12,4	2,2%
Subtotal	541,9	95,0%
Outros	28,6	5,0%
Total	570,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

Última posição disponível em 27/04/2016.

10 principais grupos de produtos exportados

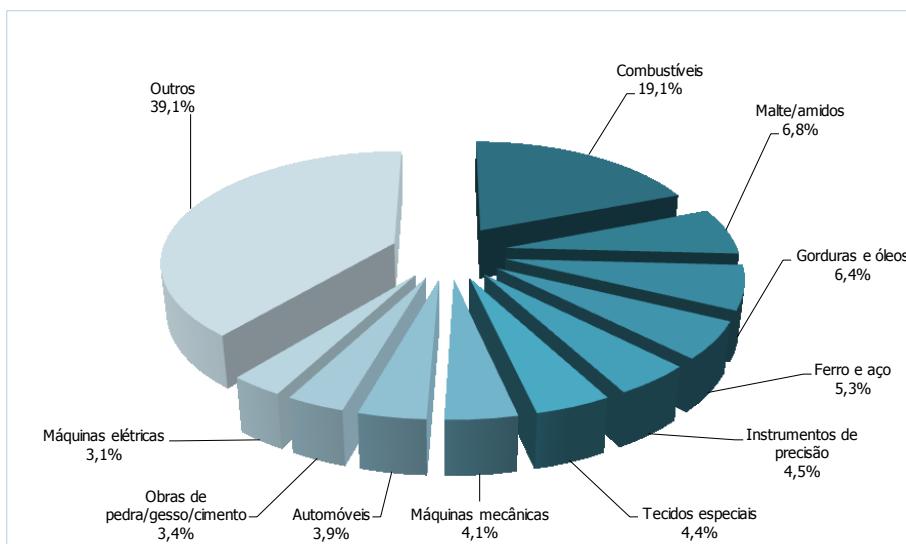


Composição das importações do Afeganistão
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	1.474	19,1%
Malte/amidos	523	6,8%
Gorduras e óleos	491	6,4%
Ferro e aço	413	5,3%
Instrumentos de precisão	349	4,5%
Tecidos especiais	341	4,4%
Máquinas mecânicas	319	4,1%
Automóveis	301	3,9%
Obras de pedra/gesso/cimento	259	3,4%
Máquinas elétricas	238	3,1%
Subtotal	4.709	60,9%
Outros	3.020	39,1%
Total	7.729	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
Última posição disponível em 27/04/2016.*

10 principais grupos de produtos importados



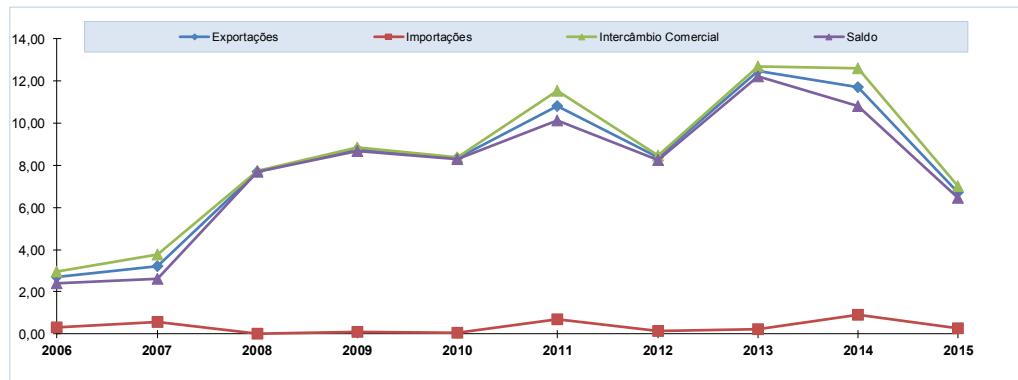
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Afeganistão
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	2,68	84,8%	0,00%	0,29	-8,7%	0,00%	2,98	105,0%	0,00%	2,39
2007	3,21	19,6%	0,00%	0,58	97,8%	0,00%	3,79	27,3%	0,00%	2,63
2008	7,72	140,5%	0,00%	0,02	-97,1%	0,00%	7,73	104,1%	0,00%	7,70
2009	8,76	13,6%	0,01%	0,10	480,3%	0,00%	8,86	14,6%	0,00%	8,67
2010	8,35	-4,7%	0,00%	0,04	-63,2%	0,00%	8,39	-5,4%	0,00%	8,32
2011	10,83	29,7%	0,00%	0,69	(+)	0,00%	11,53	37,4%	0,00%	10,14
2012	8,37	-22,8%	0,00%	0,12	-82,4%	0,00%	8,49	-26,4%	0,00%	8,24
2013	12,47	49,0%	0,01%	0,24	99,5%	0,00%	12,71	49,8%	0,00%	12,22
2014	11,72	-6,0%	0,01%	0,91	273,9%	0,00%	12,63	-0,6%	0,00%	10,81
2015	6,73	-42,6%	0,00%	0,28	-69,1%	0,00%	7,01	-44,5%	0,00%	6,45
2016 (jan-abr)	1,96	42,9%	0,00%	0,06	-37,0%	0,00%	2,02	38,0%	0,00%	1,91
Var. % 2006-2015	151,0%	--		-4,2%	--		135,7%	--		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Maio de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

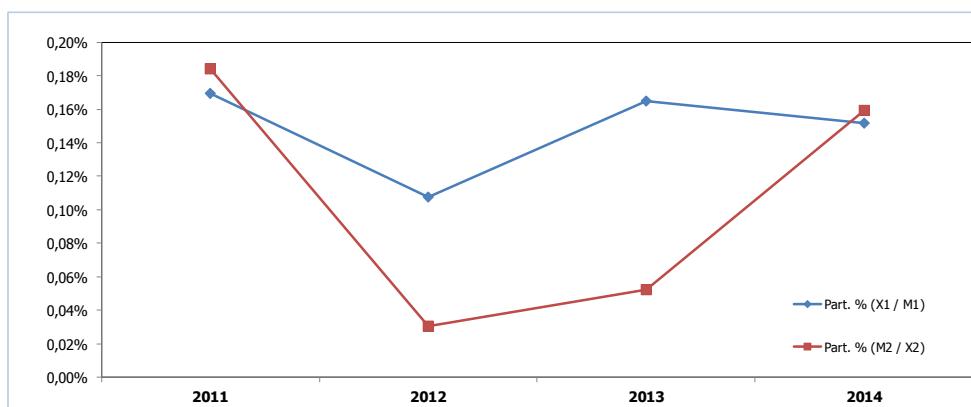
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Afeganistão
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010-2014
Exportações do Brasil para o Afeganistão (X1)	8,4	10,8	8,4	12,5	11,7	40,4%
Importações totais do Afeganistão (M1)	5.154	6.390	7.794	7.559	7.729	50,0%
Part. % (X1 / M1)	0,16%	0,17%	0,11%	0,16%	0,15%	-6,4%
Importações do Brasil originárias do Afeganistão (M2)	0,036	0,692	0,122	0,243	0,910	2427,7%
Exportações totais do Afeganistão (X2)	376	376	402	464	571	51,8%
Part. % (M2 / X2)	0,01%	0,18%	0,03%	0,05%	0,16%	1565,2%

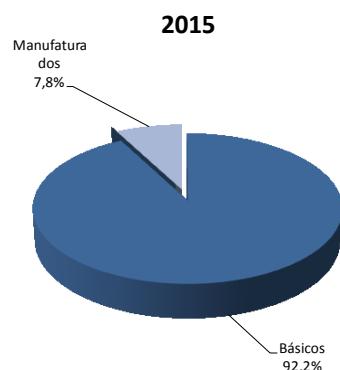
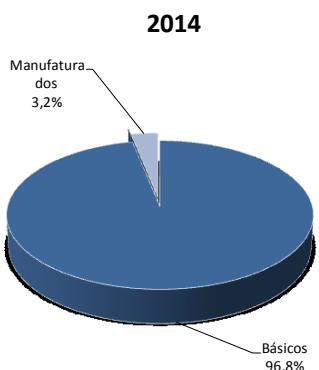
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nos estatísticos das exportações brasileiras e das importações do Afeganistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



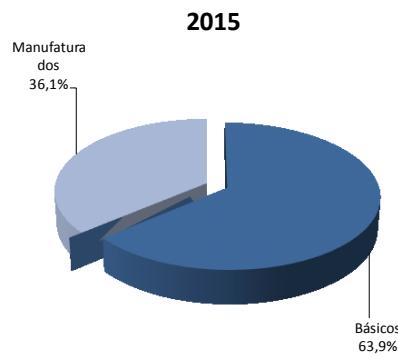
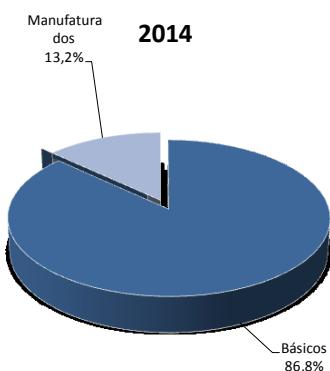
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

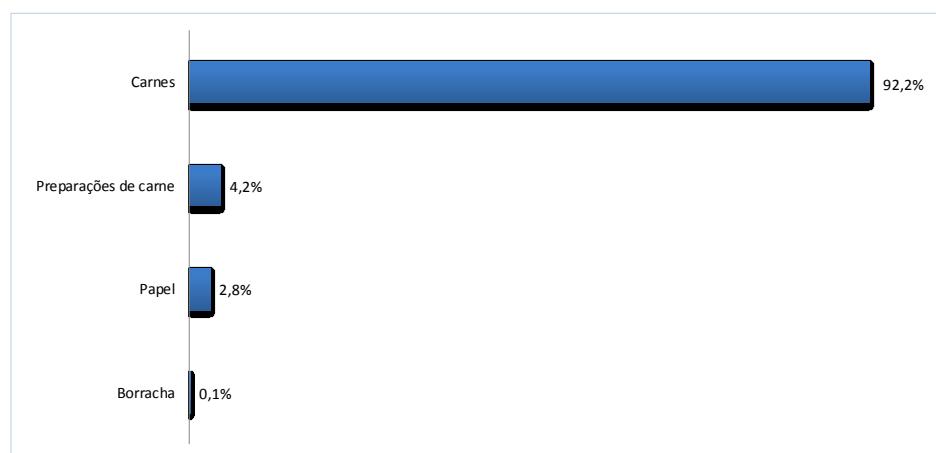
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Afeganistão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	12,03	96,4%	11,35	96,8%	6,21	92,2%
Preparações de carne	0,15	1,2%	0,30	2,6%	0,28	4,2%
Papel	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,19	2,8%
Borracha	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,004	0,1%
Subtotal	12,18	97,7%	11,65	99,4%	6,68	99,3%
Outros produtos	0,29	2,3%	0,07	0,6%	0,05	0,7%
Total	12,47	100,0%	11,72	100,0%	6,73	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

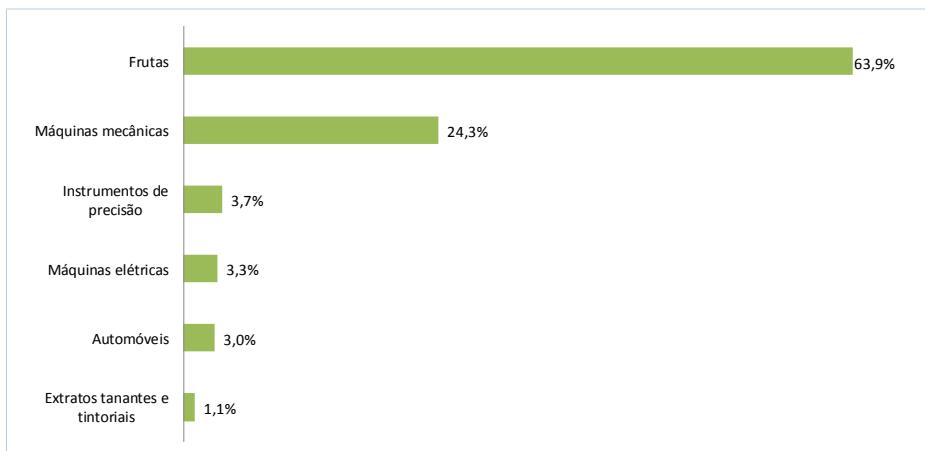


Composição das importações brasileiras originárias do Afeganistão
US\$ mil

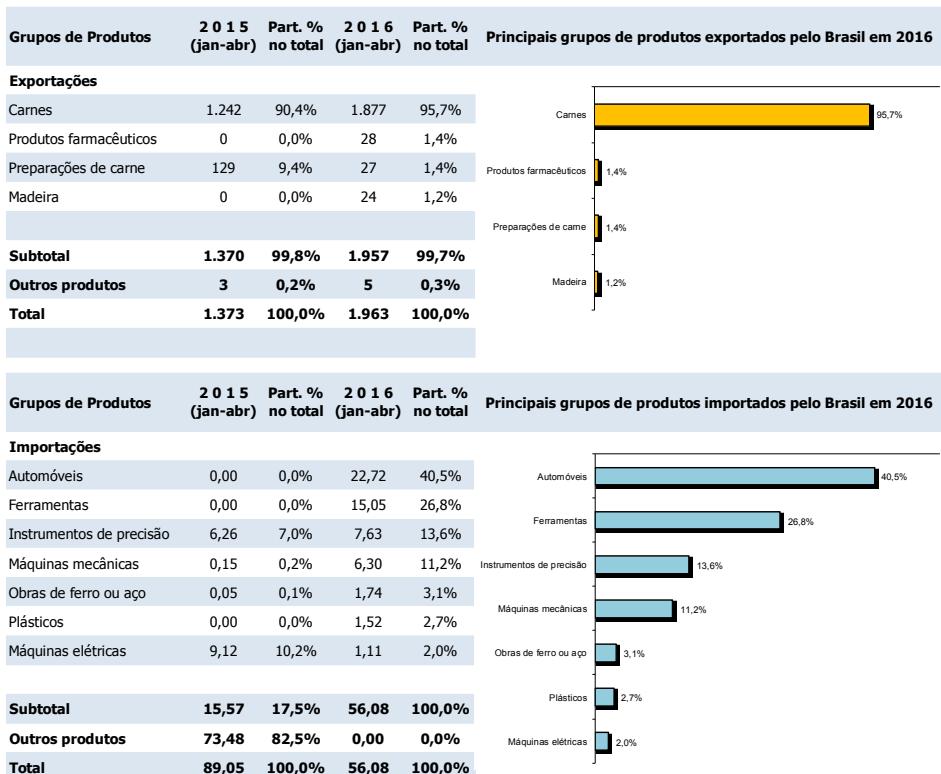
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Frutas	32,6	13,4%	789,8	86,8%	179,5	63,9%
Máquinas mecânicas	194,4	79,9%	5,5	0,6%	68,3	24,3%
Instrumentos de precisão	0,9	0,4%	2,3	0,3%	10,4	3,7%
Máquinas elétricas	3,7	1,5%	71,8	7,9%	9,1	3,3%
Automóveis	7,3	3,0%	13,4	1,5%	8,4	3,0%
Extratos tanantes e tintoriais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,1	1,1%
Subtotal	238,9	98,2%	882,8	97,0%	278,8	99,3%
Outros produtos	4,4	1,8%	26,9	3,0%	2,0	0,7%
Total	243,3	100,0%	909,7	100,0%	280,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.